



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA**



ERIKA MARIA DE OLIVEIRA

**OS PARQUES EÓLICOS NA BAHIA: DO SENTIDO DE NATUREZA À
PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

São Cristóvão – SE
2016

ERIKA MARIA DE OLIVEIRA

**OS PARQUES EÓLICOS NA BAHIA: DO SENTIDO DE NATUREZA À
PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, para a obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Josefa de Lisboa Santos.

São Cristóvão – SE
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48p Oliveira, Erika Maria de
Os parques eólicos na Bahia: do sentido de natureza à produção de espaço / Erika Maria de Oliveira ; orientadora Josefa de Lisboa Santos – São Cristóvão, 2016.
149 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Geografia Humana. 2. Energia eólica. 3. Desenvolvimento sustentável – Legislação. 4. Natureza e civilização. 5. Bahia. I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU: 911:621.548(813.8)

Os parques eólicos na Bahia: do sentido de natureza à produção do espaço

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Josefa de Lisboa Santos - UFS
Orientadora e presidente da banca

Prof.^a Dr.^a. Ana Rocha dos Santos - UFS
2º Examinador

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes – UFS/Campus Itabaiana
3º Examinador

Erika Maria de Oliveira
Mestranda

São Cristóvão – SE
2016

**À minha mãe ao meu pai, às
minhas irmãs e aos irmãos,
aos meus sobrinhos e aos
trabalhadores do semiárido
baiano, dedico.**

*"O caminho da vida pode ser o da liberdade e da
beleza, porém, desviamo-nos dele.
A cobiça envenenou a alma dos homens, levantou
no mundo as muralhas do ódio e tem-nos feito marchar
a passo de ganso para a miséria e os morticínios.
Criamos a época da produção veloz, mas nos
sentimos enclausurados dentro dela.
A máquina, que produz em grande escala,
tem provocado a escassez.
Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa
inteligência, empedernidos e cruéis.
Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.
Mais do que máquinas, precisamos de
humanidade; mais do que de inteligência, precisamos de
afeição e doçura!
Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo estará
perdido."*

(Charles Chaplin)

AGRADECIMENTOS

No final desta empreitada, faz-se necessário agradecer às pessoas que, ao seu tempo e seu modo, contribuíram com a realização deste trabalho.

Parto da minha raiz, da minha família, da minha essência. Aos meus pais, Salete e Assis, pela ternura e amor incondicional, e por terem me permitido estudar e chegar a este momento. A vocês, pai e mãe, os meus mais sinceros agradecimentos; amo-os com o melhor que há em mim.

Aos meus irmãos Sergio e Jucelino, que aos seus modos, contribuíram para essa construção e conquista.

Às minhas irmãs Renata, Maiany e Jéssica, pelo amor, amizade, companheirismo e por me tornarem um ser completo a cada dia.

Cabe aqui agradecer mais uma vez a minha irmã Renata que, na figura de uma segunda mãe, participou da minha criação desde os primeiros meses de vida e que, até hoje, assume esse papel representado na sua força, determinação, apoio. Esta construção não existiria sem sua presença.

À família que cresceu na imagem dos meus cunhados e cunhada: a Diana, irmã do coração e por quem carrego um grande afeto. Obrigada pelo incentivo.

A Jucelino, por quem carrego um afeto de pai, que entrou em nossas vidas há muito tempo, acompanhou meu crescimento, sendo exemplo de ser humano pela bondade que carrega. Obrigada por sempre estar por perto, pelo carinho e companheirismo.

A Vinícius, irmão do coração, por sempre estar presente e apoiando esta construção. Obrigada pelo afeto de sempre.

A Gledson, pelo apoio e pela certeza da ajuda sempre que necessária. Obrigada.

Aos meus sobrinhos Heitor, Benjamim, Alexandre e Marcus Vinícius que, na ingenuidade e leveza da criança, me fazem acreditar na possibilidade de um mundo melhor.

Os meus maiores e sinceros agradecimentos a Josefa Lisboa, minha orientadora, pessoa humana, que admiro pelo comprometimento de como realiza seu trabalho, pela sua construção diária de conhecimento, pela sensibilidade que só as pessoas boas de alma carregam. Obrigada pela orientação e por suas relevantes

contribuições teóricas. Estou muito contente pela relação de amizade que construímos além da vida acadêmica.

A minha grande amiga Rita, pelo incentivo incansável e carinho motivador. Agradeço também a seus pais, dona Edileusa e seu Afonso, a sua irmã Taciana por não terem medido esforços na construção da pesquisa de campo realizada em sua cidade.

A Elisson, grande amigo, pela torcida na construção desse trabalho.

Às minhas amigas de infância Cota, Raiane e Maísa, pelas palavras de incentivo.

A Vandeilson, amigo sempre presente. Obrigada pelo carinho e incentivo.

A Elaine, amiga irmã, obrigada pelas demonstrações de carinho e força nessa jornada.

A Harlon, por estar presente nessa construção e por ser exemplo de coragem e firmeza. Obrigada pelos longos anos de amizade.

A Júnior Malaquias, Luana e Margarete, pela ajuda essencial na pesquisa de campo nos municípios de Casa Nova e Sento Sé. A vocês, meu muito obrigada.

Aos meus vizinhos e amigos, incluindo minha madrinha Neide, Patrícia, Viviane e Ene que me viram crescer; a Jean, Severo, Alexandre e Uenio, pois crescemos juntos, e a Débora e Barbara as quais vi crescer. A todos obrigada pelo carinho.

Aos grandes amigos, que conquistei, Joseane, Salomé, Edilma e Jecson. Vocês são o melhor que levo da minha estada em Aracaju. Obrigada pelos conhecimentos compartilhados e por tornarem meus dias mais leves, belos e alegres.

Aos amigos da UFS, em especial Vanilza, que, mesmo antes de nos conhecermos se mostrou amiga na ajuda da minha inscrição no processo de seleção do mestrado; a Alysson, pelo apoio sempre presente, a Edésio, pelo carinho e estímulo, a Genivania, pela amizade e afeto que construímos ao longo desses anos, e a Mário Jorge, pelo exemplo de perseverança.

A Dindara que se fez presente de maneira muito particular na construção e finalização desta dissertação. Obrigada por tudo.

A Augusto, pela leveza e alegria dos momentos compartilhados em Aracaju.

Aos amigos que encontrei ao longo desses dois últimos meses de construção e finalização desse trabalho: agradeço a Rúbia, pessoa leve e carinhosa e que

guardo um grande afeto. A Denison, por ter tornado esses últimos dias mais leves com sua companhia e alegria constante e cativante. Ao Negão (Ademilton), por transmitir serenidade e paciência, e a seu Paulo, pelas conversas, companhia e conselhos. A vocês obrigada de coração.

Agradeço a Marcus da CPT, por a ajuda desde o início das pesquisas, por ter sido sempre solícito quando necessitei a sua ajuda foi crucial na construção desse trabalho.

Agradeço a Flor, minha gata de estimação, que, mesmo na irracionalidade, sempre se mostrou companheira nas longas madrugadas de estudos.

Aos professores María Franco, Marcelo Mendes, pela participação no Exame de Qualificação, e pelas sugestões e críticas que permitiram os avanços nesta dissertação, a professora Ana Rocha, pela sua contribuição na banca de defesa deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS/São Cristóvão, por aulas, cursos, palestras, seminários e conhecimentos compartilhados.

À Secretaria da Pós-Graduação, na pessoa de Matheus, agradeço pela atenção e presteza.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento da Pessoa de Nível Superior – CAPES em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC, pelo apoio financeiro com a bolsa de estudo, essencial a esta pesquisa.

Para finalizar, agradeço aos pequenos produtores e trabalhadores do semiárido baiano, por terem disponibilizado seu tempo, concedendo-me entrevistas, por terem contado suas angústias e histórias de vida e por terem acreditado na importância da construção deste trabalho.

A todos meus mais sinceros agradecimentos!

RESUMO

O presente estudo analisa a política de implantação de parques eólicos no semiárido do estado da Bahia, atenta para os propósitos, tomadas de decisões e rebatimentos da referida política. Busca-se explicar como se consolida a política energética pela via dos parques eólicos e como se estabelece a relação sociedade natureza, tendo em vista o usufruto desta última como fonte energética renovável, de baixo custo, voltada para a comunidade local e/ou ainda como matéria prima para geração de mais valia. Nas últimas décadas, os questionamentos sobre o futuro do planeta estão cada vez mais evidentes. As preocupações com o meio ambiente têm levantado discussões acerca do uso dos recursos naturais de forma sustentável. Dentro desse contexto, o desenvolvimento industrial e tecnológico exigiu um aumento da demanda da produção de energia no mundo, fazendo com que o uso das fontes alternativas de energia para geração de eletricidade ganhasse prestígio, fundamentalmente pelo discurso de energias limpas e renováveis associado ao discurso da crise ambiental e da necessidade de promover o desenvolvimento de forma sustentável. Essas ideias vêm se disseminando no mundo, com propostas que, muitas vezes, analisam apenas a questão ambiental fora das relações sociais, fundamentadas na mudança do modo de vida das pessoas, ou seja, a possibilidade de mudança passa a ser dirigida pelo viés de uma educação ambiental, camuflando a lógica do modo capitalista de produção e a relação de exploração e sobre-exploração que este estabelece na apropriação da natureza, concedendo a ela um valor de troca e transformando-a em mercadoria para geração de lucro. Nessa direção, o uso dos ventos para geração de energia elétrica tem ocasionado o aumento da implantação de parques eólicos por todo o mundo. Nesse caminho, o estudo em tela reporta-se a uma pesquisa qualitativa e uso do método dialético para interpretação da realidade, que tratará de como a política se espacializa, altera as relações de produção e sociais e repercute na vida dos moradores das áreas ocupadas pelos empreendimentos. Considera-se que é sustentado na ideologia da sustentabilidade que o Estado consolida sua atual política energética com a implantação de parques eólicos no Brasil, enfatizando ser ela uma fonte energética renovável, de baixo custo, voltada para a comunidade local, escamoteando seus reais interesses e prejuízos.

Palavras chave: energia eólica, relação sociedade-natureza, desenvolvimento.

ABSTRACT

This study analyzes the rising of policy of wind farms in the semiarid region of Bahia state, considering the scale perspective concerning the purpose, decision-making and repercussions of the policy. Seeks to explain how it consolidates the energy policy by the wind farms and how this establish the society and nature relationship, with a view to the enjoyment of the latter as a renewable energy source, with low-cost, focused on the local community and / or as raw material for generating added value. In the last decades, the questions about the future of the planet became increasingly evident, concerns about the environment have raised discussions about the use of natural resources sustainably. In this context the industrial and technological development required an increase in power generation demand in the world, making the use of alternative energy sources for electricity generation a prestigious way, mainly the speech of clean and renewable energies associated with the discourse of crisis environment and the necessity to promote the development sustainably. These ideas have been spreading in the world, with proposals that often only analyze the environmental issues out of social relationships, based on changing the way of life, that is, the possibility of change happens to be directed by the way of an environmental education, camouflaging the logic of the capitalist mode of production and exploitation ratio and overexploitation that it establishes with the appropriation of nature, giving it an exchange value and turning it into a commodity for profit generation. Thereby, this study refers to a qualitative research and use of the dialectical method for interpreting reality, which will address how the policy spatializes the change of the relations of production and social and how this affects the lives of the residents of the areas occupied by enterprises. It is considered that it is sustained in the ideology of sustainability that the State consolidates its current energy policy with the implementation of wind farms in Brazil, emphasizing that it is a renewable energy source, low cost, directed at the local community, retracting its real interests and Losses.

Keywords: wind power, relationship between society and nature, development.

LISTA DE SIGLAS

ABEEÓLICA – Associação Brasileira de Energia Eólica
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
APL – Arranjos Produtivos Locais
APP - Área de Preservação Permanente
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia elétrica
CEPEL – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
CGE – Central Geradora de Energia
CHESFE – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
COMDEC - Conselho Municipal de Defesa Civil
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRESESB - Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito
DENOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
FMI – Fundo Monetário Internacional
IMPSA – Indústrias Metalúrgicas Pescarmona S.A
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
NOS – Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU – Organização das Nações Unidas
PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRÓ-ÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento
SIN – Sistema Elétrico Interligado Nacional
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01: Circulação Atmosférica.	61
Figura 02: Potencial eólico brasileiro por regiões.	63
Figura 03: Principais áreas promissoras para o aproveitamento eólico no estado da Bahia.	64
Figura 04: Regimes de ventos incidentes sobre o estado da Bahia.	65
Figura 05: Povoado Malvão em Casa Nova-BA.	72
Figura 06: Placas do Consórcio Ventos de Casa Nova no início da implantação do projeto - Povoado Malvão-Ba.	76
Figura 07: Placas do Consórcio Ventos de Casa Nova, no povoado Malvão-Ba. Obras em atraso.	77
Figura 08: Placa da empresa ConstruSel - Consórcio Ventos de Casa Nova. Povoado Malvão – BA.	77
Figura 09: Vista do Povoado São Pedro em Sento Sé-BA.	78
Figura 10: Placa de indicação dos parques eólicos Pedra Branca, Sete Gameleiras e São Pedro do Lago - Povoado São Pedro em Sento Sé-BA.	79
Figura 11: Vista do parque eólico no povoado São Pedro em Sento Sé-BA, já em funcionamento.	80
Figura 12: Vista do Povoado São Pedro em Sento Sé-BA; ao fundo, encontra-se parte do parque eólico em funcionamento.	80
Figura 13: Vista do Povoado de Brejo de Dentro em Sento Sé-BA.	82
Figura 14: Placa de indicação do parque Eólico Pedra do Reino; ao fundo, a serra Olho D' Água.	85
Figura 15: Vista do Serrote do Olho D'Água e aerogeradores do parque Eólico Pedra do Reino.	86
Figura 16: Vista de Obra inacabada da Sustação do Parque Eólico Casa Nova.	94
Figura 17: Torres eólicas inacabadas no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA.	95
Figura 18: Torres eólicas em meio ao mato no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA.	95

- Figura 19:** Canteiro de obras de construção de torres de concreto da empresa Dois A Engenharia em estado de abandono - Povoado Malvão em Casa Nova – BA. 96
- Figura 20:** Geradores de turbinas eólicas em abandono no canteiro de obras da empresa Dois A Engenharia - Povoado Malvão em Casa Nova – BA. 96
- Figura 21:** Torres de conexão eólicas em abandono no canteiro de obras da empresa Dois A Engenharia - Povoado Malvão em Casa Nova – BA. 97

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 01:	Área de estudo: municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho – BA.	17
Mapa 02:	Mapa de identificação do objeto de estudo: Parque Eólico Casa Nova, Parque Eólico Pedra do Reino, Parque Eólico São Pedro do Lago, Sete Gameleira e Parque Eólico Pedra Branca.	71
Mapa 03:	Delimitação do Parque Eólico Casa Nova - povoado Malvão no município de Casa Nova – BA.	74
Mapa 04:	Delimitação do Parque Eólico Pedra do Reino I e III - município de Sobradinho - BA.	87

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 01	Parques eólicos em Sento Sé.	81
------------------	------------------------------	----

INTRODUÇÃO	15
1. DA NATUREZA INTERIOR À NATUREZA PARA O CAPITAL: PERSCRUTANDO PELO DEBATE	27
1.1. Homem – natureza: conceito e dualismo	27
1.2. Natureza: uma relação dialética	36
1.3. O debate epistemológico sobre a natureza como recurso	39
1.4. Há uma questão ambiental: a emergência do debate	44
2. AS VANTAGENS LOCACIONAIS DO NORDESTE E A ENERGIA EÓLICA	52
2.1. Energia eólica: vantagens locacionais e controle do espaço	59
2.2. A espacialização de parques eólicos no semiárido baiano: o caso de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho	68
3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO E A FALÁCIA DESENVOLVIMENTO	88
3.1. Da legitimidade à perda de autonomia: as contradições contratuais na implantação de parques eólicos	100
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	117

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os questionamentos sobre o futuro do planeta tornaram-se cada vez mais evidentes. As preocupações com o meio ambiente têm levantado discussões acerca do uso dos recursos naturais de forma sustentável. O desenvolvimento industrial e tecnológico exigiu um aumento da demanda da produção de energia no mundo, fazendo com que o uso das fontes alternativas de energia para geração de eletricidade ganhasse prestígio, fundamentalmente pelo discurso de serem consideradas energias limpas e renováveis.

Para muitos pesquisadores, o debate da crise ambiental analisa apenas a questão fora das relações sociais, fundamentado na mudança do modo de vida das pessoas, ou seja, a possibilidade de mudança passa a ser dirigida pelo viés de uma educação ambiental, debate que camufla a lógica do modo capitalista de produção e a relação de exploração e sobre-exploração que se estabelece na apropriação da natureza, estabelecendo-lhe um valor de troca e transformando-a em mercadoria para geração de lucro.

O desenvolvimento industrial e tecnológico exigiu um aumento da demanda da produção de energia no mundo. Segundo Rodrigues e Santos (2013), o avanço técnico-científico, a partir das revoluções industriais, foi, sem dúvida, de grande importância para a história da sociedade. Contudo, os grandes beneficiados desse processo foram os capitalistas que têm na indústria uma rica fonte de extração da mais-valia a partir da exploração da força de trabalho e por via da transformação dos elementos presentes na natureza.

Este momento histórico, impõe, dentro da lógica da acumulação capitalista uma demanda cada vez maior de fontes de energias, como o carvão mineral e o petróleo que passaram a ser a principal matriz energética mundial (Ibid. p. 2).

Harvey (2004) explica que foi nesse contexto que se iniciaram no mundo, pesquisas sobre matrizes energéticas renováveis principalmente entre as principais potências mundiais baseadas nos recursos dos diversos países, entre eles, os das nações mais pobres.

No território brasileiro, diversas políticas foram implantadas para atender à demanda de energia. Investimentos em exploração do petróleo, construção de hidroelétricas, e, recentemente, o uso de fontes energéticas renováveis, foram as

principais alternativas desenvolvidas pelo governo para dar suporte às suas atividades industriais.

Diante desse contexto, de novas configurações territoriais, é importante analisar a expansão da atividade energética brasileira, buscando entender as transformações do espaço em face ao momento histórico da inserção de novas fontes energéticas no contexto das novas relações de produção, trazendo uma reflexão sobre a política de implantação de parques eólicos, para entender a relação sociedade natureza, como esta última aparece como objeto de trabalho e fonte de matéria-prima para geração de mais-valia.

A pesquisa que segue tem como área de estudo os municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho (a figura a seguir mostra o mapa de localização da área estudada), todos situados no semiárido baiano.

A escolha por tais espaços se deve por considerar que eles sofreram significativas mudanças durante a inserção das políticas de integração regional a partir da década de 1960, que se alicerçavam no discurso espúrio da necessidade de superar o isolamento e atraso do Nordeste em relação ao restante do país. Ainda nesse momento, a urgência para atender à demanda energética do parque industrial instalado no Centro-Sul e a necessidade de integrar, regionalmente, o país apresentava-se como primazia para o governo daquela época. Nesse contexto, os municípios em questão receberam, na década de 1970, a construção da hidrelétrica de Sobradinho e, atualmente, é palco de uma série de “investimentos” para implantação de parques eólicos para geração de energia elétrica renovável.

Nessa conjuntura, o Estado empreendeu ações na região Nordeste com o intuito de promover o desenvolvimento e o progresso nacional.

Neste íterim, a pesquisa surge com o objetivo de desvendar o sentido dado à natureza no quadro da implementação de parques eólicos no Brasil. Para tanto, compreender as transformações do/no espaço, nessas localidades, produzida por meio da nova conjuntura das políticas energéticas brasileiras se faz importante.

Mapa 01. Área de estudo: municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho - BA



Autor: Alencar Filho, 2016.

A necessidade da produção de energia renovável surge efetivamente a partir dos anos de 1970. O uso demasiado das fontes energéticas, principalmente o petróleo, fonte não renovável, revelou seus limites por meio de uma crise, que, além de ambiental, era, sobretudo, econômica.

Após a crise do petróleo e dentro da atual crise ambiental, o tema da produção de novas energias ganha espaço; o assunto atinge notoriedade na agenda das conferências ambientais em diferentes nações e suscita propostas sobre a mudança da matriz energética de vários países. Assim, as fontes renováveis ou as energias limpas ganham terreno, tais como a energia eólica, a biomassa, a energia solar, e as pequenas centrais de hidrelétricas - PCH. Sobre esse cenário, Bermann, observa que:

Nesse contexto, as energias renováveis aparecem como alternativa para reduzir os efeitos dessa crise. Entretanto, é extremamente difícil prever-se que essas fontes possam ser capazes de substituir a energia fóssil em futuro próximo. A esse respeito, as perspectivas estão longe de animadoras. As previsões para 2030 apontam para um cenário tendencial em que o petróleo manterá uma participação de 35% da oferta mundial (2008, p. 20).

De acordo com Bermann (2008), cerca de 80% da atual oferta energética mundial, aferida em 11.435 milhões de toneladas equivalentes de petróleo, é baseada em combustíveis fósseis, sendo que os problemas ambientais decorrentes das emissões de gases poluentes apontam para uma crise ambiental em escala planetária e sem precedentes.

O debate contínuo, “sobre os impactos causados pela dependência de combustíveis fósseis, contribui decisivamente para o interesse mundial por soluções sustentáveis por meio de geração de energia oriunda de fontes limpas e renováveis, e ambientalmente corretas” (BERMANN, 2001, p. 25).

A referida crise ambiental trouxe à cena o alargamento do debate sobre as perspectivas de desenvolvimento e suas relações com a natureza e os desafios para a humanidade. Nesse contexto, uma série de reuniões, envolvendo lideranças de diversos países, emergem. Em 1992, durante a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, os chefes de Estados presentes definiram o conceito e os princípios do desenvolvimento sustentável.

Dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, foram estabelecidos três pilares essenciais, que são: promover o desenvolvimento econômico, a equidade social e a proteção ambiental. Os estudos realizados pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica (2012) observam que é a partir desses pilares que se promove o desenvolvimento sustentável, tornando-se essencial, também, a utilização de fontes renováveis de energia, uma vez que as fontes fósseis não possuem os requisitos necessários para se enquadrarem nessa definição.

As fontes renováveis podem contribuir para o desenvolvimento social e econômico, acesso à energia, segurança energética, mitigação das mudanças climáticas e redução de problemas ambientais e de saúde causados pela poluição do ar, alcançando, assim, todas as dimensões do desenvolvimento sustentável (ibid. p. 23).

No entanto, há a necessidade de atentar para a maneira como as propostas estão se materializando nos espaços e como essas promovem mudanças nas estruturas econômicas, sociais e ambientais e até que ponto essas energias são consideradas limpas por reduzirem a emissão de gases do efeito estufa na atmosfera.

No Brasil, as discussões acerca do uso de fontes renováveis para geração de energia elétrica remontam ao ano de 2001, quando o país vivenciava uma grave crise energética, conhecido como “Apagão de 2001”. A crise se efetiva, sobretudo, devido à falta de investimentos para expansão, geração e transmissão de energia elétrica, que afetou, principalmente, as regiões Centro-Oeste e Sudeste do país.

A crise energética ocorria no último ano do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, buscando o enxugamento da máquina pública, característica do seu governo neoliberal, privatizou várias empresas estatais, inclusive a Eletropaulo, empresa responsável pela distribuição de energia elétrica para grande parte dos municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a própria capital do estado, essencial para o planejamento econômico nacional.

Aliado a esse quadro, estava o crescente consumo de energia ocasionado pelo aumento da população e ampliação da produção industrial e pelo fato de a energia elétrica produzida no Brasil ser, quase em sua totalidade, gerada por usinas hidrelétricas, dependentes dos regimes pluviais para manter os níveis dos reservatórios.

A falta de investimentos no setor elétrico do país, no que tange à ampliação dos subsistemas de geração, bem como de linhas de transmissão de energia elétrica, trouxe a necessidade do seu racionamento e de novas alternativas para sua produção.

O uso dos ventos para geração de energia elétrica tem ocasionado o aumento da implantação de parques eólicos por todo o mundo. No Brasil, a implantação dos parques eólicos iniciou-se de maneira moderada, devido à falta de recursos e pesquisas. Entretanto, a partir do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energias, lançado em 2002, logo aumentou a exploração dessa energia, principalmente devido às políticas de incentivo do Estado.

Na década de 1980, no Brasil, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco publicou um inventário do potencial eólico da região Nordeste do país, já pensando na utilização dessa fonte de energia num futuro próximo. Vinte anos mais tarde, foi publicado o Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, que reunia dados históricos sobre os ventos brasileiros e onde estes eram mais fortes, estabelecendo relação direta com a geomorfologia dos lugares a serem implantadas (SILVA, SAMPAIO, 2013).

Em 26 de abril de 2002, foi criado pela Lei 10.438 o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, que para o Ministério de Minas e Energia (2010), foi instituído como uma política pública com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos concebidos com base em fontes eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas - PCH no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

De acordo com Bermann (2001), a energia solar, mesmo sendo alternativa, não está contemplada no programa, porque ela é aplicada a sistemas de pequeno porte em comunidades isoladas. Para esse autor, o Proinfa, é destinado a tecnologias mais amadurecidas, com possibilidade de manter unidades de maior porte, o que não é o caso da energia solar. Além disso, o programa é destinado às fontes que podem ser integradas do Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN, o qual é considerado o principal sistema de produção e transmissão de energia elétrica do país. É formado por empresas da região Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. Dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS indicam que apenas 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do Brasil está fora do SIN, em pequenos sistemas isolados (BERMANN, 2008).

Além disso, o objetivo principal do programa é financiar, com suporte do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, projetos de geração de energias a partir dos ventos (energia eólica), Pequenas Centrais Hidrelétricas e bagaço de cana, casca de arroz, cavaco de madeira e biogás de aterro sanitário (biomassa). A linha de crédito prevê financiamento de até 70% do investimento, excluindo apenas bens e serviços importados e aquisição de terrenos. Os investidores terão que garantir 30% do projeto com capital próprio. As condições do financiamento são: Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 2% de *spread*¹ básico e até 1,5% de *spread* de risco ao ano, carência de seis meses após a entrada em operação comercial, amortização por dez anos e não pagamento de juros durante a construção do empreendimento (Ibid.).

No atual modelo do setor elétrico brasileiro, as empresas garantem, primeiro, a venda da energia para, depois, implantar o empreendimento. De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia elétrica - CCEE, os leilões são a principal forma de contratação de energia no Brasil. O critério de menor tarifa é utilizado para definir os vencedores do certame, visando à eficiência na contratação de energia. Os leilões de energia elétrica são realizados pela CCEE por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A, é a responsável pela contratação dos projetos e, após a chamada pública, recebe projetos de vários empreendedores interessados. No contrato de compra de energia de longo prazo, a mesma Eletrobrás assegura ao empreendedor uma receita mínima de 70% da energia centralizada, durante o período de financiamento, e proteção integral quanto aos riscos de exposição do mercado de curto prazo (BERMANN, 2008).

Para a Câmara de Comercialização de Energia elétrica, os leilões de fontes alternativas foram instituídos com o objetivo de atender ao crescimento do mercado no ambiente regulado e aumentar a participação de fontes renováveis como energia eólica, biomassa e energia proveniente de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs na matriz energética brasileira.

¹ *Spread* refere-se à diferença entre o preço de compra (procura) e venda (oferta) de uma ação, título ou transação monetária. Analogamente, quando o banco empresta dinheiro a alguém, cobra uma taxa pelo empréstimo, uma taxa que será certamente superior à taxa de captação. A diferença entre as duas taxas é o chamado *spread* bancário

Todas essas medidas, conforme consta no Atlas Eólico do Estado da Bahia (2013), têm contribuído para o desenvolvimento da energia eólica no Brasil durante a década de 2000, e para a dinâmica do foco de interesse dos investidores, que, durante o início da década fixava seus investimentos, quase que, exclusivamente, no litoral, migrando ao longo dos anos, também para áreas do interior, como se vê nos projetos vencedores dos leilões de energia a partir de 2009.

Nos últimos anos, a região Nordeste vem aumentando sua participação na produção de energia eólica. Em 2010, o governo da Bahia anunciou a construção de Parques de Energia Eólica no interior do estado, especificamente, nos municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho, situados no extremo norte da Bahia. Dessa forma, inserida no contexto destas novas políticas energéticas, a Bahia irá despontar como o segundo maior estado a produzir energia eólica no Brasil, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte.

De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética - EPE (2014), 570 projetos ou 14.962 megawatts foram cadastrados por empresas estatais, estaduais e privadas, para o Leilão de Fontes Alternativas 2015. Desse total, 530 são usinas eólicas, 40 usinas termelétricas e biomassa.

Nesse quadro, a Bahia foi o estado que mais atraiu projetos, ao todo foram 162, com uma capacidade de 3.899 MW, sendo que 161 são projetos de usinas eólicas. Em segundo lugar, está o estado do Rio Grande do Norte, com 110 projetos de usinas eólicas.

Nesse contexto, percebem-se os crescentes investimentos da indústria de energia eólica no Brasil, o que pode ser explicado pela atual conjuntura econômica nacional e internacional e pelas características dos regimes dos ventos brasileiros. Isso, aliado à crise econômica internacional, principalmente nos países europeus e norte-americanos, que, diante da redução dos seus investimentos, buscam, nos países subdesenvolvidos, a saída para aquecer seu mercado saturado. Essa conjuntura vem contribuindo para a redução dos custos de produção e para a redução dos preços negociados nos leilões, uma vez que grande parte dos equipamentos são produzidos por empresas multinacionais.

Observa-se que a energia eólica passa efetivamente a fazer parte da matriz energética brasileira a partir de 2009, quando é inserida no leilão de fontes alternativas, tornando-se a segunda fonte energética mais competitiva do país em termos de preço, perdendo para hidrelétrica. Na interpretação de Elbia Melo (2014),

a oferta de energias renováveis para compor a matriz elétrica e a competitividade das fontes com preços baixos nos leilões, apresentam-se como um grande diferencial para inclusão, consolidação e sustentabilidade das fontes de energia no país.

Por sua vez, não se pode deixar de considerar a inserção desse discurso de busca de uma matriz renovável no quadro atual das relações capitalistas. É preciso levar em conta o conjunto de efeitos que a crise capitalista trás à tona. A questão ambiental, nesse cenário aparece como central e é tratada na literatura marxista como um dos antagonismos. Essa relação de discordância mostra as contradições do sistema capitalista, como também suas facetas múltiplas de se sobressair em momentos de crises, remetendo a uma explicação da simbiose homem-natureza na história e como a compreensão dual em relação a esses polos levou ao domínio de um sobre o outro.

Apesar de ser reconhecida como uma energia limpa, o modo como este setor se desenvolve tem intensificado rebatimentos socioespaciais nas comunidades locais onde estão se instalando. Nesses municípios, as populações passaram a conviver de um dia para outro com um canteiro de obras por toda a cidade, muitos deles sendo construídos nos quintais das casas, e não tendo certeza alguma dos benefícios que esses empreendimentos os trará. Em um curto espaço de tempo, esses municípios passaram a sediar dois grandes projetos voltados para geração de energia, a hidroelétrica de Sobradinho e os Parques Eólicos, respectivamente.

Os estudos realizados por Silva e Sampaio (2013) sobre a instalação de parques de energia eólica no Ceará revelam que as comunidades tradicionais cearenses, em especial, vivenciam, de maneira proeminente, as consequências da instalação dos parques eólicos. Corriqueiramente, são evidenciadas denúncias sobre privatizações das unidades de conservação, restrições do direito de ir e vir, ameaças contra a organização comunitária e suas lideranças. Apesar de ser vista como limpa e renovável, a produção de energia eólica tem oprimido, expulsado algumas comunidades, trazendo problemas de ordem social nos lugares onde são instalados.

Nesses espaços, as territorialidades encontram-se em processo de construção porque estão conjugadas pelo capitalismo, que desterritorializa e cria novas relações, gerando novas territorialidades. Para Santos (1994), os novos arranjos territoriais se articulam com a escala internacional e se organizam a partir

de imposições de caráter ideológico e de mercado, em virtude dessa territorialização e monopolização que o capital impõe aos espaços. O espaço, nesse cenário, ganha novo valor.

Nesse caminho, procurou-se nesta investigação, alcançar os seguintes objetivos: a) analisar as transformações sócioespaciais nos municípios de Casa Nova-BA, Sento Sé-BA e Sobradinho-BA a partir da implantação do Parque Eólico; b) explicar as implicações sociais da implantação dos parques eólicos para os donos das terras das áreas destinadas a produção desse tipo de energia; c) explicar os arranjos espaciais das comunidades atingidas pela inserção de parques eólicos.

Para alcançar os objetivos propostos e para que fosse possível a viabilização das análises que permitissem uma abordagem mais ampla, foram empregados os seguintes encaminhamentos metodológicos: uma revisão bibliográfica a partir de pensadores marxistas, sustentada em autores que apresentam uma abordagem sobre a territorialização do capital e monopolização dos territórios pelo capital, como também autores que tratam da discussão da espoliação da natureza para apropriação do capital e seus desdobramentos nos territórios pesquisados.

As pesquisas foram desenvolvidas nos municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho no estado da Bahia, com investigações que se deram em órgãos públicos como CHESF e prefeituras, associação dos moradores de Sobradinho, movimentos sociais, representantes públicos, empresas atuantes nos empreendimentos eólicos e visitas aos parques eólicos Ventos de Casa Nova no povoado Malvão em Casa Nova-BA, aos parques eólicos São Pedro do Lago, Pedra Branca e Sete Gameleira, localizados no povoado de São Pedro em Sento Sé-BA. Foram feitos registros fotográficos em todos os momentos possíveis da pesquisa durante os meses de investigação, entrevistas abertas e semiestruturadas com pequenos produtores que estão “recebendo”, em suas propriedades, os parques eólicos.

Em Casa Nova, as investigações foram desenvolvidas na sede do município, onde se entrevistou o presidente do Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC e no povoado Malvão. Foram feitas trinta entrevistas com os pequenos produtores arrendantes de terra para a implantação do Parque Eólico e com moradores que não arrendaram terras, além de visita às instalações do parque eólico dessa localidade.

Em Sobradinho, as pesquisas foram feitas na sede do município; nesse momento, foram entrevistados o secretário de Desenvolvimento e Agricultura e dois

representantes municipais da Câmara de Vereadores. Na Chesf, órgão responsável pelas obras dos parques eólicos de Casa Nova e Sento Sé, foi realizada uma entrevista com um engenheiro civil, além de vinte entrevistas com proprietários de terras arrendadas. A visita ao parque eólico em Sobradinho não foi possível de ser realizada, por se tratar de uma empresa multinacional espanhola e de difícil acesso, conseguimos, apenas, fotografar esse parque pelo lado de fora.

Em Sento Sé, as análises transcorreram principalmente por meio de entrevistas realizadas nos povoados de São Pedro do Lago e Brejo de Dentro; no contexto de aproximadamente, trinta arrendantes foram entrevistados vinte.

As pesquisas de campo, sobretudo as entrevistas, foram fundamentais, pois permitiram obter informações sobre o assunto em questão que não foram encontradas nas pesquisas bibliográficas e documentais, contribuindo, assim, para um melhor desenvolvimento das investigações.

Nessa perspectiva, a utilização do método dialético tornou-se essencial para interpretação dos resultados, uma vez que trata da atuação de diferentes sujeitos, além de permitir um olhar crítico acerca dos conflitos que são gerados na construção e formação de novos territórios. A escolha do método dialético como instrumento de análise possibilitou a apreensão da totalidade das relações, constituindo em uma importante ferramenta na compreensão das complexas relações que se estabelecem no movimento de produção do espaço geográfico (MORAES 2002).

Procurou-se realizar uma leitura pautada na totalidade, considerando as transformações ocorridas que envolvem o espaço pesquisado.

A interpretação da realidade por meio da totalidade das relações nos permitiu entender a lógica da realidade fora das aparências. Por meio dessa leitura, tentamos explicar como o discurso do desenvolvimento se espacializa, elaborando contradições no espaço; a partir dela, entendemos o movimento global do capital na medida em que abordamos a exploração da natureza e o discurso do renovável fora da realidade local dos municípios estudados. Isso nos permitiu realizar uma leitura não linear, mas de totalidade.

A categoria território norteou as investigações realizadas por se apresentar como componente central nas discussões geográficas não enquanto substrato material, mas como componente do espaço apropriado para o consumo e a produção (SANTOS e SILVEIRA, 2008). A partir dessa categoria de análise, foi possível construir o suporte teórico para o entendimento das relações

socioeconômicas e políticas estabelecidas e na percepção do modelo de desenvolvimento como explicação das transformações ocorridas nos espaços.

Para alcançar tais propostas, a presente dissertação está organizada em três capítulos, seguidos das considerações finais. As discussões, que permeiam o primeiro capítulo, partem uma análise teórica acerca do conceito de natureza e sua relação com o homem ao longo do tempo histórico. No segundo capítulo, buscou-se fazer um resgate sobre a questão ambiental e a emergência de implantação de políticas públicas voltadas para geração de energia renovável e como as mesmas estão se materializando na forma de energia eólica no semiárido baiano. Neste capítulo, procurou-se, ainda, compreender como o capitalismo se apropria das vantagens locacionais do lugar para suprir suas necessidades e dar continuidade ao seu modo de produção. O terceiro e último capítulo trata da espacialização das políticas públicas e do discurso e estratégias usadas pelo Estado e grandes corporações para se apropriar dos espaços e como se efetivam as manifestações de luta de classe neste território.

Nesse aspecto, entender as dinâmicas de ocupação e territorialização dos espaços nesses municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho, a partir da implantação de parques eólicos, possibilitou o entendimento da (re) produção desse espaço no contexto das escalas em que se inscrevem, desde a mundial à local.

1. DA NATUREZA INTERIOR À NATUREZA PARA O CAPITAL: PERSCRUTANDO PELO DEBATE

No princípio da humanidade, havia uma unicidade entre o homem e a natureza, onde a vida dos homens e o trabalho andavam no mesmo compasso da natureza. Esta conexão é rompida na conjuntura do modo de produção capitalista. A natureza, até então, tida como um meio de subsistência, torna-se produto dos meios de produção do capitalismo que dela passa a se beneficiar. Nesse contexto de apropriação e transformação dos recursos naturais pelo homem, o trabalho é tido como o mediador da relação homem natureza.

1.1. Homem - natureza: conceito e dualismo

Ao longo da história, a relação homem - meio, sociedade-natureza foi fundamental na luta pela sobrevivência.

Em cada tempo histórico, a natureza recebeu conceitos e definições de filósofos e estudiosos que a trataram de acordo com o contexto que os inseriam. Smith² discorre sobre a magnitude desta abordagem, escrevendo o seguinte:

apesar do fundamento comum na experiência da natureza, a concepção de natureza é extremamente complexa e muitas vezes contraditória. A natureza é material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim. Em nosso elenco de concepções da natureza, todos esses significados sobrevivem hoje, mas mesmo em sua complexidade eles são organizados em um dualismo essencial que domina a concepção da natureza (1988, p. 28).

² Smith faz uma análise sobre a utilização do espaço pelo sistema capitalista. Trata sobre a igualização do espaço pelo capital para explorá-lo, ou seja, busca mostrar que o espaço é tornado igual pela acumulação. Por outro lado traz o seu contrário, que é a tendência à diferenciação, em que mostra como o desenvolvimento do sistema capitalista modifica o espaço suprimindo suas diferenças naturais, mas criando diferenças, o denominado desenvolvimento desigual sobre as diversas partes desse espaço. Ele busca mostrar que a diferenciação do espaço se dá pela necessidade da expansão das unidades individuais do capital de expandir seus lucros, segundo ele, esse movimento é incontrolável, pois demonstra que a concentração e centralização do capital, processos que tornaram necessário essa expansão que acabou modificando esse espaço pela busca do crescimento econômico criando os espaços desiguais, utilizados pela exploração do capital, seja pela exploração da natureza e seus recursos naturais ou dos sujeitos do trabalho.

A concepção de natureza se torna complexa e, muitas vezes, contraditória, assim, sem intenção de esgotar a discussão, versaremos acerca de algumas concepções de natureza, discutindo a forma como se configurou o dualismo da separação homem - natureza, mas, sobretudo, sobre o tratamento marxista de natureza.

A visão de mundo até o século XIX era influenciada pela concepção teleológica, arraigada numa noção de providência divina. A Escala da Natureza ou Cadeia do Ser³ era o conceito tradicional, “que presumia não só a existência de uma fina escala ou gradação da natureza, evoluindo até os seres humanos, mas também a imutabilidade das espécies – todas criadas original e separadamente por Deus” (FOSTER, 2014, p. 43).

No princípio, o conceito de natureza era ideado como obra e dom de um Deus criador; assim, a natureza e o divino se confundiam numa simbiose de vantagens recíprocas, onde o homem e a natureza estabeleciam uma unidade viva.

No entanto, com o desenvolvimento das ideias iluministas, da ciência moderna e do capitalismo industrial, essa visão teleológica, religiosa da natureza deu uma recuada, abrindo espaço para novas concepções que retiram o homem do reino dos céus e o coloca no reino da Terra, proporcionando uma nova forma de entender a natureza e o homem.

Assim, baseado na presença de dois princípios, um voltado para uma visão religiosa do conceito de natureza, e outro abrindo mão dessa perspectiva, voltado às razões do homem e terrenas, consagrou-se o dualismo, conduzindo a oposição entre homem e natureza, sujeito e objeto. Separados, essa concepção propõe que os fatos e fenômenos humanos estão fora do campo da natureza e relacionados ao conceito de espírito.

Para Smith, as raízes históricas do dualismo remontam a Kant⁴. Ele distinguiu entre diversas naturezas, em particular entre uma natureza interna e outra externa. A

³ Esta escala era essencialmente estática, sua principal utilidade é permitir que o homem veja que abaixo de Deus pode haver milhões de criaturas superiores ao homem. Esta visão não incluía a noção de descendência filogenética, mas confiava na criação divina de cada etapa, criações sucessivas que se ligavam apenas através da mente de Deus. Com as ideias revolucionárias ganhando força XVIII e início de século XIX, que a cresça secular da escala da natureza foi minada, tornando cabível a ideia de um lento processo de evolução. (ver A ecologia de Marx: materialismo e natureza do escritor John Bellamy Foster).

⁴ Smith ressalta que “esse dualismo remonta diretamente a Kant, embora elas certamente apareçam em fragmentos na tradição intelectual judaico-cristã” (SMITH, 1988, p. 28-29), que caracteriza o conjunto de crenças em comum do judaísmo e o cristianismo.

interna se referia às “paixões cruas” dos seres humanos, e a natureza externa compreendia o ambiente físico e social em que viviam os seres humanos. “Essa distinção era, num certo sentido, forçada em Kant, como resultado do sistema epistemológico que ele construiu e é significativo que, nesse dualismo, a própria mente humana não figure de forma alguma” (1988, p. 29).

Ainda nas análises de Smith, esse dualismo de Kant era superado pela mente human; a mente cognoscente individual experimentava a natureza como uma unidade da mente; e, no nível da espécie, era função da cultura superar esse dualismo do animal interior e da natureza exterior (Ibid.).

Ao desenvolver suas interpretações filosóficas, Kant aprimorou e consolidou o dualismo da natureza exterior e universal. Nesse sentido, a natureza é, simultaneamente, exterior, isto é, rege-se por suas próprias leis invioláveis e independentes da vontade humana; e universal, pois o homem e a sociedade, evidente, também fazem parte da natureza (SMITH, 1988).

De um lado, a natureza é *externa*, uma coisa, o reino dos objetos e dos processos que existe fora da sociedade. A natureza exterior é primitiva criada por Deus, autônoma; é a matéria-prima da qual a sociedade é construída, fronteira que o capitalismo industrial frequentemente faz recuar. Como árvores e rochas, rios e tempestades, a natureza está esperando para ser internalizada no processo de produção social. Por outro lado, a natureza é também claramente concebida como universal. Ao lado da natureza exterior, nós temos claramente a natureza humana, na qual está implícito que os seres humanos e seu comportamento social são absolutamente tão naturais quanto os aspectos ditos “externos” da natureza. Desse modo, os tratamentos ecológicos da sociedade humana situam a espécie humana como uma entre muitas na totalidade da natureza (ibid. p. 28).

Essa dicotomia entre homem e natureza vem reafirmar, para Smith, que essa “contemporânea ideologia burguesa da natureza está construída sobre essas dicotomias filosóficas realizadas por Kant. Sua dicotomia da natureza interior versus natureza exterior ainda nos parece intuitivamente correta” (SMITH, 1988, p. 29).

Assim, o dualismo inicial provoca ou, pelo menos, implica outros que soam familiares ainda hoje: a mente e a natureza, a cultura e a natureza. A contemporânea ideologia burguesa de natureza está construída sobre essas dicotomias filosóficas realizadas por Kant (ibid.).

Francis Bacon também construiu e influenciou no conceito de natureza. Para ele, a natureza é essencialmente exterior e está intimamente ligada à ciência e produção, ou seja, a natureza objetivada por meio do processo produtivo. Com esse pressuposto, é primordial, para Bacon, a ideia de domínio da natureza.

Considerado o fundador da ciência moderna, Francis Bacon é conhecido também por sua defesa entusiasmada acerca da importância da natureza. Embalado pela visão mecanicista e racional, Bacon trazia, na sua teoria, a ideia de domínio do homem sobre a natureza⁵; para ele, a ciência deveria desenvolver tecnologias para intervir na natureza.

O domínio da natureza é realizado através da aplicação das “artes mecânicas” que são por sua vez desenvolvidas através da “perquirição da natureza”. Somente “aprofundando-se cada vez mais na mente do conhecimento natural” poderia o homem desenvolver os meios de domínio sobre a natureza; o homem comanda a natureza obedecendo a “ela” (SMITH, 1988, p. 30).

O pensamento de Bacon representa esse caráter de dominação de técnica da natureza pelo homem. Vista assim, como objeto ou algo a ser apropriado e tendo o homem como mediador de todo o processo, a tese de Bacon fortaleceu a ideologia de utilizar a natureza como recurso, legitimando o modo capitalista de produção.

A apresentação da natureza como um objeto exterior não é nem arbitrária nem acidental. Embora a conexão entre indústria e método científico esteja atualmente um pouco obscurecida, ela era bastante evidente para Bacon. No processo de trabalho, os seres humanos tratam os materiais naturais como objetos exteriores do trabalho a serem transformados em mercadorias. Os produtores põem as “artes mecânicas” entre si mesmos e os objetos do trabalho com a finalidade de aumentar a produtividade do processo de trabalho. E se a ciência vai funcionar como um meio de desenvolver essas “artes mecânicas”, então ela também deve tratar a natureza como um objeto exterior (SMITH, 1988: 32).

Não obstante, Bacon admite também a universalidade da natureza, que, por sua vez, está relacionada aos princípios religiosos de sua compreensão acerca de uma conciliação entre o homem e a natureza, ou o homem e Deus. O domínio da natureza, considerava ele, é uma tarefa divina, sancionada por Deus e tornada

⁵ Ideia que permanece até os dias atuais.

necessária pela Queda do Jardim do Éden. “Se a Inocência foi para sempre perdida, alguma coisa do harmonioso equilíbrio entre “o homem e a natureza” poderia, ainda, ser reconquistado através do benéfico domínio do homem sobre a natureza” (SMITH, 1988: 30).

As ideias de Bacon acerca da dominação da natureza permitem entender que o homem não faz parte dela e sim é seu controlador. Assim, a natureza foi se tornando domínio do conhecimento científico, potencializada pela tecnologia, tornando-se projeto de ideologia e dominação sob a égide do dualismo homem-natureza, em que a natureza é instrumentalizada e subtraída para benefício do homem.

A natureza externa está motivada pelo processo produtivo. Ela se configura como o objeto sobre o qual os homens agem. E para a ciência, no processo de produção, a natureza é também um objeto exterior. Assim, Smith considera que foi com Bacon que se deu o tratamento científico da ciência, ao abordar a natureza “como exterior no sentido de que o método e os procedimentos científicos ditam uma absoluta abstração tanto do contexto social dos eventos e objetos em exame quanto do contexto social da própria atividade científica” (Ibid. 31).

O dualismo homem-natureza parte do princípio de que o conceito de natureza não é natural, foi estabelecido pelos homens de acordo com seus interesses e ideias. Para Porto-Gonçalves, sempre irá ter uma ideia determinada do que seja natureza, sendo criada e instituída pelos homens, constituindo “um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura” (2006, p.23).

Porto-Gonçalves (2006) observa que é com Platão e Aristóteles, da matriz filosófica do pensamento clássico grego que se começa a assistir a um desprezo “pelas pedras e pelas plantas” e a um privilegiamento do homem e da ideia.

Desse modo, paulatinamente, firmar-se-á uma concepção desumanizada de natureza, que adquiriu maior dimensão com o Cristianismo ocidental da Idade Média.

Foi, sobretudo com a influência judaico-cristã que a oposição *homem-natureza* e *espírito-matéria* adquiriu maior dimensão. Os cristãos vão afirmar decididamente que “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”. [...] O homem é assim, dotado de um privilégio. Com o cristianismo no Ocidente, Deus sobe aos céus e, de fora, passa a agir sobre o mundo imperfeito do dia-a-dia dos mortais.

Localizado num lugar privilegiado, estratégico, do alto, Deus a tudo vê e controla (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.32).

O século XVII foi marcado por grandes inovações na ciência e no pensamento⁶. Esse momento histórico viu brotar o método experimental e a explicação mecânica e matemática do universo, fatos que deram origem às ciências modernas.

O pensamento moderno é marcado pela filosofia de René Descartes (1596-1650). E com Descartes, “essa oposição *homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto* se tornará mais completa, constituindo-se no centro do pensamento moderno e contemporâneo” (ibid. p.33).

Porto-Gonçalves (ibid.) destaca dois aspectos da filosofia cartesiana, que vão marcar a modernidade. Primeiro, o caráter pragmático que o conhecimento adquiriu (a natureza é vista como um recurso, um meio para se atingir um fim). Segundo, o homem passa a ser visto como o centro do mundo (antropocentrismo). Assim, instrumentalizado pelo método científico, pode penetrar os mistérios da natureza, e tornar-se “senhor e possuidor da natureza”.

Ainda com ressalvas do mesmo autor, o antropocentrismo e o sentido pragmático-utilitário do pensamento cartesiano não podem ser vistos desvinculados do mercantilismo, que se firmava e já se tornava, como o colonialismo, senhor e possuidor de todo o mundo.

Afinal, na Idade Média, a riqueza dos senhores feudais e da Igreja advinha da propriedade privada da terra e, na verdade, da exploração dos servos que para utilizarem pagavam um tributo ou renda. Com o desenvolvimento mercantil e, com ele, da burguesia, a riqueza passa cada vez mais a depender da técnica. A pragmática filosofia cartesiana encontra um terreno fértil para germinar. O

⁶ O século XVII marca o início da idade moderna, também chamado de século das luzes. Esse momento histórico é caracterizado pela razão, ciência e o respeito à humanidade. As novas descobertas da ciência, a teoria da gravitação universal de Isaac Newton e o espírito de relativismo cultural fomentado pela exploração do mundo ainda não conhecido foram também importantes para a eclosão do Iluminismo. Entre os precursores do século XVII, destacam-se os grandes racionalistas, como René Descartes e Baruch Spinoza, e os filósofos políticos Thomas Hobbes e John Locke. Na época, é igualmente marcante a fé no poder da razão humana. Chegou-se a declarar que, mediante o uso judicioso da razão, seria possível um progresso sem limites. Porém, mais que um conjunto de ideias estabelecidas, o Iluminismo representava uma atitude, uma maneira de pensar. De acordo com Immanuel Kant, o lema deveria ser “atrever-se a conhecer”. Surge o desejo de reexaminar e pôr em questão as ideias e os valores recebidos, com enfoques bem diferentes, daí as incoerências e contradições entre os textos de seus pensadores. A doutrina da Igreja foi duramente atacada, embora a maioria dos pensadores não renunciassem totalmente a ela.

antropocentrismo consagrará a capacidade humana de dominar a natureza. Esta dessacralizada já que não mais povoada por deuses, pode ser tornada objeto e, já que não tem alma, pode ser dividida, tal como o corpo já o tinha sido na Idade Média. É uma natureza- morta, por isso pode ser esquartejada (ibid. p. 34).

Neil Smith (1988) afirma que, mais que qualquer outro acontecimento conhecido, a emergência do capitalismo industrial é o responsável pelo surgimento das concepções e visões contemporâneas sobre a natureza. Ainda para ele, o capitalismo industrial trouxe à luz os significados acumulados da natureza, de modo que eles possam ser moldados e transformados em concepções da natureza apropriadas à época atual.

Nesse contexto, a razão humana adquiriu um poder nunca antes pensado. O domínio sobre a natureza ganha força, transformando-a em objeto, usada para ampliação da técnica e proveito dos seres humanos.

O século XIX vive o triunfo da ciência e da técnica, adquirindo grande significado na vida dos homens. Objetivada e dominada, a natureza é subdividida⁷ num dualismo, conduzindo a oposição entre homem e natureza, sujeito e objeto. Separados na presença de dois princípios, essa concepção estabeleceu que os fatos e os fenômenos humanos estão fora do campo da natureza e relacionados ao conceito de espírito.

As abordagens apresentadas fazem crer que a ideia de uma natureza objetivada e exterior ao homem pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem, criando um abismo colossal entre uma e outra (GONÇALVES, 2006).

Para Smith (1988), o conceito de natureza é um produto social com clara função política. A hostilidade da natureza exterior justificava sua dominação e amoralidade espiritual da natureza universal e fornecia um modelo para o comportamento social. Isso é o que ele quis dizer com ideologia da natureza.

Com esse entendimento, Neil Smith fundamenta o que veio a chamar de “ideologia da natureza”. Para ele, a ideologia é uma relação invertida, truncada e

⁷ Nesse momento histórico, qualquer tentativa de pensar o homem e a natureza de uma forma orgânica e integrada, torna-se mais difícil, pois a divisão não se dá somente enquanto pensamento. A natureza, cada vez mais a ser um objeto dominado e possuído, é agora subdividida em química, física, biologia. O homem em economia, antropologia, história, psicologia e etc. Carlos Walter Porto Gonçalves In. Os (des)caminhos do Meio Ambiente, 2006.

distorcida da realidade. Ela não é, simplesmente, um conjunto de ideias erradas, mas sim um conjunto de ideias radicadas na experiência prática, embora seja a experiência prática de uma dada classe social, que vê a realidade através da sua própria perspectiva e ainda assim, de forma parcial. Apesar de ser, dessa forma, uma reflexão parcial da realidade, a classe tenta universalizar sua própria percepção do mundo.

Primeiro, a natureza foi de tal forma domesticada que, agora, as conotações de hostilidade são geralmente reservadas para os eventos extremos e pouco frequentes, tais como maremotos, enchentes e furacões. Seja ou não hostil, o fato da exterioridade da natureza é o bastante para legitimar a dominação da natureza; de fato, esse processo de subjugação veio a ser tratado como “natural”. Em segundo lugar, e mais importante hoje, é a função ideológica da concepção universal (ibid.).

A função escamoteadora da concepção universal hoje é atribuir a certos comportamentos sociais o *status* de eventos naturais, pelos quais se quer significar que tais comportamentos e características são normais ou dados por Deus, imutáveis. A competição, o lucro, a guerra, a propriedade privada, o erotismo, o homossexualismo, racismo, a existência de ricos e de despossuídos, ou a existência de “caciques e índios” – a lista é infinita – tudo isso é considerado natural. A natureza e a não história humana, é considerada responsável; o capitalismo é tratado não como historicamente contingente mas como um produto inevitável e universal da natureza que, enquanto ele possa estar hoje em pleno apogeu, ele pode ser encontrado na antiga Roma ou entre macacos saqueadores, onde a sobrevivência do mais apto é a regra. O capitalismo é natural; lutar contra ele é lutar contra a natureza humana (ibid. p.46).

Assim, entendemos que o conceito de natureza é uma construção do produto social, que se modifica com o desenvolvimento de cada tempo, mas que sempre esteve associado a uma construção política voltada para sua objetivação e dominação no sentido de legitimar e naturalizar as formas historicamente determinadas das relações sociais de produção capitalista. Com esse pressuposto, a “ideologia da natureza” cumpre sua principal função: tornar natural as relações sociais historicamente determinadas.

É nesse viés que a Geografia se preocupa com a apropriação da natureza. As forças econômicas que buscam conhecer as potencialidades naturais dos diversos países, sobretudo daqueles mais pobres para saciarem as necessidades

do movimento do capital. Nessa lógica, o capital se apropria das potencialidades naturais, locais para se reproduzir e manter sua lucratividade, apropriando-se e controlando os espaços de acordo com seus interesses.

De acordo com Marcelo Mendonça (2004, p.69), o processo de domínio e controle dos territórios que apresentam recursos naturais que interessam ao capitalismo, dá-se de forma rápida e eficiente entre as sociedades ainda não totalmente integradas ao circuito produtivo.

Para Lisboa e Conceição (2007, p. 117),

as especificidades que estabelecem a diferenciação entre os lugares resultantes, tanto dos processos da natureza, como dos processos econômicos e sociais, tiveram seu valor relativizado pela mundialização do capital. As redes e fluxos complexificaram os lugares, de modo que a criação e o desfazer dessas parcelas do espaço se processam com enorme rapidez. Novos territórios são construídos e desconstruídos a depender da função que vão assumindo para a reprodução do capital.

Ainda para Lisboa (2007), a apropriação das potencialidades locais pelos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL) é mais uma válvula de escape encontrada pelo capital para se reproduzir e manter suas altas taxas de lucratividade. Ela afirma que a dominação e apropriação se estabelecem na conquista de novos espaços nos quais são tornados territórios de uso e exploração em função dos seus fins.

Assim, o capitalismo se apropria dos novos espaços, dominando-os a fim de subtrair dos recursos naturais sua fonte de riqueza. “Para o capitalismo sobreviver, deverá existir ou ser criado espaço novo para a acumulação” (Harvey, 2006, p. 64).

Nesse sentido, temos o caso da implantação de parques eólicos no semiárido baiano. Um espaço, que antes era esquecido, hoje ganha novo valor de uso por meio de suas potencialidades naturais para produção de energia eólica. É sustentado na concepção das potencialidades dos lugares que os mesmos se tornam atraentes para o movimento do capital.

De acordo com Rodrigues (2013), o Brasil está inserido nessa dinâmica de busca por novos territórios. O país serve como uma rica fonte de expropriação da natureza e encontra-se na lógica da apropriação das matérias-primas que

compõem a natureza a fim de garantir a manutenção do modo de produção capitalista.

1.2. Natureza: uma relação dialética

Uma alternativa crítica se ergue ao predomínio do modelo mecanicista e ao tratamento dualista dado à natureza, proposta pela interação dialética entre a natureza e o ser humano. Essa proposição apresenta a relação homem-natureza como uma equação não disjuntiva, em que o homem faz parte integrante da natureza e se distingue dela por sua capacidade de transformá-la por meio do trabalho.

Karl Marx muito contribuiu para as discussões sobre a relação homem e natureza. Ele mostra que, na sociedade capitalista, a natureza se apresenta como recurso para o desenvolvimento da vida humana e os fenômenos naturais são considerados como pressupostos gerais de toda produção (MORAES ; COSTA, 1999).

Marx estava consciente dos problemas de uma concepção dualista da natureza. Já no século XIX, ele tentou uma reconciliação analítica da natureza e da história e estava consciente da significação ideológica da natureza universal.

Para Marx, a natureza não é exterior à sociedade; essa relação é um produto histórico, onde é preciso encontrar uma unicidade entre natureza e história. Assim, a natureza é dialética. Isso é percebido na interação do homem com a natureza.

A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como Sujeitos transformadores, quanto como forças da natureza. O homem constituiu-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho. Sua dialética consiste nisto: que os homens modificam sua própria natureza à medida que eles progressivamente eliminam a natureza exterior de seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprio e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos⁸.

⁸ Texto do livro *The Concept of Nature in Marx* (1971) de Afred Schmidt, utilizado por Neill Smith.

Nesse sentido, o conceito de “metabolismo social ou interação metabólica,” construído por Marx, possibilita o entendimento do processo pelo qual o homem modifica a natureza externa e transforma, ao mesmo instante, sua natureza interna, constituindo, assim, o processo de trabalho⁹.

Para Schmidt, o conceito de metabolismo é crucial para a compreensão marxista de natureza. Assim:

Com o conceito de ‘metabolismo’, Marx introduziu uma compreensão completamente nova da relação do homem com a natureza [e] foi além de todas as teorias burguesas de natureza apresentadas pelo Iluminismo [...]. Os homens incorporaram suas próprias forças essenciais em objetos naturais [e] as coisas naturais adquirem uma nova qualidade social como valores-de-uso. Dai a natureza ser humanizada, enquanto os homens são naturalizados (SCHMIDT apud. SMIDT, op. cit. p. 50-51)¹⁰.

O conceito de metabolismo de Marx foi empregado para definir o processo de trabalho como um processo entre o homem e a natureza, um processo pelo qual o homem, por meio de suas próprias ações, medeia, regula e controla o metabolismo entre ele mesmo e a natureza.

Para ele,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p. 326-327).

⁹ Grande parte da discussão de Marx sobre a relação metabólica entre os seres humanos e a natureza pode ser considerada um desenvolvimento das tentativas mais diretamente filosóficas do jovem Marx de esclarecer a complexa interdependência entre os seres humanos e a natureza. O conceito posterior de metabolismo de Marx, porém, permitiu-lhe expressar esta relação fundamental de forma mais científica e sólida, retratando a troca complexa, dinâmica, entre os seres humanos e a natureza decorrente do trabalho humano (FOSTER, 2014).

¹⁰ Uma ressalva bastante pertinente e realizada por Smith a cerca da originalidade histórica do conceito de metabolismo de Marx. Para ele o que seria novo e inédito seria o contexto usado, onde percebeu o processo trabalho como a força motivadora dessa interação metabólica.

A relação humana com a natureza, segundo essa concepção, é uma relação claramente orgânica, em que os seres humanos produzem historicamente com a natureza seus meios de subsistência. Assim, “o homem vive da natureza, isto é, a natureza é seu *corpo*, e ele precisa manter um diálogo continuado para não morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está vinculada à natureza significa simplesmente que a natureza está vinculada a si mesma, pois o homem é parte da natureza” (FOSTER, 2014. p. 223).

Em 1875, Karl Marx já abordava o papel da natureza na acumulação de riqueza¹¹. De acordo com ele,

o trabalho não é a fonte de toda riqueza. A natureza é a fonte dos valores de uso (que são os que verdadeiramente integram a riqueza material!), nem mais nem menos que o trabalho, que não é mais que a manifestação de uma força natural, da força de trabalho do homem [...]. Na medida em que o homem se situa de antemão como proprietário da natureza, primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho, e a trata como possessão sua, e, portanto em fonte de riqueza (p. 12-13).

O uso dessa referência retrata que a discussão acerca da utilização da natureza como valor de troca e fonte de matéria-prima é realizada há muito tempo, e que compõe no âmbito da industrialização, e conseqüentemente da urbanização, uma fonte essencial para os processos de transformações do capitalismo e de sua acumulação ilimitada. Esse cenário levou ao esgotamento da natureza como recurso, de modo a limitar a própria produção da riqueza, nos moldes capitalistas, considerando seu ritmo de acumulação. Esse é o sentido que queremos dar à discussão que segue.

Ao tempo que Marx construiu o conceito de metabolismo, ele também se convence acerca da natureza insustentável¹² e elabora o conceito de “falha

¹¹ Ler a Crítica ao Programa de Gotha, 1875. Nele, Marx faz críticas ao Partido Operário Alemão em Gotha, que com jogo de palavras defendiam posições burguesas travestidas de transformadoras e radicais. Uma das afirmações do programa era que, o trabalho é a fonte de toda riqueza.

¹² A crítica de Marx à agricultura capitalista teve uma grande contribuição os trabalhos sobre fertilizantes do químico alemão Justus Von Liebig (1803-1873), que deram início a era dos fertilizantes químicos. Em 1840 Liebig publicou a obra *Organic chemistry in its application to agriculture and physiology* que forneceu as primeiras explicações convincentes do papel dos nutrientes do solo (nitrogênio, fósforo e potássio) no crescimento das plantas. A partir deste trabalho foi comprovado que a fertilidade do solo é limitada e que há um esgotamento dos solos à medida que avançam as técnicas agrícolas capitalistas. Assim, tal falha metabólica entre os seres humanos e o solo foi em larga escala criada pela sociedade capitalista (FOSTER, 2014).

metabólica”. Uma falha na relação metabólica entre o homem e a natureza, devido às formas capitalistas de produção.

1.3. O debate epistemológico sobre a natureza como recurso

Para existirem, os homens, necessariamente, precisam transformar de forma constante a natureza. Para Marx, essa é a base ineliminável do mundo dos homens. Sem transformar a natureza, a reprodução da sociedade não seria possível. Essa dependência da sociedade para com a natureza, contudo, não significa que o mundo dos homens esteja submetido às mesmas leis e aos processos do mundo natural (LESSA ; TONET, 2011).

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2013, p. 211).

O trabalho se configura como a diferença do mundo dos homens para com a natureza. Por meio dele, o ser humano torna-se um ser social, com leis completamente distintas das que regem a natureza; suas leis desenvolvem-se historicamente. Nesses termos, homem e animais diferem ao produzirem objetos, como Marx chama atenção:

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma

apenas o material sobre o qual opera; **ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira**, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2013, p. 211, **grifo nosso**).

O processo de transformação da natureza pelos homens difere em muito do processo de transformação natural. As ações humanas sempre serão cogitadas na sua consciência antes de serem postas em prática e modificadas ao longo do tempo histórico, sendo elas fundamentais para o seu desenvolvimento. Já a transformação da natureza realizada por “abelhas e aranhas” é inerente a esses animais e não servem de fundamento para o desenvolvimento dos mesmos, não se modificam no tempo, ocorrendo da mesma forma há séculos.

Sobre esse aspecto, Engels (1876, p.22) acrescenta que nenhum ato de nenhum animal pode imprimir, na natureza, o selo de sua vontade, somente o homem pode fazê-lo, ou seja,

só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e obriga a servi-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez resulta do trabalho.

À medida que os homens evoluíram, sua consciência e sua capacidade de discernimento passaram a transformar a natureza e também se transformaram, passaram a adquirir sempre novos conhecimentos e habilidades. Essa condição faz com que novas necessidades surjam. Consciente de suas ações, o homem passa gradativamente a interferir na natureza a seu favor.

Nesse caso, de acordo com Morrone e Machado (2010), a natureza é vista como a essência da produção, que é modificada pelo ser humano para o seu benefício, ou seja, para manter e melhorar suas condições de vida. Porém, na medida em que os humanos aumentam seu domínio sobre a natureza, ampliam seu distanciamento em relação a ela.

Essa separação¹³ entre homem e natureza, ao longo da história, produziu novas técnicas de produção de riqueza, e de utilização dos recursos da natureza. No entanto, os produtos dessa riqueza foram apropriados por uma minoria.

Porto-Gonçalves (2013, p. 289), observa que,

É na medida em que se firma essa base, em que homens e mulheres estejam separados (expropriados) das condições naturais essenciais para sua reprodução, que tornará cada qual vendedor de sua capacidade de trabalho e comprador de mercadorias. A natureza, tornada propriedade, será objeto de compra e venda, e, assim, por todo lado, temos mercantilização.

Tratada como um recurso para a obtenção de lucro, a natureza tem sido apropriada pelo capital de forma perversa e inconsequente. O modo de produção do capitalismo, que perpetua o consumo em massa e a contínua produção industrial, caminha a cada dia para um mundo insustentável.

Para Neil Smith (1988, p. 88), dentro do processo de acumulação, o sistema capitalista como um modo de produção deve se expandir ininterruptamente para se manter vivo. Para tanto, ele vai buscar recursos materiais e a natureza como meio universal de produção é apropriada “de modo que ela não somente provê o sujeito, o objeto e os instrumentos de produção, mas ela é, em sua totalidade, um acessório para o processo de produção”.

No olhar de Denise Elias, a ciência, a tecnologia e a informação se constituíram nas mais marcantes forças produtivas; o homem passa a ter o poder de induzir os progressos, imprimindo intensa velocidade de renovação, passando a ter grande poder de interferência na natureza. Essas possibilidades modificaram, radicalmente, a relação homem-natureza. Desse modo, o homem enquanto agente modificador do espaço geográfico, “que já foi mero observador” (ELIAS, 2006) transforma-se em um agente com grande capacidade de interferência na natureza.

Na medida em que se altera a relação homem-natureza constituem-se os processos territoriais no espaço, o que, para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004), é simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação; em síntese, uma unidade dialética, contraditória da espacialidade que a sociedade tem que

¹³ Refere-se ao momento em que o homem passa a não se sentir parte da natureza orgânica.

desenvolver. Oliveira acrescenta ainda que o território deve ser “apreendido como síntese contraditória, como unidade concreta do modo de produção / distribuição / circulação / consumo e suas articulações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.). O Estado, nessa perspectiva, desempenha a função de regulação, e as corporações que compõem os blocos hegemônicos nacionais e internacionais detêm o poder e monopolização dos territórios.

O homem sempre interferiu na natureza; porém, após a Revolução Industrial¹⁴, essa interferência adquiriu formas bem mais sofisticadas, o que permitiu uma melhor e maior produtividade, característica de um sistema econômico que começava a adquirir sua forma moderna. Assim, subjugada, a natureza é dominada e explorada.

Na análise de Porto-Gonçalves (2013), com a invenção da máquina a vapor, a natureza das conquistas territoriais e a acumulação de capital ganharam as características do processo de globalização e entraram em uma nova fase. “Uma nova revolução nas relações do homem com a natureza terá início, com enormes consequências para o devir da humanidade e do planeta” (2013, p. 26).

Nesse caminhar, as distâncias começavam a ser superadas e a “globalização da natureza”, bem como a globalização da sua exploração, ganhou maior significado, tornando-se essencial para a produção do lucro e para o processo de acumulação de capital.

A indústria, com a máquina a vapor, não tem mais que estar junto ao local onde é produzida matéria-prima, sobretudo quando a máquina a vapor é adaptada aos transportes (ferrovias e navegação oceânica). Inicia-se uma profunda e radical transformação na geografia social e de poder mundial, com enormes efeitos ecológicos, na medida em se dissocia o lugar onde se extrai a matéria do lugar onde ela é transformada e consumida. A revolução técnica, vê-se, é uma transformação nas relações de poder a matéria e, com ela, conformar a sociedade e o ambiente ao mesmo tempo (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 28).

Com as tecnologias desenvolvidas durante a Revolução Industrial, a economia mundial vivenciou grandes mudanças no século XIX e começo do século

¹⁴ Foi na Inglaterra, na metade do século XVIII, que começou a Revolução Industrial. A invenção da máquina a vapor trouxe para a produção uma nova dinâmica, e nas relações do homem com a natureza terá início uma grande mudança, inicia-se um processo contínuo de produção em massa, geração de lucro e acumulação de capital.

XX. Para atender à demanda da produção e do consumo, se impôs-se no mundo uma política de expansão territorial, econômica e cultural de uma nação sobre a outra; o imperialismo. Nesse sentido, começaram a se formar na Europa os grandes grupos empresariais.

De acordo com a leitura de Porto-Gonçalves, “à medida que grandes grupos empresariais começaram a se formar na Europa, e depois nos Estados Unidos e no Japão, e a oligopolizar os mercados, foram dadas as condições político-econômicas – de poder econômico – para empreender a fase imperialista da globalização” (2013, p. 31).

Desde então, não é mais a produção de artigos de alto valor econômico por unidade de peso que está em jogo. São grandes volumes de matéria nas suas diferentes qualidades de ferro, de cobre, de zinco, de manganês, de café, de cacau, de banana, de amendoim, de algodão, enfim... tudo passa a ser removido e movido por todo o mundo, submetido pela lógica de produção de mercadorias, sob o comando dos grandes monopólios industriais financiados pelos grandes bancos, dividindo territorialmente o mundo em áreas de influência entre os diversos imperialismos nacionais (inglês, alemão, francês, holandês, belga, italiano, estadunidense) (Ibid.).

Com o aumento crescente do comércio local e especialmente do comércio internacional, a natureza foi submetida a uma lógica mercantil, que busca incessantemente o lucro e ganhos materiais em tudo aquilo que produz. Formou-se, assim, a sociedade da produção em massa e do consumo em massa¹⁵.

A estratégia de criar as necessidades de uso de novos produtos e tornar o comércio global se efetivou. Tudo em nome de uma ideologia¹⁶ do progresso. Para Willrich (1978, p. 32), esse foi o mais rápido e prolongado período de expansão econômica da história, “os produtos do mundo inteiro se tornaram disponíveis aos consumidores, nos países ricos, e muitos produtos novos foram desenvolvidos por causa do potencial de lucros previstos no mercado global”.

De acordo com as contribuições de Albuquerque,

¹⁵ De acordo com Porto-Gonçalves, essa é uma expressão forçada quando conhecemos os níveis de consumo na África, na América Latina e Caribe.

¹⁶ Ideologia é utilizada aqui na concepção marxista, de falsa consciência, originárias das divisões de sociais, em que as ideias são apresentadas como camuflagem para realidade, na prática de dominação de classes.

Durante o período do Imperialismo, a destruição ambiental foi muito intensificada, devido à ampliação e à corrida por zonas de influência. O Imperialismo é um dos exemplos mais claros da relação entre o capitalismo e a crise sócio-ambiental, uma vez que os países imperialistas, buscando o domínio no cenário internacional, exploram ao máximo os elementos naturais dos países os quais exerciam influência, destruindo florestas, poluindo rios, levando espécies à extinção, etc. (2007, p. 54).

Nesse ritmo, tanto pelo lado da oferta dos bens de consumo, como pelo lado da demanda dos recursos naturais, assim pela desigualdade de distribuição de riqueza, o modelo do capitalismo imperialista não consegue mais se sustentar ética e moralmente. A poluição e o esgotamento dos recursos naturais passaram a ser tema de interesse, inclusive, de grupos empresariais (PORTO-GONÇALVES, 2013).

Nesse sentido, a dinâmica da sociedade capitalista já mostrava sua insustentabilidade ambiental e política e, nesse cenário, emerge o debate ambiental.

1.4. Há uma questão ambiental: a emergência do debate

Somente na segunda metade do século XX, o discurso de crise ambiental e da necessidade de promover o desenvolvimento de forma sustentável se disseminou. As décadas que seguiram à Segunda Guerra Mundial foram marcadas por discussões acerca do modelo de desenvolvimento econômico, predominante desde a Revolução Industrial. Segundo Harvey (2004, p. 96), “o rápido aumento populacional, a escalada da poluição e da geração de resíduos, a degradação ambiental [...] criara toda uma série de preocupações globais”.

Com o avanço do capitalismo e o reconhecimento sobre o esgotamento dos recursos naturais, as discussões, acerca das questões ambientais, ganham relevância. Isso vai acontecer a partir da década de 1960, com a crise mundial do petróleo¹⁷, principal fonte de produção de energia não renovável, em que o abastecimento da matéria-prima para produção de energia nos países

¹⁷ A crise do petróleo representou um dos grandes traumas para desafio econômico. Todos os países substancialmente dependentes de petróleo se deram conta de que o elemento vital de suas economias estava sob o controle estrangeiro, fato que gerou preocupações sérias, como o aumento da crise econômica, diminuição na produção e circulação de mercadorias.

industrializados ficou comprometido. A expansão do seu uso se deu, principalmente, devido aos modos de produção em série e de consumo.

Assim, as quatro últimas décadas do século XX diferem dos outros períodos que as antecederam pela especificidade do desafio ambiental que as acompanha e que as constitui. Afinal, até os anos de 1960, a dominação da natureza não era uma questão e sim uma solução para o desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2013). Por sua vez, o moderno sistema industrial capitalista depende, então, da maior oferta dos recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade. As emissões tóxicas nas águas, no ar, nos solos, e, portanto, na biosfera (ALTVATER, 1995), passaram a denunciar esse quadro de dominação lucrativa da natureza. A questão ambiental, dessa maneira, entra em evidência. Os países que sempre se beneficiaram da divisão assimétrica da riqueza, passaram a se perguntar: De que maneira é possível continuar com a exploração de matérias-primas e permanecer produzindo mercadorias e a maximização do lucro? De outro lado, emergiram movimentos ambientalistas que questionavam a forma de produção da riqueza.

Dessa forma, um debate em torno da questão ambiental para a criação de uma consciência ambiental passa a ser disseminado em todo o mundo. Com discursos que, muitas vezes, aparecem fora das relações sociais.

Nesse sentido, durante séculos, o meio ambiente era, em sua totalidade, visto como acessório para o desenvolvimento, “um mal necessário” para o crescimento econômico. Os impactos ambientais eram visíveis, mas os benefícios justificados no progresso os justificavam.

No final das guerras, o modelo econômico capitalista havia triunfado quase que em escala mundial, mas seus efeitos, no ambiente e nos aspectos sociais e culturais, já começavam a ser questionados.

Nessa conjuntura, entre os anos de 1950 e 1960, surgiu na Europa e América uma série de movimentos sociais que contestavam o modelo econômico em vigor¹⁸,

¹⁸ Porto-Gonçalves salienta que os anos 1950-60 comportaram uma ambiguidade com relação à ideia de desenvolvimento, cujos efeitos se sentirão no novo período de processo de globalização que se seguirá. É que naqueles anos se questiona o desenvolvimento lá mesmo onde ele parecia ter dado certo – isto é, na Europa e nos Estados Unidos -, no momento em que essa ideia estará sendo recuperada na América Latina, na África e na Ásia, quando ganha corpo a teoria do desenvolvimento (Yves Lacoste, Celso Furtado). Desse modo, o desenvolvimento se difundia no Terceiro Mundo ao mesmo tempo que o desenvolvimento era questionado no Primeiro (2004, p. 25).

que, posteriormente, culminaram em debates sobre o desenvolvimento e suas relações com a natureza.

Nesse contexto, uma série de reuniões envolvendo lideranças de diversos países emergem. Em 1992, durante a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92¹⁹, os chefes de Estados presentes definiram o conceito e os princípios do desenvolvimento sustentável²⁰.

A concepção de Desenvolvimento Sustentável, que surge em 1987, quando a ONU publica o *Relatório Brundtland*, intitulado, também de *Nosso Futuro Comum*, incorpora-se nesse conjunto de preocupações que emergem, fora das concernentes relações de produção. O relatório foi apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sendo definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras.

Segundo o relatório,

o Desenvolvimento Sustentável deve contribuir para retomar o crescimento como condição necessária para: erradicar a pobreza; mudar a qualidade do crescimento pra torna-lo mais justo, equitativo e menos intensivo no uso de matérias-primas e de energia; atender as necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório (FERNANDES, 2003, p. 3).

¹⁹ No contexto da crise ambiental as conferências mundiais sobre o meio ambiente representam a incorporação de novos valores nos planos territoriais e políticas, definidos a cada encontro. Em 1972, ocorreu em Estocolmo a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, pela primeira vez se discuti em âmbito global assuntos voltados à poluição atmosférica e o uso dos recursos naturais. O encontro ficou marcado também pela discordância entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. De um lado os desenvolvidos queriam diminuir as atividades mundiais de indústria por um tempo para reduzir a poluição. Do outro, os subdesenvolvidos queriam continuar com a industrialização, pois dependiam dela para desenvolver o país e melhorar sua situação socioeconômica. Em 1992, vinte anos depois, acontece no Rio de Janeiro a segunda Conferências das Nações Unidas a ECO 92. Este encontro foi considerado um dos principais marcos da questão ambiental em termos de políticas internacionais ao longo da história. O encontro teve como resultado a assinatura de cinco importantes acordos ambientais: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Agenda 21; os Princípios para a Administração Sustentável das Florestas; a Convenção da Biodiversidade; e a Convenção do Clima. Dez anos depois acontece a Rio+10, ou Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorreu em 2002, na cidade de Johannesburgo, na África do Sul. Os principais pontos dessa cúpula foram a afirmação da questão do desenvolvimento sustentável com base no uso e conservação dos recursos naturais renováveis e a reafirmação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), proclamados dois anos antes pela ONU. Por último ocorreu a Rio+20, com realização, novamente na cidade do Rio de Janeiro, em 2012. O resultado foi a avaliação das políticas ambientais então adotadas e a produção de um documento final intitulado *O futuro que queremos*, onde foi reafirmada uma série de compromissos.

²⁰ No relatório “Nosso Futuro Comum” publicado em 1987 e aceito pela Assembleia Geral da ONU deu ao termo o conceito do “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Esse novo modelo de desenvolvimento proposto no relatório se distancia, em essência, de uma perspectiva crítica ao modelo de produção capitalista e de suas formas de apropriação da natureza para um novo modelo econômico.

O discurso de sustentabilidade é lançado fundamentado na mudança do modo de vida das pessoas, camuflando a lógica do modo capitalista de produção e a real relação que esse estabelece na apropriação da natureza.

Marcionila Fernandes (2003), em crítica ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, chama a atenção ao afirmar que os aspectos teóricos do conceito se distanciam de questionamentos dessa natureza, e o fazem não por erro metodológico, ou fraqueza epistemológica, mas sim, porque as instituições que dão forma ao movimento ecológico internacional (ONU, Banco Mundial²¹, FMI, G-7), não abandonariam seus papéis de mantedoras da ordem social econômica vigente.

É preciso salientar que esse modelo de Desenvolvimento Sustentável proposto não considera as possibilidades de críticas às formas de apropriação e expropriação na natureza, o que está tácito no modo de produção capitalista. Pelo contrário, ele evita a construção de críticas ao modelo capitalista e garante a sustentação dos privilégios dos países ricos no uso demasiado dos recursos naturais. Nessa perspectiva, “a questão ecológica invade a vida cotidiana produzindo uma nova necessidade na base da sociedade de consumo. A formação e disseminação da consciência ecológica induz a um gosto e uma preferência de consumo” (SANTANA, 1999, p. 181). Assim, categorias como ecoturismo, qualidade de vida, gerações futuras e os selos verdes, surgem como um ramo econômico, um produto que tem como anúncio promover o desenvolvimento sustentável, ecológico, em favor do bem da natureza.

A construção de categorias abstratas, como as de humanidade, de gerações futuras, de qualidade de vida e outras tão presentes nos textos sobre os problemas ambientais, dificulta a análise em termos das diferenças entre grupos sociais e entre nações, protegendo a proposta do Desenvolvimento Sustentável do enfrentamento de eventuais contradições no campo das relações sociais. A disseminação do uso dessas categorias citadas como sentido a-histórico, ou como que “esvaziadas” de conteúdo social mais preciso,

²¹ De acordo com Porto-Gonçalves (2013), o Banco Mundial foi dos principais alvos da crítica ambientalista durante os anos 1980 por seu fomento às condições gerais de produção para estimular o *desenvolvimento* na África, América Latina e Ásia, particular, por seu estímulo à construção de hidrelétricas e construção de estradas para a expansão das fronteiras do mercado nos anos 1970 e 1980.

contribui justamente para consolidar as perspectivas analíticas e postulados políticos que abordam os problemas e as possíveis respostas desconsiderando as referidas diferenças, as quais caracterizam tão bem as sociedades contemporâneas (FERNANDES, 2003, p. 3).

Conceição (2004, p. 83) corrobora com esse pensamento ao explicar que o direcionamento da responsabilidade da crise ecológica passa a ser orientado na ideia da possibilidade de solução apenas a partir da educação ambiental. Dessa forma, é afastada a leitura das condições entre a expansão do desenvolvimento econômico e os limites dos recursos da natureza, permanecendo intocável a essência da dimensão da estrutura socioeconômica do modo de produção capitalista, definida no intercâmbio metabólico com a natureza, riqueza e propriedade.

Para Mészáros (2011, p. 989),

Afirmar que os custos da despoluição de nosso meio ambiente devem ser cobertos, em última análise, pela comunidade é ao mesmo tempo um óbvio lugar-comum e um subterfúgio típico, ainda que os políticos que pregam sermões sobre esta questão acreditam haver descoberto a pedra filosófica. *Obviamente*, é sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo. Mas o fato de *dever* sempre arcar com os custos não implica de modo algum que sempre o possa *fazer*. Certamente, dado o modo prevalecente de controle social alienado, podemos estar certos de que a comunidade não será capaz de arcar com tais custos (grifos do autor).

Os princípios do desenvolvimento sustentável constituem uma das principais formas de amenizar as críticas sociais. Os anos de 1990 foram o auge da adesão das empresas, que passaram a utilizar o *slogan* da empresa verde.

Proteger o “meio ambiente deixou, então, de ser apenas assunto de ecologistas e passou a ter influências nas estratégias empresariais. O objetivo é explorar as oportunidades geradas pelo “*ecobusiness*”, agregando valor comercial ao produto” (Dupas, 2006, p. 250).

No entanto, toda essa ofensiva não tem impedido um grave e progressivo aumento da degradação ambiental, grande parte dela originária do modelo global de produção e de sua lógica. A intensa

terceirização pelas grandes corporações globais, por sua vez, incorporou atividades poluidoras de várias espécies, agora desenvolvidos por parceiros distantes, em vários países pobres, afastando para longe da imagem da empresa líder da cadeia produtiva as responsabilidades diretas pelos danos ambientais. É sintomático observar que até a sempre otimista Gro Brundtland, presidente da comissão da ONU que preparou o famoso documento *Nosso Futuro Comum*, introduzindo o conceito de “desenvolvimento sustentável” – fantasia virtuosa que afirmava ser possível crescer e industrializar-se sem agredir o meio ambiente -, está hoje relativamente pessimista (Ibid.).

Como observa Fernandes (2003), o conceito e discurso do Desenvolvimento Sustentável é uma das mais severas formas de dominação dos povos, por meio da apropriação dos recursos naturais, sejam eles renováveis ou não. E que a acumulação e reprodução do sistema capitalista em nada foi alterada com a necessidade da crise ecológica.

As direções que assumem as discussões de desenvolvimento sustentável impossibilitam a percepção das contradições do desenvolvimento no/do capitalismo, como bem explica Alexandrina Luz Conceição,

O centro da discussão passa a ser direcionado contra o modo de produção e de vida dos homens, que são considerados como responsáveis indicando a necessidade de encontrar a relação homem *versus* natureza, através de ações práticas articuladas ao processo ecológico, tecnológico e cultural, conforme os estilos de vida, a partir das potencialidades ecológicas locais pela crise do meio ambiente [...] O direcionamento da responsabilidade da crise ecológica [...] é afastada da leitura das contradições entre a expansão do desenvolvimento econômico e os limites dos recursos da natureza, permanecendo intocável a essência da dimensão da estrutura sócio-econômica do modo de produção capitalista, definida no intercâmbio metabólico com a natureza, riqueza e propriedade (2004, p. 83).

A propaganda de “vender o verde”, no momento de “crise ambiental”, parece, a primeira vista, ter privilegiado a natureza; no entanto, o que ocorre é o simulacro das ações e informações. Nesse sentido, o econômico em detrimento do social, continua dominando a sociedade (SANTANA 1999).

Nessa perspectiva, a crise ambiental, que, de fato, existe, e que para Mészáros (2011, p. 988) “é real já há algum tempo, ainda que, evidentemente, por razões inerentes à necessidade do crescimento capitalista, poucos tenham dado

alguma atenção a ela”, não é sentida igualmente por todos. Por sua vez, o sistema sociometabólico, refletindo a crítica ao debate ambiental que fizemos acima, permanece em busca de “espaços vazios” atrativos para seu jogo de acumulação.

Nesse momento, é necessário abordar como o Nordeste foi, desde os anos de 1960, e permanece sendo para a trama do capital o lugar de “espaços vazios” a ser preenchido com investimentos e políticas públicas emergenciais e como hoje é vendido sob a forma de “mercadoria verde” com a crescente implantação de parques eólicos.

As condições naturais dos lugares e o valor construído a esses espaços permanecem sendo a condição geral da produção capitalista. Para Moraes e Costa (1999), a valorização do espaço se manifesta em todas as formas de renda fundiária, pois,

ocorre também as vantagens locacionais advindas de uma localização privilegiada quanto aos frutos da incorporação de trabalho ao espaço numa escala maior, ou quanto a uma posição ímpar aos recursos naturais, como a conjuração de terras férteis, água em abundância e clima favorável, por exemplo (ibid. p. 126-127).

Santana acrescenta que “os bens naturais” tornados “novas raridades” são objetos de uso corrente e a condição de ser raro atribui a eles valor de troca; por conseguinte, são passíveis de serem convertidos em mercadoria (1999, p. 179).

É nesse sentido que o Nordeste foi capturado como território a ser consumido por meio do uso das suas virtudes naturais. Os negócios sustentáveis se apoiam na “parceria público-privado, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objeto econômico imediato” (Ibid).

O Estado, neste momento, aparece como o empreendedor, no sentido de garantir que os gestores do capital se aloquem e utilizem o espaço sem nada a pagar por ele, garantindo toda infraestrutura para que possam se estabelecer naquele lugar. Por meio de seu poder de coordenador e facilitador das relações mundializadas, aproveita as potencialidades locais e facilita a exploração inclusive, empregando novo sentido a natureza.

A construção de tais lugares, talvez, seja considerada uma maneira de obter benefícios para população numa jurisdição específica. Essa é a alegação principal dos governos para justificar a apropriação desses espaços. Observa-se que os projetos específicos a um determinado lugar também se tornam foco da atenção pública e política, desviando a atenção e até recursos dos problemas mais amplos, que, talvez, poderiam afetar a região ou o território como um todo (HARVEY 2006).

2. AS VANTAGENS LOCALIZACIONAIS DO NORDESTE E A ENERGIA EÓLICA

Os altos índices de pobreza e desigualdades sociais têm se constituído como características marcantes do Nordeste brasileiro. Esses indicadores são frequentemente associados à paisagem física do lugar na construção de uma narrativa discursiva que penetrou revelando-se um paradigma.

O tratamento determinista acarretou para o Nordeste o fardo de região problema no cenário nacional, o qual se tornou ponto de partida para formulação de várias políticas públicas para essa região. A implementação de ações para superação da condição de atraso, historicamente, trazem, em suas pautas, medidas paliativas e emergenciais.

Os contextos em que se inscrevem os municípios que escolhemos para a investigação, que apresentamos, constituem semelhanças históricas, que os incluem nessa conjuntura. A natureza física presente nos municípios de Sento Sé, Casa Nova e Sobradinho tem sido a justificativa, ao longo de muitas décadas, para inserção de políticas públicas, as quais têm permitido a apropriação do lugar para implementação de empreendimentos que fazem dele território de uso.

As décadas que seguem os anos de 1960 constituíram um tempo de impulso para o chamado progresso, principalmente os ‘anos de chumbo’ dos governos militares, que marcam as décadas de 60 a 80. Esse momento histórico tinha o propósito de acelerar o crescimento econômico através da industrialização e aproximação do capital estrangeiro. Com duração de 21 anos, o regime militar adotou diretrizes nacionalistas e uma política de resultados desenvolvimentista, baseado no crescimento da produção e da infraestrutura, com participação ativa do Estado.

Para Costa em seu livro *O Estado e as políticas territoriais no Brasil* (2000), com a instalação do regime militar no país, a ação do Estado ao nível de planejamento econômico e regional elabora algumas mudanças, que definiram o curso das políticas territoriais no país. Costa ressalta que tais mudanças não significaram uma ruptura radical em relação ao processo de modernização-centralizada do Estado, inaugurada como o “Estado Novo”. Pelo contrário, essa tendência será mantida pelos sucessivos governos militares e, mais do que isso, enormemente intensificada, conduzindo-a a níveis jamais registrados em toda

história do país, de modo que a concentração do poder pelo Estado, por uma via marcadamente autoritária, será a tônica do período inaugurado no ano de 1964.

O discurso que buscava legitimar a superposição do moderno sobre o arcaico não considerava o Nordeste como unidade, e sim pela necessidade de incorporação do novo, apropriando-se e modificando o velho da sua forma pre-existente e sujeitando-o às suas determinações (Lisboa, 2007. p. 88).

Lisboa esclarece ainda que,

o pensamento que traduziu a elaboração de políticas sociais para o Nordeste se constituiu no corte metodológico que compreendia dois modelos não antagônicos. Considerava-se que as diferenças entre as regiões brasileiras se definiam pelo grau de desenvolvimento, traduzindo o pensamento positivista de linearidade dos processos de desenvolvimento basilar no evolucionismo das teorias econômicas clássicas e neoclássicas. Não se refletia sobre a natureza do processo de desenvolvimento. Acreditava-se que o caminho para o mesmo era a superação do tradicionalismo e este só seria possível pela ampliação das relações capitalistas no espaço regional, obviamente pela introdução de inovações técnicas para o crescimento econômico via industrialização (ibid.).

Como se fosse certo consenso, um tema comum para todas as obras e feitorias que se materializou nesse período, o planejamento tinha que se dirigir para áreas tidas como pobres, desérticas, vazias e com potencialidade natural para ser explorada ou onde, supostamente, não houvesse processo algum para interromper, nem narrativa alguma para respeitar, como se tudo começasse com a chegada do novo (GERMANI, 1993, p. 557).

O novo, nesse contexto, era o *take-off* howstoniano²², que traria o desenvolvimento. Imprimia-se uma força ao empreendimento como se fosse a melhor coisa que poderia acontecer, não cabendo, portanto, dúvida ou oposição. O *take-off* representava o arranco ou momento da decolagem para o desenvolvimento, em que as resistências que mantinham os países reprimidos são superadas de modo a impulsionar a modernização e o crescimento econômico.

²² A necessidade de afirmação da hegemonia e a batalha anti comunista norte americana no pós Segunda Guerra fez com que os Estados Unidos difundissem sua receita para o desenvolvimento. A teoria do economista norte americano Walt Whitman Hostow, difundia que todas as nações se encontram em condições linear de alcançar o desenvolvimento, para tanto seria necessário passar por etapas e o subdesenvolvimento fazia parte delas, assim o atraso de algumas nações era uma etapa para chegar ao desenvolvimento econômico. (Ver LISBOA, Josefa Bispo de, em: A Trajetória do Discurso do Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança. Tese de Doutorado. São Cristóvão, 1997. NPGeo/UFS).

A agenda de desenvolvimento dentro da perspectiva abordada acima e em vigor no Brasil marcaria profundamente a região Nordeste, sobretudo nos anos de 1960-70, quando alguns órgãos da administração pública foram criados para combater problemas e desenvolver o Nordeste, como o Departamento de Obras Nacionais Contra as Secas - DENOCS e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Essas políticas se especializaram no vale do Submédio São Francisco direcionadas a investimentos para criação dos perímetros irrigados, no contexto da modernização da agricultura, cujos reflexos no setor agrícola traduziram-se na consolidação do modelo de complexos agroindustriais ou de agronegócio (OLIVEIRA, 2011).

No caso específico da região onde se inserem os municípios que trabalham nesta pesquisa, as obras da hidrelétrica de Sobradinho, operacionalizadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que também fez parte das políticas de desenvolvimento voltadas para desenvolver a região, foram iniciadas em 1973 e concluídas em 1977. Essa obra foi construída para a regularização do fornecimento de água para a usina hidrelétrica de Paulo Afonso. O lago formado em consequência do represamento da água cobriu uma área de 4.214 Km², com uma largura de 40 Km, sua profundidade atingiu mais de 100 metros e seu comprimento alcançou 350 Km (GONÇALVES, 1997), constituindo na época o maior lago artificial do mundo²³ que chegou a inundar as cidades de Sento Sé, Casa Nova, Pilão Arcado e Remanso desalojando cerca de 72 mil pessoas, de acordo com informações da CHESF.

A hidrelétrica foi construída no governo do presidente Emilio Garrastazu Médici, conhecido como o governo mais repressivo do período e de fase de grande crescimento econômico por meio de projetos de grande impacto. Em razão dessa postura política, tem-se a entrada maciça de capital estrangeiro e da expansão do crédito no Brasil²⁴.

O projeto de Sobradinho fazia parte do pacote de obras públicas dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - I e II PND (1972 /74, 1975/79 respectivamente). O

²³ Hoje, o Lago de Sobradinho é o segundo maior lago artificial do mundo e maior espelho d'água.

²⁴ Nesse período, o PIB brasileiro crescia a uma taxa de 13% ao ano, enquanto a inflação média anual não ultrapassava os 18%. Esse momento ficou conhecido como o "milagre brasileiro" e estendeu-se de 1969 a 1973. Paradoxalmente, houve ampliação da concentração de renda e aumento da pobreza.

principal objetivo dos PNDs era preparar a infraestrutura para o desenvolvimento do país na perspectiva que se apresentava para aquele momento²⁵. Para tanto, empresas estatais, bancos oficiais e instituições públicas se articulavam na elaboração de políticas setoriais e regionais.

A partir de 1975, novas políticas de incentivo à geração de energia foram implementadas para tentar diminuir os efeitos da crise do petróleo. O governo brasileiro criou o Programa Nacional do Alcool – Pró-Alcool, numa tentativa de estimular a substituição do petróleo pelo álcool etílico, ao tempo em que intensificou a construção de grandes centrais hidrelétricas nas regiões Nordeste, Sul e Norte.

Os propósitos do empreendimento de geração de novas matrizes energéticas foram redirecionados quando se acirrou a crise do petróleo, aumentando a demanda e os custos com a manutenção e a instalação de termoelétricas. Assim, a geração de energia, utilizando os recursos hídricos tornava-se prioridade (SILVA, 2002).

Entre o início e o fim das obras da hidrelétrica de Sobradinho, a população diretamente atingida vivenciou um clima de instabilidade com a chegada de novos atores à região.

Das 11.853 famílias atingidas pelas obras, 3.234 tinham procedência dos tradicionais centros urbanos de Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova. As 8.619 restantes eram do meio rural. A expectativa da Chesf era de que, destas últimas 5.000 iriam para a Serra do Ramalho, 1.500 permaneceriam nas proximidades do futuro lago e as restantes 2.119 adotariam soluções próprias, seguindo para áreas rurais (pequenos núcleos rurais nas vizinhanças das novas cidades) ou para outras regiões. Mas, tal expectativa reverteu-se e os dados atuais revelam que somente 1.000 estão na Serra do Ramalho, 2.000 nos núcleos rurais e o restante constitui hoje o maior problema social do interior, com amplas irradiações sobre outras áreas do estado²⁶.

²⁵ O momento que se apresentava era a tomada do poder pelos militares. Isso significou internamente a criação de políticas de financiamento para atender a demanda do capital nacional e transnacional, ansiosos pelas benesses do Estado autoritário e pelo controle dos movimentos sociais e populares que lutavam pela reforma agrária e uma nova forma de organização social. Externamente, ocorria a reestruturação do capital que (re)organizava as bases da acumulação, pautadas no controle do capital financeiro, interessados em viabilizar “áreas seguras” para os seus investimentos. Paralelamente, constituíram-se novas formas de controle social sobre os trabalhadores, tentando anular uma possibilidade política uma ação contundente contra o capital e a perspectiva histórica de superação da sociedade capitalista (Mendonça, 2004, p. 195).

²⁶ Sobradinho: “autoritarismo não domou o homem”. Atarde, 3 jun. 1980. Caderno 2. In.: Silva (2002, p.11).

O processo de desterritorialização e expropriação foi perverso. Cerca de 12 mil famílias, de acordo com dados da CHESF, em sua maioria camponeses e ribeirinhos, saíram compulsoriamente de suas terras e tiveram que se alojar em novas áreas construídas sem nenhum apoio ou ajuda do Estado. Esses trabalhadores desterritorializados passaram a residir a quilômetros de distância do rio, no meio da caatinga e em locais onde os solos são impróprios para o plantio.

Martins (1989, p. 91) nos explica que a “expulsão da terra, embora muitas vezes mascarada por decisão legal, aparece-lhe como ato iníquo, porque é sempre violento e compromete a sua sobrevivência”. O processo de expropriação é perverso “porque priva-o do que é seu – o seu trabalho, meio e instrumento de sua dignidade e de sua condição de pessoa”.

Sobre o processo de expropriação das famílias atingidas pela construção da hidrelétrica do Sobradinho, Gonçalves acrescenta:

A população transplantada teve forçosamente que mudar a maneira de prover a sua sobrevivência. Criadores e beiradeiros tiveram que transformar-se em agricultores irrigantes, quando não foram acelerar o processo de inchamento das cidades. Os pescadores não dispunham nem de meios culturais e nem de meios materiais para desenvolverem suas atividades no lago, que requeriam novos métodos e equipamentos adequados [...] caatingueiros que tinham “fazendas” distantes do rio, de repente, viram-se às margens do lago e as terras que ocupavam sendo objeto de especulação e de grilagens [...] os beiradeiros não podiam mais praticar sua tradicional cultura de vazante, pois as enchentes e vazantes deixaram de obedecer ao ciclo natural, eles não podiam prever o período em que as águas subiriam e desceriam. Foram, assim mergulhados num profundo colapso (GONÇALVES, 1997, p. 167).

Ainda de acordo com Gonçalves (1997), a companhia Hidroelétrica do São Francisco aproveitou-se da desorganização e do despreparo político da população, tomou como devolutas todas as terras que seriam alagadas e decidiu indenizá-las apenas pelas benfeitorias ali encontradas, o que não valeria muito, pois não passavam de construções bastante simples. Dessa forma, essas famílias saíram de suas terras “sem eira nem beira”, deixando para trás suas casas, suas histórias, expropriadas de seus modos de vida.

Como se não bastasse, nesse mesmo período, o vale do Submédio São Francisco passava por um processo de modernização da agricultura²⁷, com a introdução de lavouras comerciais e adoção da irrigação, o que implicava um modo de produzir com métodos bem mais abrangentes e sofisticados do que as práticas consideradas tradicionais. Esses novos fatores se apresentaram como mais um processo de desterritorialização, pois, mais uma vez, os camponeses tiveram que abandonar suas terras para dar lugar aos Perímetros Irrigados por meio de novos processos de desapropriação de terras.

A constituição, na região do Submédio São Francisco, do Polo Irrigado Petrolina/Juazeiro ganhou força com a criação da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento – RIDE em 2001. Composta por um conjunto de oito municípios: Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria, no estado de Pernambuco e Juazeiro, Curaçá, Sobradinho e Casa Nova no estado da Bahia, a RIDE é uma das representações da territorialidade da ação estatal e reúne o conjunto de ações voltadas para a fruticultura como expressão da expansão do capitalismo no campo sob a égide do discurso da modernização do campo, em substituição ao atraso histórico do Nordeste brasileiro.

Para o Ministério da Integração Nacional, os recursos públicos destinados às RIDEs visam promover o desenvolvimento global e possuem como objetivo articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica de territórios de baixo desenvolvimento.

Com essas propostas, essas áreas acabam conseguindo prioridade no recebimento de recursos públicos destinados à promoção de iniciativas e investimentos que reduzam as desigualdades sociais e estejam de acordo com o

²⁷ A partir de 1970 se constituiu o Polo Agroindustrial de Petrolina/Juazeiro, que conduzidos pelos investimentos públicos e impulsionado pela modernização da agricultura brasileira, desenvolveu no vale do Submédio do São Francisco uma profunda dinâmica na agricultura regional. Nesse contexto de mudanças no modelo de produção foram os produtores dotados de maior conhecimento técnico e poder aquisitivo que puderam investir na fruticultura, ficando a maioria dos produtores, principalmente os pequenos, impossibilitados de produzir devido aos altos custos iniciais exigidos pela produção frutícola irrigada. Segundo Celso Franca, esse novo modelo de produção provocou na região do Vale mudanças nas estruturas do mercado. Essas transformações implicaram em novas exigências de produzir para um mercado consumidor cada vez mais amplo e, ao mesmo tempo, restrito e exigente. Nesse contexto, se reproduzem as funções dominantes de caráter estratégicas por parte daqueles que detêm o poder de controle sobre a economia desse território (decisão, pesquisa, tecnologia), além das atividades produtivas, que geram maior valor agregado, intensivo no uso de capital, favorecendo a consolidação de redes empresariais (FRANCA, Celso Sales. *A imagem do Vale: reestruturação agrícola e mudança social*. Petrolina. Ed: Gráfica Franciscana, 2008.).

interesse local consensuado entre os entes participantes. Esse consenso é fundamental, pois a criação de uma RIDE envolve a negociação prévia entre os estados envolvidos sobre questões como os limites e os municípios que farão parte da região integrada, os instrumentos necessários a implementação, os objetivos e a adequação às necessidades específicas de gestão.

De acordo com Mendonça (2004), a modernização da agricultura acelerou a mudança na base técnica e aparece como o “sujeito” que transforma os espaços poucos produtivos, e sem funcionalidade definidas no circuito produtivo, em “celeiros agrícolas”. Essas mudanças não levaram em consideração as alterações nas relações sociais de trabalho, tampouco, a ação política dos camponeses desterritorializados e dos trabalhadores da terra. É como se esses sujeitos sociais não existissem, e a produção do espaço, assim como a construção dos territórios tivessem sido criados com a modernização da agricultura. Nesse panorama, o discurso hegemônico do capital é reafirmado quando se negam as heranças espaciais e a apropriação dos lugares se efetiva, tornando-os territórios.

As propostas de desenvolvimento como meta e etapa a serem alcançadas pelos países pobres, assim como previa a teoria de Hostow geraram grandes polêmicas durante as décadas de 1950 e 1960. Nessa perspectiva, esses países “deveriam cumprir como receita infalível para alcance do desenvolvimento auferido pelos países ricos, um amplo investimento estatal na modernização de sua agricultura e no fomento do desenvolvimento industrial” (LIMA, 2012, p. 114). Para a realidade dos países latinos, essa teoria comprova que as discursões acerca das diferenças entre nações não assumem as desigualdades econômicas e sociais como consequência das relações de dominação estabelecidas historicamente pelo desenvolvimento do capitalismo, ou seja, “a situação de pobreza das nações interpretada como uma etapa a ser superada, não corresponde à realidade. Ela é resultado das contradições inerentes ao modo de acumulação” (LISBOA, 2007, p.57).

De acordo com as abordagens de Neil Smith (1988), o desenvolvimento desigual é a marca registrada do capitalismo; ele é antes estrutural que estatístico. Os padrões geográficos resultantes são completamente determinados e são, assim, peculiares ao capitalismo. O desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital. Nesse sentido, a lógica da modernização e do desenvolvimento tende a se apropriar

dos espaços. E as políticas de Estado, que noticiam o avanço para o desenvolvimento, devem ser consideradas como um conjunto de atuações que modificam o espaço e mudam as relações sociais.

Foi esse pensamento social (aqui sintetizado) produzido pela literatura do final do século XIX, até sobretudo, anos 1970, mas que se inscreve nos dias atuais, conforme elucidado por Lisboa, 2007, o de um Nordeste apto, do ponto de vista natural, ou seja, por suas potencialidades naturais, do ponto de vista das necessidades econômicas e sociais, que fez da região, o cenário ou o substrato material vazio, que demandava investimentos. O quadro desses investimentos na bacia do São Francisco continua a ser amplo. Trata-se de área rica em potencialidades naturais, seja pela abundância de água ou pela presença de mão de obra em condições de trabalhar nas políticas agrícolas, um cenário rico em riquezas naturais, que permanece atrativo para os investimentos do capital. É nessa parcela do espaço em que estão localizados os municípios que escolhemos para nossa investigação.

2.1. Energia eólica: vantagens locais e controle do espaço

Denomina-se energia eólica a energia cinética contida nas massas de ar em movimento - vento. Seu aproveitamento ocorre através da conversão da energia cinética de translação em energia cinética de rotação, com o emprego de turbinas eólicas, também denominadas aerogeradores, para a geração de energia elétrica (ANEEL, 2002).

A energia eólica, assim como a energia hidráulica, é utilizada há milhares de anos, com as mesmas finalidades que se sabe: bombeamento de água, moagem de grãos e outros aproveitamentos que envolvem a produção de energia mecânica.

O primeiro registro da utilização da energia eólica veio da Pérsia, por volta do ano 200 a.C. Acredita-se que, antes da invenção dos cataventos na Pérsia, a China e o Império Babilônico já utilizavam essa tecnologia há quase 2000 a.C. (CHESF-BRASCEP, 1987. In. CRESESB, 2008).

O Nordeste tem sido palco de grandes investimentos no setor eólico; a região responde por 75% da capacidade de produção nacional, (o restante se concentra no

Sul do país) e 85% da energia gerada, de fato, no país por essa fonte. Dos cinco estados produtores, quatro são da região Nordeste: Rio Grande Norte, Ceará, Bahia e Piauí²⁸.

De acordo com especialistas e com o ex-ministro de Minas e Energias Eduardo Braga, o que torna essa região atraente para esse tipo de atividade é uma vocação natural da região, porque a circulação dos ventos no território brasileiro “está predominantemente localizado na parte setentrional do Nordeste, com potencial identificado de 300 gigawatts. Esse potencial tem se revelado cada vez mais eficiente, levando a um investimento significativo na região”²⁹.

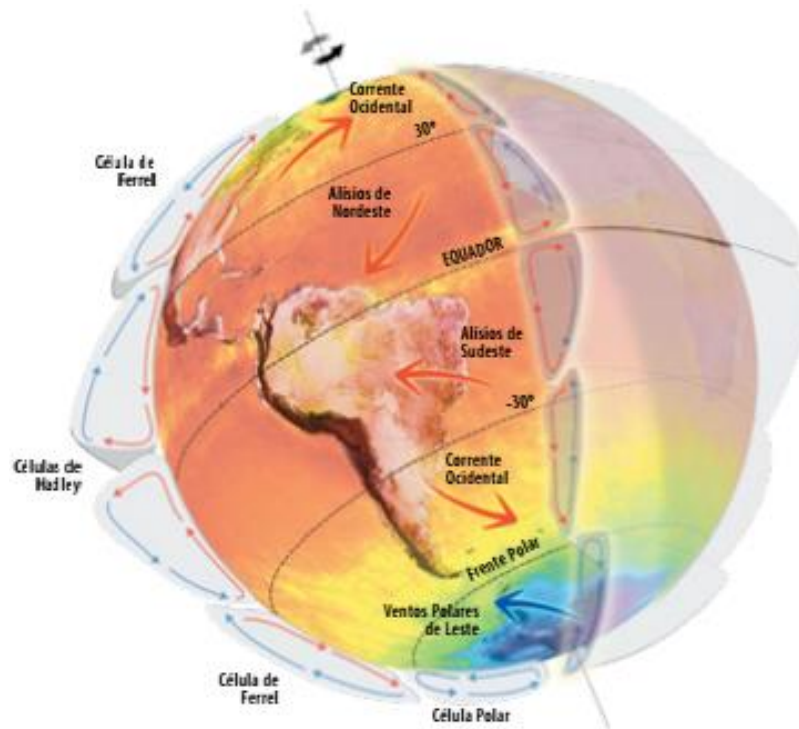
As informações do Centro de Referência para Energia Solar e Eólica, na pessoa de Sérgio de Salvo Brito (CRESESB 2008), apresentam que a energia eólica pode ser considerada como umas das formas em que se manifesta a energia proveniente do Sol, isso porque os ventos são causados pelo aquecimento diferenciado da atmosfera, juntamente com a orientação dos raios solares e com os movimentos que a Terra realiza.

As regiões tropicais, que recebem maior incidência solar, durante todo o ano, são mais aquecidas do que as regiões polares. Assim, “o ar quente se encontra nas baixas altitudes das regiões tropicais tende a subir, sendo substituído por uma massa de ar mais frio que se desloca das regiões polares” (CRESESB 2008, p. 14). Nesse mecanismo, o deslocamento de massas de ar determina a formação dos ventos, como apresenta a Figura 01.

²⁸ http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_energia_eolica_nordeste_rb

²⁹ Fala de Eduardo Braga, ex-ministro de Minas e Energia, em entrevista à Corporação Britânica de Radiodifusão, BBC Brasil em novembro de 2015.

Figura 01: Circulação Atmosférica



Fonte: Atlas Eólico da Bahia (2013)

Tanto os ventos que sopram em escala global, quanto os considerados de pequena escala têm como influência diferentes aspectos, dentre os quais se podem destacar a altura, a rugosidade, os obstáculos e o relevo.

O vento varia em escala global (macroescala), devido ao aquecimento desigual entre o Equador e os Polos que, juntamente com efeitos causados pela rotação da Terra (Efeito Coriolis), geram o chamado vento geostrófico. Na escala regional (mesoescala), devido às diferenças de temperatura entre cordilheiras e vales (ventos catabáticos) ou entre o mar e a terra (brisa marítima); e na escala local (microescala), devido a variados fatores, como a presença de chapadas e morros, a variação da cobertura vegetal e, até mesmo, esteiras de aerogeradores (Atlas Eólico da Bahia, 2013).

Desde o século XIX, usavam-se os ventos para geração de energia elétrica, mas somente no século XX se desenvolve a técnica por meio de pesquisas.

Para a geração de eletricidade, as primeiras tentativas surgiram no final do Século XIX, mas somente um século depois, com a crise internacional do petróleo (década de 1970), é que houve interesse e

investimentos suficientes para viabilizar o desenvolvimento e aplicação de equipamentos em escala comercial (ANEEL, 2002, p 63).

Em 1976, foi instalada, na Dinamarca, a primeira turbina eólica para fins comerciais ligada a uma rede elétrica pública. Atualmente, há mais de 30 mil turbinas eólicas instaladas no mundo, gerando cerca de 30.000 megawatts. De acordo com Bermann (2008), a maioria desses projetos estão localizados na Alemanha, Dinamarca, Espanha e nos Estados Unidos.

No Brasil, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) publicou na década de 1980, no um inventário do potencial eólico da região Nordeste do país, já pensando na utilização dessa fonte de energia num futuro próximo.

Em 1987, a CHESF– Companhia Hidro Elétrica do São Francisco finalizou um inventário do potencial eólico da região Nordeste, realizado a partir de processamento/análise de registros anemográficos para um período de 5 anos (1977-1981) de 81 estações a 10m de altura, pertencentes à Rede Meteorológica do Nordeste – SUDENE. Os dados, processados pela Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, foram publicados em sumários e mapas de isolinhas para velocidades a 10m de altura (CEPEL, 2001, p. 9).

Os primeiros anemógrafos computadorizados para descrever e registrar a velocidades dos ventos foram instalados no ano de 1990, no Ceará e em Fernando de Noronha³⁰. “Os resultados dessas medições possibilitaram a determinação do potencial eólico local e a instalação das primeiras turbinas eólicas do Brasil” (ANEEL, 2002, 64).

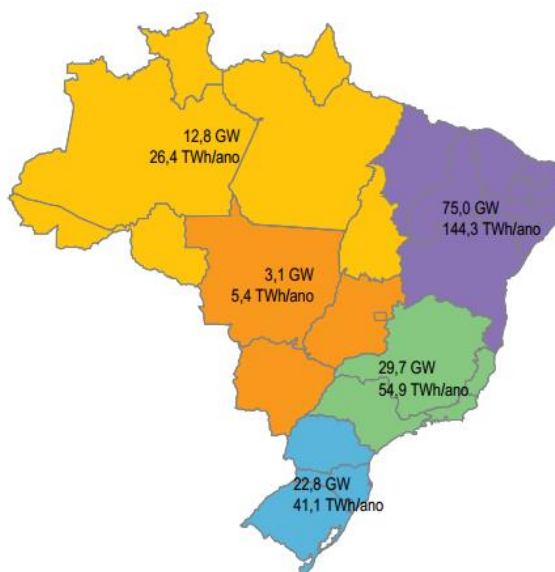
Em 2001, foi publicado o *Atlas do Potencial Eólico Brasileiro*, que reunia dados históricos sobre os ventos brasileiros e onde esses eram mais fortes, estabelecendo relação direta com a geomorfologia dos lugares (SILVA E SAMPAIO, 2013). Os dados do Atlas apontam para um potencial de geração de energia eólica

³⁰ A primeira turbina eólica instalada no país - em 1992, no Arquipélago de Fernando de Noronha - possuía gerador com potência de 75 kW, rotor de 17 metros de diâmetro e torre de 23 metros de altura. Outro caso é a Central Eólica Experimental no Morro do Carmelinho, instalada na cidade de Gouveia (MG), em 1994. Com capacidade nominal de 1 MW, a central é constituída por quatro turbinas de 250 kW, tem rotor de 29 metros de diâmetro e torre de 30 metros de altura. Também no Ceará, a Central Eólica de Prainha tem capacidade para 10 MW, a partir da instalação de 20 turbinas de 500 kW. Na Paraíba, são 13 turbinas de 800 kW e potência de 10.200 kW (ANEEL, 2008, p. 82).

de 143 mil MW no país e as áreas com maior potencial elétrico se encontram na região Nordeste (CEPEL (2001)).

A figura 2 ilustra a potencialidade da geração de energia eólica nas regiões brasileiras.

Figura 02: Potencial eólico brasileiro por regiões



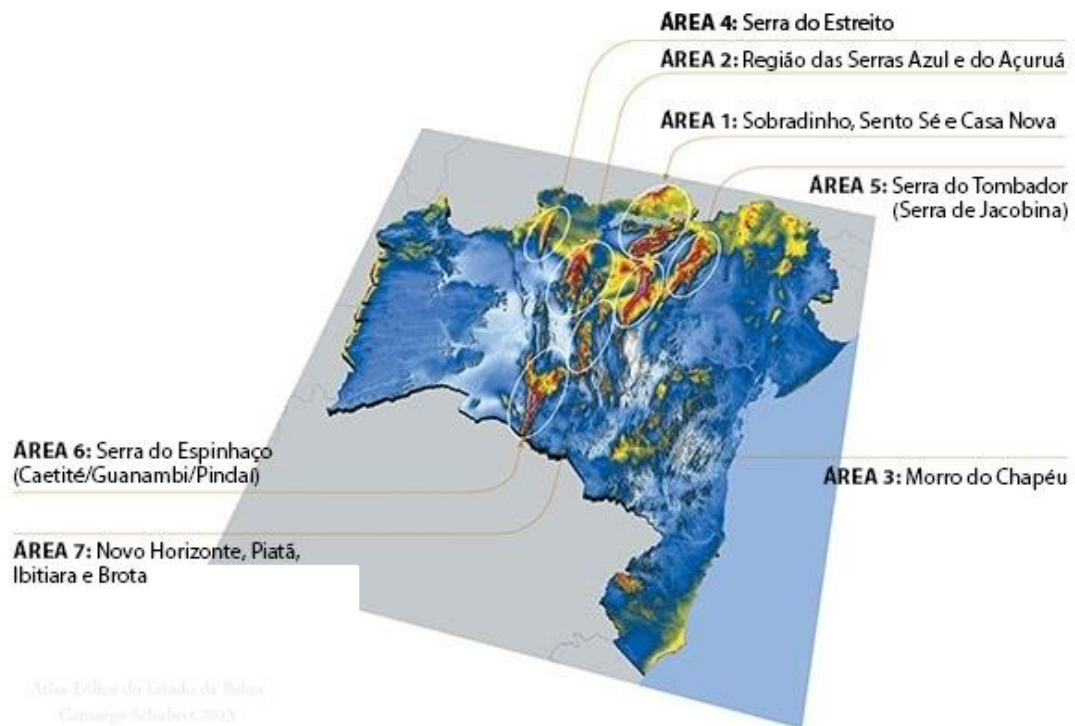
Fonte: ANEEL, 2008.

Em termos de potencial, a região Nordeste aparece com grande destaque sobre as outras regiões para geração de energia elétrica por meio de empreendimentos de energia eólica. Isso ocorre, como já foi dito, porque a região se localiza na área tropical do planeta.

Nos últimos anos, o Nordeste aumentou sua participação na produção de energia eólica. O estado da Bahia foi que mais atraiu investimentos em energia eólica. Um total de 14 parques eólicos em construção, com potência prevista de 368.960 KW; e 9 parques outorgados com uma potência prevista de 192.700 KW.

O mapeamento elaborado pelo Atlas Eólico do Estado da Bahia (2013), evidencia sete principais áreas para os empreendimentos de usinas eólicas na Bahia, todas situadas no interior de estado.

Figura 03: Principais áreas promissoras para o aproveitamento eólico no estado da Bahia



Fonte: Atlas Eólica do Estado da Bahia, 2013.

O estado da Bahia se encontra na região de transição entre os mais distintos regimes de ventos: ao norte, existe a atuação dos ventos alísios que convergem para a depressão barométrica equatorial e ao sul, predomina a dinâmica de intercambio entre o centro de altas pressões, o Anticiclone Subtropical e as incursões de massas polares (COELBA, 2006), apresentando um grande potencial para a produção de energia eólica.

A figura 4 posiciona o estado da Bahia em relação circulação geral dos ventos.

Figura 04: Regimes de ventos incidentes sobre o estado da Bahia



Fonte: Atlas Eólica do Estado da Bahia, 2013.

Para o Diário Oficial da Bahia (2010), a energia limpa e sustentável contribui para diminuir os preços e aumentar os investimentos em usinas eólicas. O auxílio do Governo do Estado, por meio de incentivos fiscais e apoio logístico, está estimulando a implantação de fábricas de aerogeradores, torres e componentes industriais para a nova indústria da energia produzida pelos ventos. Prova disso é a decisão das empresas internacionais Alstom e Gamesa de implantar, na Bahia, suas primeiras unidades industriais de turbinas eólicas.

No olhar de Oliveira e Pereira,

Os benefícios da produção de energia elétrica com base em ventos são diversos, incluindo o melhor uso dos recursos locais, com diversificação das matrizes elétricas do país, ao mesmo tempo em que se reduz a vulnerabilidade ao petróleo e a volatilidade de seus preços. Sendo uma fonte que não emite gás de efeito estufa, pode substituir as fontes fósseis, contribuindo para a mitigação do aquecimento global, paralelamente à redução de emissão de outros poluentes que causam impacto no meio ambiente local e regional (2012, p. 90).

No ponto de vista de Oliveira e Pereira (2012), para o Brasil, outra vantagem de promover investimento nesse tipo de energia tem sido a atração de um novo segmento industrial, alavancando a indústria de componentes elétricos e expandindo as oportunidades de emprego de mão de obra especializada, tanto nos grandes centros como nas regiões remotas, onde estão sendo implantados os parques eólicos.

É preciso salientar que, nesse contexto, há a incorporação de novos valores aos territórios nos espaços de interesse para produção. Nesse momento histórico, as peculiaridades do modo de produção capitalista têm, no domínio do território e dos recursos naturais do lugar, a garantia da monopolização da produção e o controle dos espaços pela sua valorização.

Os governos, em todas as suas esferas, juntamente com as empresas responsáveis pelas obras de usinas eólicas, destacam que a chegada dos empreendimentos, principalmente nos lugares localizados no interior do Nordeste, é crucial para o desenvolvimento local, gerando renda e promovendo a qualidade de vida. Assim, “o território se conforma como uma estratégia de política econômica para o crescimento e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. O território aparece como o local apropriado para inovação tecnológica e organizativa e o fortalecimento do tecido produtivo local” (ibid. p. 141).

A crescente instalação de parques eólicos no Nordeste, especificamente no interior do estado da Bahia e a elaboração de políticas públicas refletem os investimentos que o Estado brasileiro tem fornecido para empreendimentos voltados para as fontes, ditas, “limpas” de energia.

O Estado aproveita-se das vantagens locais do Nordeste para produção de usinas eólicas, produzindo a valorização do espaço. Nessa perspectiva, o olhar do Estado sobre o planejamento das ações para esta região está atrelada à necessidade de desenvolver suas bases produtivas, baseadas no discurso da modernização, do progresso e, recentemente, no de sustentabilidade e energias limpas.

Assim, a chegada de empreendimentos nas localidades ressignifica o valor do espaço, impondo aos lugares uma nova lógica capitalista que desordena as relações existentes e (re)valoriza o espaço.

Porto-Gonçalves esclarece que as vantagens locais do lugar proporcionadas pela sua localização privilegiada incorporam ao espaço, por meio do

capital um valor não de uso e sim de troca. Ele aparece no processo de produção como um valor dominado. “Assim, sob o capitalismo, haverá, sempre, relações espaciais de dominação/exploração, tirando dos *lugares*, e mais, tirando *dos do lugar*, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem”, ou seja, “o *lugar que produz* não é necessariamente o de destino da produção” (2013, p. 290).

A acessibilidade aos recursos naturais, assim como o seu deslocamento, revelará a natureza das relações sociais e de poder entre os *do lugar*. As fronteiras, os limites territoriais se colocam como fundamentais para entender as relações sociais e de poder, o que implicará relações de pertencimento e estranhamento (um *nós* e um *eles*), assim como relações de dominação e exploração através do espaço pela apropriação/expropriação dos seus recursos (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 288).

Na lógica do sistema capitalista, a valorização do espaço diz respeito às condições que esse oferece para reprodução dos modos de produção. Nestes espaços, onde as forças capitalistas se desenvolvem, estão presentes relações de dominação e poder que se apoiam na lógica do discurso do ‘progresso’ como forma de desenvolvimento e organização social.

O território passa a ser estruturado pela lógica exclusiva da produção, seu uso passa a ser comandado pelo capital e por grandes grupos empresariais. Nesse ínterim, a produção do espaço ganha novas feições e as ordens de funcionamento dos territórios se tornam exteriores às demandas dos lugares que recebem os empreendimentos, provocando um movimento de controle na extração da renda, que se desenvolve com a monopolização.

A renda de monopólio, por sua vez, incide mais diretamente ao nível de singularidade dos lugares são condições únicas. São as condições únicas (raras), sejam naturais ou construídas [...] O valor do espaço em todas as suas formas de manifestação, aparece frente ao processo de produção, como um valor contido. O lugar e seus recursos naturais ou construídos. Enfim, o espaço concreto, tal como ele se apresenta para produção (MORAES & COSTA, 1999, p. 127).

Nesse contexto, o Estado aparece como agente fundamental na produção do espaço; seu papel como condutor do planejamento e implementador de políticas

públicas possui o intuito de responder aos anseios da sociedade e ao mesmo tempo, contraditoriamente, atender às demandas do grande capital.

Assim, a lógica das políticas de desenvolvimento regional e sua espacialização no Nordeste têm servido para aumentar as contradições internas e entre esta região e o restante do país, produzindo novos territórios sob o comando de grandes grupos hegemônicos que atuam na monopolização dos espaços e na inserção do Nordeste na divisão regional do trabalho no Brasil (OLIVEIRA, 1981).

Para Pinto (2012, *apud* SILVA e SAMPAIO, 2013), as contradições do modelo de desenvolvimento promovido pelo Estado e capturado pelas corporações que compõem os blocos hegemônicos de poder no cenário nacional e internacional têm crescido. No que concerne à produção de energia eólica, o Estado brasileiro tem se revelado um grande incentivador das grandes multinacionais, de origem espanhola, indiana, entre outros que, através do discurso baseado na “economia verde”, mantém sua expansão em países como as características do Brasil.

O novo direcionamento das políticas tem provocado concentração e centralização de capitais especificamente nos países subdesenvolvidos. A monopolização e a financeirização do capital sustentado pela lógica neoliberal constituem-se na sua mais recente forma de reprodução e tem refletido diretamente na organização do território e das relações socioespaciais aprofundando as desigualdades.

2.2 A espacialização de parques eólicos no semiárido baiano: o caso de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho

Desde os anos 2000, o debate sobre a busca de energias alternativas ganha notoriedade no Brasil e é produto do esgotamento das fontes energéticas tradicionais.

O país se destaca por possuir grande participação de fontes renováveis em sua matriz energética e vem investindo na diversificação das fontes utilizadas. Nesse cenário, a energia eólica é a que mais tem crescido no país, principalmente a partir de 2002, com o lançamento do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energias Renováveis - PROINFA, criado pelo governo federal para articular e fomentar investimentos para área.

Durante muitos anos, pouco se avançou na consolidação da energia eólica no Brasil como alternativa de geração de energia elétrica, em parte pelo alto custo da tecnologia. De acordo com ABEEólica - Associação Brasileira de Energia Eólica (2015), esse cenário foi mudando em 2001, durante a crise energética no país, momento em que houve a tentativa de incentivar a contratação de empreendimentos de geração de energia eólica no país como resultado das ações do PROINFA. Dos leilões realizados e do mercado livre³¹, ao final de 2012, o Brasil já possuía 108 parques eólicos, que totalizam 2,5 GW de capacidade instalada. De acordo com ABEEólica, a perspectiva para o final de 2017 indica 8,7 GW de eólica em funcionamento, operando na matriz elétrica brasileira (ibid).

Em 2010, o governo da Bahia anunciou a construção de parques de energia eólica no interior do estado. Os empreendimentos foram aprovados no leilão de fontes alternativas, realizado em 2009. São 18 parques eólicos previstos para construção na Bahia, espalhados nos municípios de Brotas de Macaúbas, Guanambi, Casa Nova, Pindaí, Riacho de Santana, Licínio de Almeida, Morro do Chapéu, Sento Sé, Sobradinho (Diário Oficial da Bahia, 2010).

³¹ O Brasil desenvolveu dois ambientes de contratação: livre e regulado – o que diferencia o mercado nacional do de outros países. Nosso sistema compreende o Ambiente de Contratação Livre (ACL), que é um mercado com negociação de contratos bilaterais e os prazos dos contratos geralmente mais curtos, de curto e médio prazo. Já o Ambiente de Contratação Regulado (ACR) é dado pela realização de leilões e tem contratos, na maioria das vezes, de longo prazo, firmados diretamente com as empresas distribuidoras. Há vários tipos de leilões com diferentes características e tipos de fontes negociadas. A fonte eólica participa de três tipos: Leilão de Energia Nova (LEN), Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Fontes Alternativas (LFA) desde 2009. Os leilões do tipo LEN podem ser diferenciados em dois subtipos, A-3 e A-5 (sendo que os números representam a quantidade de anos antes do início do suprimento de energia, contados da data de realização do leilão, ou seja, a entrega de energia de um A-3 realizado em 2015 ocorrerá somente em 2018, e de um A-5, somente em 2020). Os leilões do tipo LFA e LER têm características similares ao A-3 quanto ao início de suprimento. Independentemente do tipo, os leilões têm procedimentos muito similares. Para participação de um projeto no leilão é necessário que ele seja cadastrado em um sistema da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Após o cadastramento, há uma avaliação dos projetos e a EPE somente habilita os projetos adequados para o leilão. Os leilões são realizados virtualmente através de uma plataforma da CCEE. Os investidores responsáveis pelos projetos habilitados acessam a plataforma e participam do leilão que normalmente tem duas fases principais. A primeira fase é um ciclo de decréscimos no preço de venda e ocorre até que a oferta de energia seja menor que a demanda. Nesse momento o sistema automaticamente retorna para a última rodada da primeira fase e inicia a segunda fase do leilão, em que os investidores fazem sua oferta final. O leilão se encerra quando todas as ofertas forem feitas ou decorrido um determinado tempo e então são designados vencedores aqueles que suprem a demanda em ordem crescente de preço, ou seja, da usina com preço de venda mais barato, em ordem decrescente de lances (Fonte: ABEEólica, 2015).

Verificamos, desse modo, que os municípios de Casa Nova³², Sento Sé³³ e Sobradinho³⁴ se veem novamente em meio a uma política voltada para a produção de energia, nesse caso, a energia eólica, as quais, discutiremos seus rebatimentos nas análises que seguem.

As observações que permeiam esta pesquisa se fundamentam na tentativa de compreender o sentido dado à natureza no quadro da implantação de parques eólicos no Brasil, bem como a realidade das políticas públicas voltadas para produção de energia eólica nesses municípios, trazendo os parques eólicos construídos nesses municípios como objeto deste estudo.

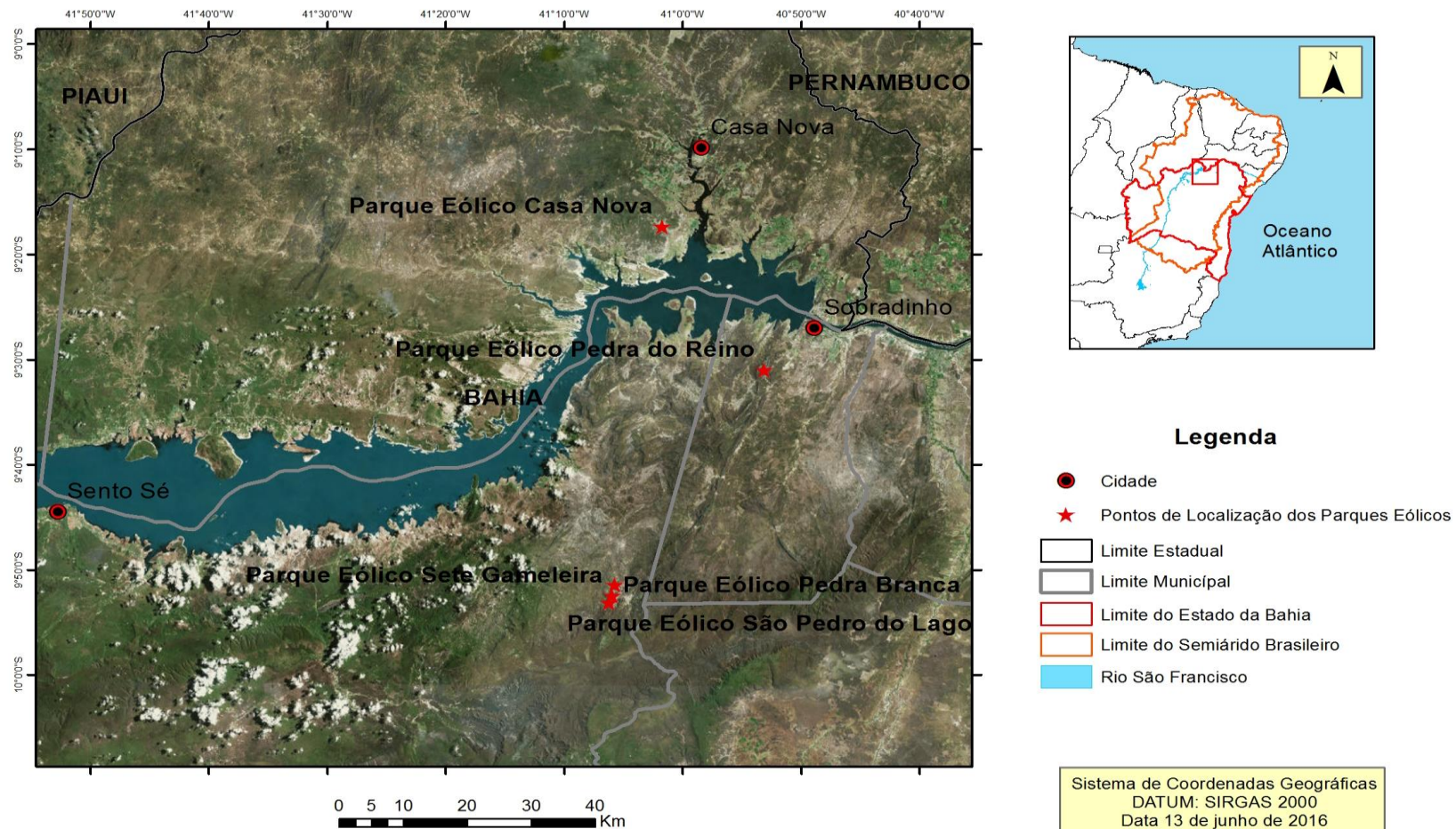
São eles: Parque Eólico Casa Nova, no município de Casa Nova, Parque Eólico Pedra do Reino em Sobradinho e os parques eólicos Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleira no município de Sento Sé, conforme se pode verificar suas localizações no mapa 2.

³² O povoamento do território de Casa Nova-BA iniciou-se na primeira metade do século XX, com a exploração das minas de cloreto de sódio ali descobertas. A existência dessas minas de sal concorreu para a formação de um povoado na fazenda Riacho da Casa Nova. O arraial desenvolveu-se em função do comércio de sal e em 1932, foi elevado da categoria de vila para a de cidade que passou a chamar-se Casa Nova. Possui uma área em torno dos 9.647,069 km² e população de 64.940 habitantes (IBGE cidades, 2010).

³³ Fundada em 1832, Sento Sé é o terceiro maior município em extensão territorial do estado da Bahia, possui 12.698,761 Km². De acordo com IBGE (2010), a região era habitada por índios Centossés, posteriormente os portugueses se estabeleceram ali formando lavouras de casa de açúcar, instalando engenhos e fundando a feitoria Sento Sé.

³⁴ Antes das obras da hidrelétrica de Sobradinho, Sobradinho pertencia ao município de Juazeiro-BA, foi elevada a condição de município em fevereiro de 1989. O então povoado teve como os primeiros habitantes os índios Tamoquim, no século XVI com a chegada dos portugueses surgiu à fazenda Tatauí que, em tupi-guarani, significa flecha de fogo (IBGE cidades, 2010). De acordo com Xavier (2010), Sobradinho recebeu esse nome antes da construção de sua barragem, quando ainda era povoado de Juazeiro devido a um pequeno sobrado localizado próximo a uma cachoeira, aonde futuramente viria a servir para operação do sistema declusagem. A cachoeira era chamada de cachoeira do Sobrado ou de Sobradinho, daí a origem de seu nome. De acordo com o último censo demográfico (2010), Sobradinho possui uma população estimada em 25.000 habitantes e uma extensão territorial de 1.238,923 Km².

Mapa 02: Mapa de identificação do objeto de estudo: Parque Eólico Casa Nova, Parque Eólico Pedra do Reino, Parque Eólico São Pedro do Lago, Sete Gameleira e Parque Eólico Pedra Branca.



Fonte: Alencar Filho, 2016.

No município de Casa Nova, as pesquisas foram realizadas no povoado Malvão, localizado a 30 km da sede. No povoado, vivem cerca de 90 famílias, em sua maioria pequenos irrigantes³⁵, que cultivam melão, melancia, cebola e milho. A figura 05 mostra o povoado em questão.

Figura 05: Povoado Malvão em Casa Nova-BA.



Fonte: A autora, 2015.

O projeto do parque eólico chegou ao município em 2010, por meio do governo federal representado pela CHESF, que é responsável pelo empreendimento.

Em leilão realizado em 2009, cujo objetivo foi a contratação de energia de reserva específica para fonte eólica, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco apresentou um projeto de “seis empreendimentos eólicos de 30 MW cada: CGE Corvina, CGE Curimatã, CGE Dourado, CGE Matrinchã, CGE Pirambéba e CGE Surubim, perfazendo um total de 180 MW, todos localizados no Município de Casa Nova-BA” (Tribunal de Contas da União-TCU, 2013, p. 16); no entanto, o projeto não obteve êxito.

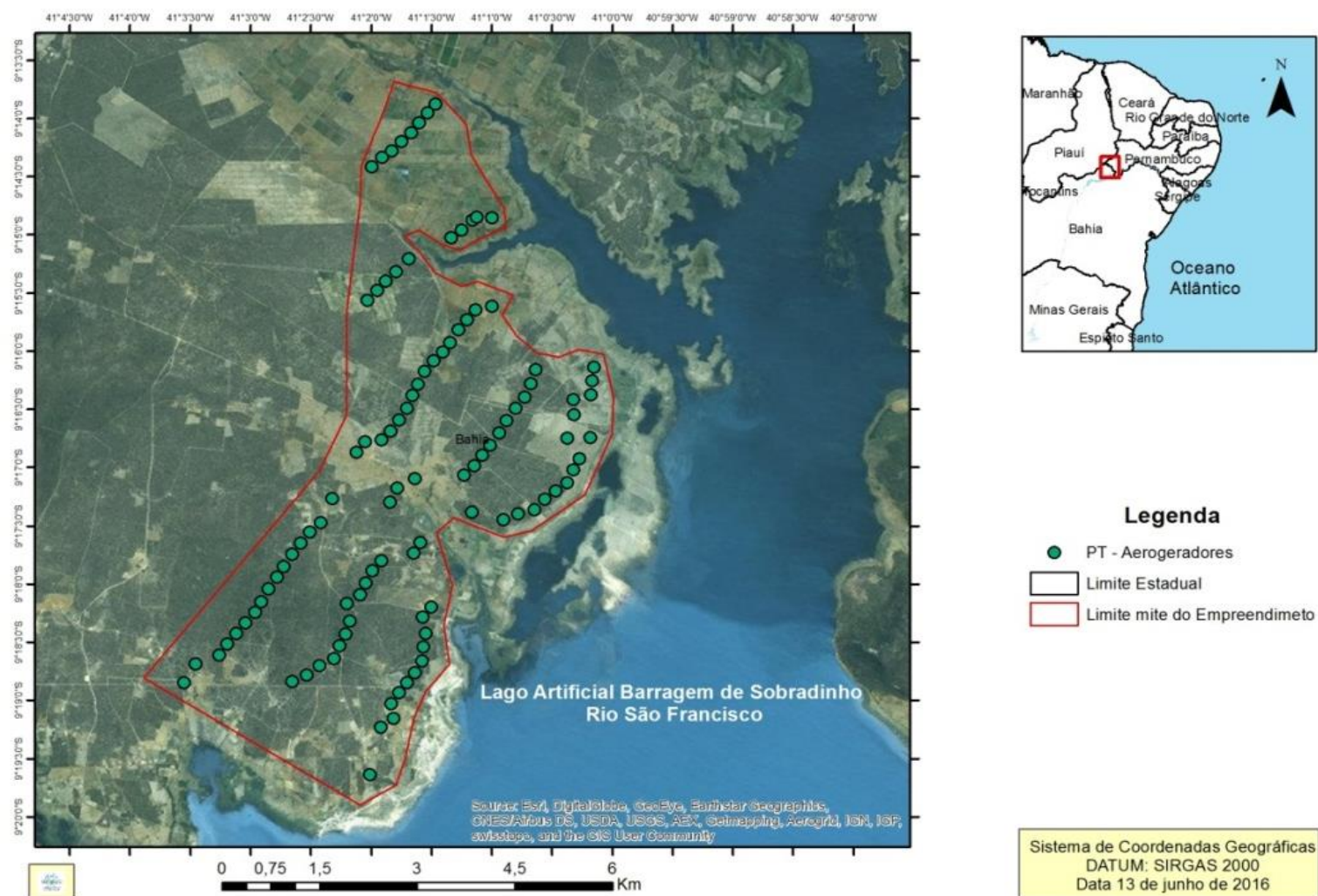
³⁵ Dados da Comissão da Pastoral da Terra de Juazeiro-BA, 2015.

A Chesf logrou êxito no Leilão Aneel realizado em 2010 com um novo projeto: o empreendimento Central Eólica Casa Nova. Nesse optou-se pela integração dos seis parques eólicos citados anteriormente em um único empreendimento com capacidade de 180 MW (ver mapa 03).

Dessa maneira, em 26/8/2010, a Chesf sagrou-se vencedora do Leilão 007/2010 - Aneel com o projeto Central Geradora Eólica Casa Nova, com previsão de início de fornecimento de energia em janeiro de 2013. A tarifa de energia adotada pela Chesf foi de R\$ 131,50/MWh. O projeto a ser implantado é caracterizado por apresentar 120 aerogeradores com potência unitária de 1,5 MW, perfazendo um total de 180 MW de potência instalada. Para a consecução do projeto, a Chesf celebrou ao todo nove contratos, sendo o principal deles o contrato CTNI 90.2010.9080 firmado com o Consórcio Ventos de Casa Nova no valor de R\$ 635.476.717,50 (TCU, 2013, p. 17).

O Parque Eólico de Casa Nova encontra-se localizado às margens do Lago de Sobradinho, como pode ser observado no mapa 3. Sua meta é atingir 22% da geração de energia eólica em todo o Nordeste do Brasil, o que, segundo Ferreira (2005), daria um respiro aos rios que precisam regular barragens hidrelétricas, como o São Francisco.

Mapa 03. Delimitação do Parque Eólico Casa Nova - povoado Malvão no município de Casa Nova - BA



Fonte: Alencar Filho, 2016.

Por meio de um consócio de empresas denominado Ventos de Casa Nova, o projeto vem sendo implementado com a participação de duas empresas privadas, a Engenharia e Tecnologia Ltda., responsável pelos serviços relacionados à construção das bases das torres; I.M. Comércio e Terraplanagem Ltda., responsável pelos serviços de execução dos acessos, a Construsel, responsável pelo fornecimento de mão de obra para fabricação de torres de concreto e a Industrias Metalúrgicas Pescarmona S. A Wind - IMPSA, responsável pelos serviços de fornecimento, fabricação e montagem dos aerogeradores e que assinou contrato com CHESF para desenvolver e fornecer 120 aerogeradores de 1,5 MW, representando uma capacidade instalada de 180 MW. Esse seria o maior parque eólico do Brasil. Nas figuras 06, 07 e 08, podem ser visualizadas as placas de implantação deste projeto.

Esta última empresa, a IMPSA, é de origem Argentina, mas com filiais em todo mundo e oferece serviços para geração de energia a partir de recursos renováveis e equipamentos para a indústria de processo e energia nuclear³⁶.

Segundo a IMPSA (2010), no que diz respeito à energia eólica no Brasil, a empresa está desenvolvendo cinco parques eólicos, totalizando mais de 300 MW de capacidade instalada; um desses parques, Praias de Parajurú no Ceará, já está em funcionamento³⁷.

Ainda segundo a empresa, no mês de dezembro de 2007, a IMPSA fechou um pacote de financiamento de 12 anos com a Caixa Econômica Federal para produzir energia eólica para Eletrobrás, iniciado a partir do ano de 2008. Em

³⁶ De acordo com o site da empresa (<http://www.impsa.com>), os objetivos da mesma só são alcançados através das suas seguintes unidades de negócios: IMPSA Hydro, IMPSA Wind, IMPSA Energy, que fornecem soluções integradas para a geração de sustentáveis de eletricidade, e a IMPSA Process que proporciona equipamentos para a indústria de processos. A IMPSA possui filiais na Argentina, Brasil, Caribe, Chile, China, Colômbia, Equador, Índia, Malásia, América do Norte, Peru, Vietnã e África do Sul.

³⁷ O Projeto Ceará I compõe-se de três parques eólicos: Praias de Parajurú, Praia do Morgado e Volta do Rio, localizados no Beberibe e em Acaraú. O empreendimento foi desenvolvido por ENERGIMP, subsidiária da IMPSA Energy, dentro do marco do programa PROINFA (Programa de Incentivo a Fontes Alternativas). O fornecimento da IMPSA consiste na construção de três parques sob condições EPC, que incluem engenharia, projeto, os respectivos equipamentos, balanço da planta, operação e manutenção, além da comercialização da energia. O financiamento do projeto foi obtido através dos aportes privados da IMPSA (51%) e da CEMIG (49%), do crédito concedido pela Caixa Econômica Federal pelo prazo de 12 anos, a uma taxa de TJLP +2,5%, e a assinatura de um Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) por 20 anos, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, que regula a compra e venda da totalidade da energia anual, gerada de acordo com as condições estabelecidas no PROINFA.

setembro desse mesmo ano, inaugurou sua fábrica de aerogeradores no porto de Suape, no estado de Pernambuco. A nova planta tem capacidade para fabricar 300 equipamentos por ano para abastecer o mercado local, regional e global.

Nesse sentido, o Estado garante a viabilização para implantação de parques eólicos, principalmente oferecendo incentivos fiscais para empresas capitalistas; grande parte desses financiamentos são estimulados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Social - BNDES.

Figura 06: Placas do Consórcio Ventos de Casa Nova no início da implantação do projeto - Povoado Malvão-Ba.



Fonte: Junior Malaquias, 2012.

Figura 07: Placas do Consórcio Ventos de Casa Nova, no povoado Malvão-Ba. Obras em atraso.



Fonte: A autora, 2015.

Figura 08: Placa da empresa Construsel - Consórcio Ventos de Casa Nova. Povoado Malvão - BA



Fonte: A autora, 2015.

Em Sento Sé, as investigações foram desenvolvidas nos povoados de São Pedro e Brejo de Dentro, ambos localizado no 6º Distrito³⁸ de nome Piçarrão. As figuras 09 e 13 apresentam uma vista dos povoados citados.

Figura 09: Vista do Povoado São Pedro em Sento Sé-BA.



Fonte: A autora, 2015.

De acordo com informações obtidas durante a pesquisa de campo, no povoado São Pedro, vivem aproximadamente 300 famílias, que, em sua maioria, são parentes, que vivem da criação de caprinos e ovinos.

O empreendimento chegou ao povoado através do consórcio constituído entre a Brennand Energia³⁹, a Brennand Energia Eólica S.A e a Companhia Hidro Elétrica

³⁸ Atualmente, o município de Sento Sé está geograficamente distribuído em Distritos, que seguem a seguinte ordem: 1º sede, 2º Pirí, 3º Américo Alves, 4º Cajuí, 5º Amaniú, 6º Piçarrão e 7º Minas de Mimoso. Dentro de cada Distrito estão localizados os povoados.

³⁹ O Grupo Brennand iniciou seus negócios há mais de oitenta anos, com a produção de açúcar e álcool. A partir da década de 1950, diversificou e expandiu suas atividades, de modo que nos anos noventa atuava na produção de cerâmica, vidro e fabricação de cimento com unidades em Goiás, Paraíba e Alagoas. O Grupo Brennand Energia originou-se em 2000, iniciando suas atividades com a construção das PCHs Antônio Brennand, Indiavaí e Ombreiras. O Grupo profissionalizou-se e desenvolveu uma expertise própria de implantação das centrais hidrelétricas de forma eficiente, racional e com sustentabilidade ambiental. Atualmente, o Grupo possui 583 MW de capacidade instalada, sendo 353 MW oriundos de dezesseis centrais hidrelétricas, 2 (duas) UHEs e 14 (quatorze) PCHs, e 230 MW de 8(oito) parques eólicos. Os projetos em construção do Grupo Brennand Energia englobam 3 (três) PCHs, adicionando 26 MW de capacidade instalada até 2017. Adicionalmente, a

do São Francisco - CHESF. A princípio, o consórcio surge com o objetivo de desenvolver e operar três parques eólicos, Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras, cada um com capacidade de gerar 30 MW de energia⁴⁰, somando 40 aerogeradores, que já estão em operação, inaugurados em 2013. As figuras 10, 11 e 12 demonstram a espacialização dos parques eólicos nesse município⁴¹.

Figura 10: Placa de indicação dos parques eólicos Pedra Branca, Sete Gameleiras e São Pedro do Lago - Povoado São Pedro em Sento Sé-BA.



Fonte: A autora, 2015.

Brennand Energia vem desenvolvendo mais de 500 MW em novos projetos de centrais hidrelétricas e parques eólicos. Informações no site <http://www.brennandenergia.com.br/site/historico.php?c=4>

⁴⁰ Informações da pesquisa de campo.

⁴¹ Não foi possível elaborar um mapa por meio de imagens de satélite de delimitação do parque eólico em Sento Sé, devido à não atualização das imagens nessa região.

Figura 11: Vista do parque eólico no povoado São Pedro em Sento Sé-BA, já em funcionamento.



Fonte: A autora, 2015.

Figura 12: Vista do Povoado São Pedro em Sento Sé-BA. Ao fundo, encontra-se parte do parque eólico em funcionamento.



Fonte: A autora, 2015.

Atualmente, o consórcio entre Brennand e CHESF possui mais cinco contratos para construção de parque eólico no mesmo povoado de São Pedro em operação; somando todos os empreendimentos no município de Sento Sé, totalizam 230 MW de produção de energia, como consta na tabela a abaixo.

Tabela 01: Parques eólicos em Sento Sé - BA

Parque Eólico	Localização	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (GWh/ano)	% sobre geração total
Pedra Branca	Sento Sé - BA	30	106,87	12,76%
São Pedro do Lago	Sento Sé - BA	30	118,26	14,12%
Sete Gameleira	Sento Sé - BA	30	110,38	13,18%
Baraúnas I	Sento Sé - BA	29,7	108,62	12,97%
Morro Branco I	Sento Sé - BA	29,7	111,25	13,28%
Mussambê	Sento Sé - BA	29,7	100,74	12,03%
Banda de Couro	Sento Sé - BA	29,7	113,00	13,49%
Baraúnas II	Sento Sé - BA	21,6	68,33	8,16%
Total:		230,40	837,45	100,00%

Brennand Eólica, 2015.

No povoado de Brejo de Dentro, demonstrado na figura 13, moram em torno de 100 famílias, que vivem em área de posseiros com a criação de caprinos e ovinos e agricultura de sequeiro. De acordo com CPT, em sua maioria, são famílias expropriadas do seu lugar de origem durante a construção da barragem hidroelétrica de Sobradinho na década de 1970.

Figura 13: Vista do Povoado de Brejo de Dentro em Sento Sé-BA.



Fonte: A autora, 2015.

Nesse povoado o empreendimento ainda está em fase de pesquisa. De acordo com informações da CPT e dos moradores durante pesquisa de campo, há existência de 8 torres de pesquisa em torno do Brejo de Dentro para medir a velocidade e posição do vento, que torna-se muito propícia para implantação de parques eólicos por se tratar de uma área serrana.

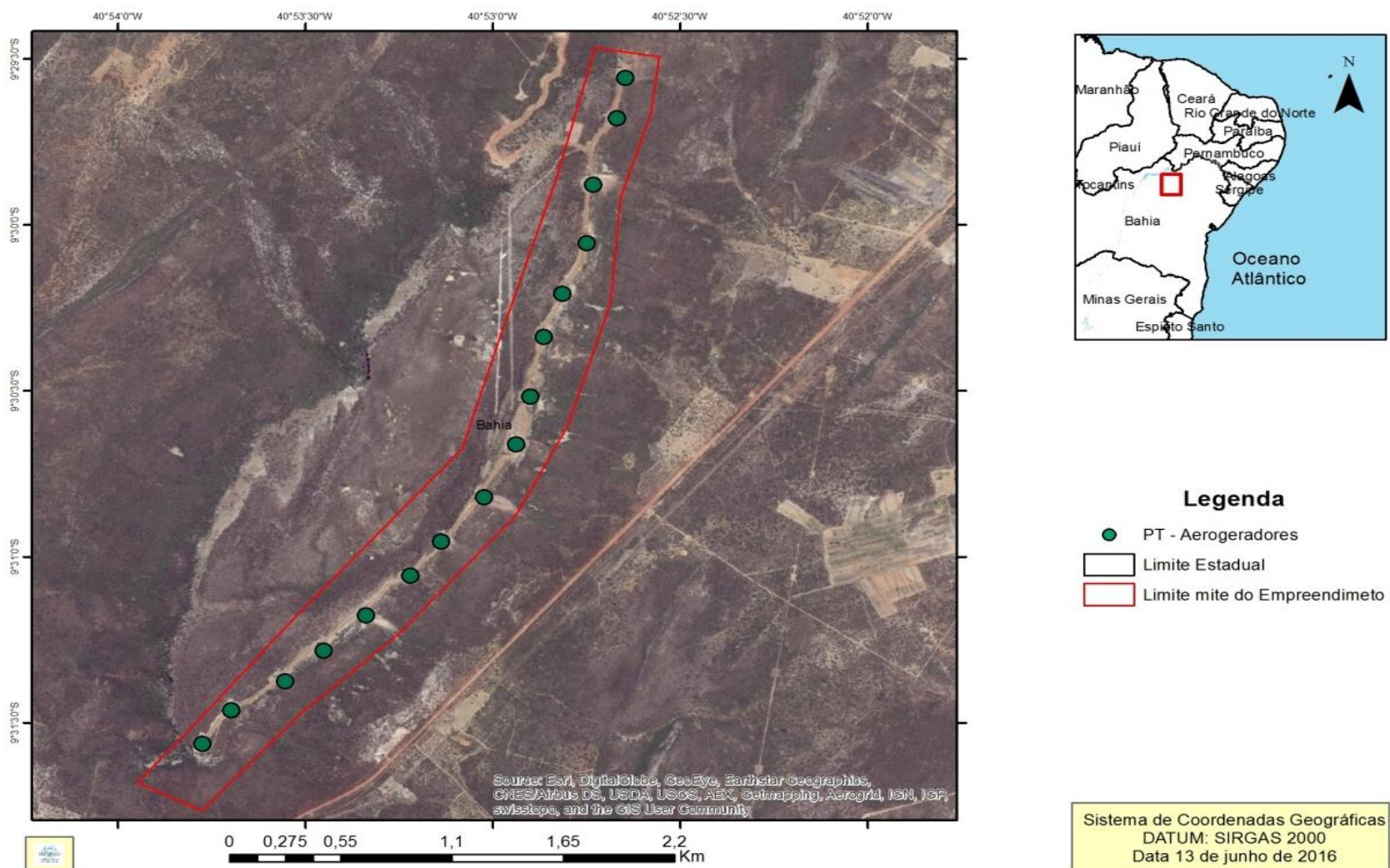
Na pesquisa de campo ficou evidente neste povoado, a existência de conflitos de terras entre os moradores e pessoas de fora da comunidade, motivadas pela grilagem das terras, causada pela especulação e possibilidade da chegada de mais um parque eólico na região. Essas grilagens acontecem pela possibilidade do recebimento de recursos por meio de arrendamentos de terras para implantação das torres.

Em Sobradinho, o parque eólico está implantado na zona rural, em uma serra conhecida como Serrote do Olho D' Água ou também Serra do Nilo, distante cerca de 5 km da sede do município, o mapa 4 mostra a localização e delimitação desse parque eólico.

O empreendimento chamado Eólica Pedra do Reino (ver mapa 04 e figuras 14 e 15), é composto pelas centrais eólicas, Pedra do Reino I (30 MW) e Pedra do

Reino III (18 MW) que produzem eletricidade para fins comerciais, ocupando uma área de 84.400m².

Mapa 04. Delimitação do Parque Eólico Pedra do Reino I e III - município de Sobradinho - BA.



Fonte: Alencar Filho, 2016.

Figura 14: Placa de indicação do parque Eólico Pedra do Reino. Ao fundo, a serra Olho D' Água.



Fonte: A autora, 2015.

É importante chamar a atenção para a paisagem retratada nas figuras. As condições físicas dos lugares e as infraestruturas simples dos povoados são usadas como justificativas para a entrada dos empreendimentos e como esse determinismo enraizado nas abordagens acerca do semiárido controlam esses espaços e legitimam a apropriação e exploração da natureza.

Figura 15: Vista do Serrote do Olho D'Água e aerogeradores do parque Eólico Pedra do Reino.



Fonte: A autora, 2015.

O parque Eólico Pedra do Reino é formado por 16 aerogeradores conectados à subestação do Salitre I da COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. É um empreendimento privado de responsabilidade da empresa Gestamp Wind⁴² de origem espanhola. No final de 2015, a Gestamp anunciou mais um projeto de instalação de parque eólico em Sobradinho-BA. O novo empreendimento chama-se Parque Eólico Pedra do Reino - IV.

A Gestamp Wind desenvolve, constrói e opera parques eólicos por todo o mundo, com o objetivo de se tornar um operador importante do setor de energia eólica. Ao longo dos últimos cinco anos, a Gestamp iniciou investimentos para implantar uma fábrica de flanges⁴³, atualmente em funcionamento, no complexo Industrial de Suape no estado de Pernambuco.

⁴² A empresa é composta por uma força de trabalho com vasta experiência no setor das energias renováveis, especialmente no desenvolvimento de energia eólica no mercado internacional. A Gestamp está implantando, já em andamento, sete empreendimentos, que vão gerar 189 MW de energia no Brasil. Em operação, a companhia tem o parque eólico Gravatá-Pirauá em Pernambuco, implantado com os incentivos do PROINFA (Programa de Incentivos às Fontes Alternativas), que pode produzir 24,7 MW. Informações do site: <http://www.sobradinhonoticias.com>

⁴³ Flanges são estruturas usadas para unir as partes das torres eólicas.

Além da Gestamp, o Polo Eólico de Suape é formado hoje por outras duas fábricas em operação: a argentina Impsa, que produz aerogeradores, e a dinamarquesa LM Wind Power, fabricante de pás eólicas. Juntas, as três indústrias instaladas somam investimentos de R\$ 422 milhões [...]. A fábrica de flanges do Complexo será a terceira da empresa no mundo, que está presente também na Espanha e na China⁴⁴.

O estabelecimento desses parques eólicos no Brasil se efetivam sobretudo pelas facilidades encontradas para a apropriação do território. A atuação desses grupos empresariais, imbuídos dos discursos do desenvolvimento, encontra no próprio Estado todas as facilidades e mecanismos legais para viabilizar sua espacialização.

Outro fator que contribui para o aumento do setor eólico no país, segundo Traldi (2014), é a procura das empresas europeias por mercados consumidores em meio à crise econômica, uma vez que, nos países europeus, a maior parte das áreas já estão ocupadas e produzindo energia.

No contexto de crise na economia mundial, entre os anos 2008 e 2010, o desenvolvimento desse mercado no Brasil acompanha a nova lógica de direção de expansão capitalista, que atribui a economia verde, energia limpa e mercados sustentáveis, entre outros conceitos, os novos rumos de extração da mais-valia, nesse movimento, a funcionalidade dos países com grande riqueza natural como o Brasil se torna a saída para reabilitar os investimentos das grandes incorporadoras.

Compreendemos a importância e viabilidade da energia eólica; no entanto, a forma de utilização dessas tecnologias para dinamizar o mercado, via espoliação da natureza e sem a participação dos sujeitos, especialmente os camponeses proprietários das terras, acarretará em inúmeras consequências negativas, conforme serão apresentadas no decorrer da pesquisa de campo.

⁴⁴ Informação retirada do site <https://portogente.com.br/artigos/82920-suape-recebe-a-construcao-da-primeira-fabrica-de-flanges-eolicas-do-brasil>. Publicada em julho de 2014.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO E A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO

Os municípios pesquisados ficam localizados no Nordeste brasileiro, ao norte do estado da Bahia, em uma região onde predomina o clima semiárido, caracterizado pela baixa umidade do ar, pouco volume pluviométrico e frequentes secas.

Apontada como uma região problema, por apresentar os piores índices sociais do país, a região Nordeste foi palco para formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento; porém, essas políticas trouxeram em suas pautas apenas medidas paliativas, que estão de longe preocupadas em resolver as intempéries provocadas pela seca, tida como a principal causadora dos problemas sociais da região.

É nessa conjuntura que os municípios pesquisados se inserem, apresentando-os as mesmas características físicas, sociais e históricas acabam por definir uma mesma análise dada proximidade de seus contextos no cenário da participação das políticas para geração de energia e alterações na suas relações sócio espaciais.

A crescente implantação de parques eólicos no semiárido baiano, além dos aspectos econômicos enunciados, trazem uma série de contradições acobertadas na falácia do discurso de desenvolvimento, o que torna os empreendimentos voltados para produção de “energia limpa” um espaço de contradições.

Para Melo, presidente da ABEEólica:

A energia eólica é uma fonte limpa e renovável, que gera empregos e renda para o Brasil [...]. Do ponto de vista socioeconômico, a geração de empregos e renda em regiões carentes demonstra um papel relevante das externalidades positivas decorrentes da geração eólica. O pagamento referente aos arrendamentos é feito diretamente aos proprietários das áreas, representando geração e injeção de renda por, no mínimo, 20 anos em regiões que, em sua maioria, são bastante carentes, com economias estagnadas, inclusive no semiárido brasileiro (2014, p. 137).

O discurso de que a energia eólica garante a geração de emprego é ambientalmente correto e de que o semiárido é uma região pobre com pouca capacidade de crescimento devido às suas condições climáticas, oculta práticas socialmente injustas, desvendadas a cada dia com o passar do tempo.

As práticas de pesquisa, realizadas com as investigações do campo nos municípios estudados, revelam que as empresas se utilizam de diferentes estratégias para firmar seus contratos, que, via de regra, apresentam irregularidades.

Nessa perspectiva, cabe entender até que ponto as energias renováveis são “limpas”, ou se essa nomenclatura trata de um discurso que busca legitimar o crescente controle do mercado energético por grupos hegemônicos nacionais e internacionais na manutenção do padrão de acumulação capitalista.

Foi possível perceber que os empreendimentos chegam aos espaços com necessidades externas ao lugar, ao tempo que são localidades que apresentam necessidades básicas de energia elétrica e água encanada.

Segundo Vagner de Souza Sampaio, presidente do Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC, há em Casa Nova-BA localidades com carências básicas como o abastecimento de água e energia. De acordo com ele, o Exército Brasileiro trabalha junto a COMDEC, no sentido de ajudar com o abastecimento de água nas cisternas no interior do município por meio da Operação Pipa. É importante ressaltar que o município de Casa Nova situa-se às margens do lago da barragem de Sobradinho, o que não justifica tal política para o abastecimento de água, bem como a falta de energia elétrica.

Das 935 localidades existentes no município, 774 localidades são atendidas pelo Exército Brasileiro. São atendidos 42.221 pessoas nessas 774, temos pipeiros levando água em 80% do município. Em relação à energia elétrica o município é abastecido pela COELBA (Companhia Energética da Bahia), das 935 localidades que o município tem algumas têm energia elétrica, mas também temos localidades que recebem energia de geradores que são ligados a partir das 18:00 horas e desligados às 22:00, algumas delas são: Barragem, Lagoa do Alegre, Batateira e outras. Para o funcionamento desses geradores é necessário combustível, e é utilizado para o funcionamento o óleo diesel (Vagner de Souza Sampaio. Entrevista realizada em agosto de 2014).

Durante pesquisa de campo nos municípios estudados, perguntamos sobre a disponibilidade e a instalação da energia elétrica, e os moradores fizeram o seguinte relato:

- Veio chegar energia elétrica aqui lá por ano de 2005, 2006 ou 2007, tem pouco tempo. Antes dessa tinha a solar, mas não era todo mundo que tinha era só alguns o resto era candeeiro e vela (D. S. O. Entrevista de campo no povoado São Pedro em Sento Sé - BA. Novembro de 2015).

- A energia não vem aqui pra nós né, nós não temos acesso a essa energia se faltar energia a gente fica aqui no escuro, mas deveria ficar no claro nera! Porque o parque tá aqui do lado e a barragem também, mas se faltar energia uma semana a gente fica uma semana no escuro (S. J. S. Entrevista de campo no município de Sobradinho-BA. Outubro de 2015,).

- Agente paga uma energia cara pra caramba, gera energia dentro da nossa propriedade e a gente uso no preço que eles querem, porque nós é que gera e nós é obrigado a pagar do preço que eles querem (S. A. Entrevista de campo no povoado Brejo de Dentro em Sento Sé - BA. Janeiro de 2016,).

De acordo com Traldi (2014), a decisão da instalação de parques eólicos nos povoados do semiárido resulta, primeiro, da necessidade de aumento da oferta de energia elétrica no território nacional, a partir da diversificação da matriz elétrica brasileira, o que, para o autor, é uma verticalização, pois,

em segundo momento ela resulta da necessidade de expansão de mercados consumidores pelas empresas do ramo eólico, seja pela saturação dos mercados europeus, seja pela conjuntura de crise configurada em 2008. Não foram os lugares que necessitando produzir energia para o seu próprio consumo decidiram por implantar parques eólicos a fim de satisfazer sua necessidade. Ao contrário a necessidade é externa a estes lugares e se impõe a eles (TRALDI, 2014, p. 4435).

Nesse curso, novos valores são impostos aos lugares por meio de agentes que ressignificam os espaços com suas novas formas de produção. Lugares, que, até então, eram considerados como fadados ao esquecimento, reduzidos a currais eleitorais e espaços de reprodução da pobreza através da “indústria da seca”, tornam-se de um dia para o outro, espaços valorizados e de alto potencial, que se

revela na qualidade dos recursos naturais disponíveis naquela fração do espaço terrestre.

É na construção dos discursos dessas vantagens locacionais que o Estado aproveita-se para disseminar no semiárido a necessidade da produção de usinas eólicas, as quais por meio de localização privilegiada poderá proporcionar o desenvolvimento da região. Dessa forma, produz-se a valorização do espaço onde os grandes beneficiados não serão aqueles que participaram do processo da produção.

A alusão ao desenvolvimento local tão difundido pelos governos em todas as suas esferas, assim como também, por empresas que implementam e são proprietárias de parques eólicos, apontam-no como fator crucial para os lugares que os recebem. Verificamos esse discurso na fala de Simas (2012), ao destacar a energia eólica como grande potencial para geração de emprego a nível local e para o desenvolvendo de oportunidades com geração de renda para localidades rurais com baixas oportunidades de crescimento econômico, além de contribuir com o desenvolvimento sustentável.

A energia eólica pode contribuir com desenvolvimento socioeconômico em nível local e regional. Além da geração de empregos, a instalação de parques eólicos pode movimentar a economia local pelo fornecimento de serviços, principalmente alimentação e hospedagem durante o período da obra. O pagamento pelo arrendamento da terra aos proprietários, junto com o fato de baixa ocupação da propriedade, confere aos empreendimentos eólicos uma relação inovadora entre os geradores de energia e a comunidade, além de ter o potencial de redução de migração das zonas rurais (SIMAS, 2012, p. 164).

Em oposição, Traldi (2014) acredita que essa é uma tese refutável. De acordo com ela, a geração de empregos tem prevalecido como argumento para legitimar a existência de desenvolvimento local nos municípios e comunidades onde estão sendo instalados parques eólicos, mas esses não constituem segurança dada a sua brevidade.

Isso por que a instalação de parques eólicos é uma **atividade intensiva em capital e não em mão de obra**. Exceto no período da construção destas grandes infraestruturas, quando há geração de uma grande quantidade de empregos nas obras civis, não podemos

afirmar que a atividade é geradora de empregos. A etapa da construção de um parque eólico, que compreende: a abertura de vias de acesso, construção de plataformas, construção das bases, montagem dos aerogeradores e a construção de subestações e linhas de transmissão, dura em média um ano podendo chegar a dois anos, a depender das dificuldades encontradas e do tamanho do parque. Durante as obras civis, primeira etapa, que envolve a terraplanagem, a fundação e pavimentação do complexo, ou seja, a preparação do terreno para que as torres sejam afixadas, há uma relevante geração de empregos. No entanto, esta fase dura aproximadamente apenas alguns meses. Somente a secagem da fase de concretagem dura em torno de um mês. Ainda assim, a mão de obra contratada nem sempre é local, já que há uma demanda por muitos trabalhadores com habilidade para a construção civil em um mesmo período (Ibid. 2014, p. 4437-4438. Grifo nosso).

As pesquisas de campo realizadas nos municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho confirmam a afirmação da autora acima. Nos relatos dos entrevistados, verificamos o descontentamento com a forma de contratação de pessoal para trabalhar nos parques.

- A gente foi atrás e fizemos muito protesto, porque quando chegaram aqui disseram que as prioridades era de quem era do lugar. Tu sabe que pra quem tem padrinho lá dentro é fácil né! Aí minha filha, nós trancamos e passamos quinze dias sem abrir. Sei que alguns conseguiram, mas teve outros que não conseguiram não. Disseram que os daqui não tinham estudo e num sei o quê. Num sei se precisa de estudo pra limpeza e que precisa vim alguém de Juazeiro, a gente já trabalha a vida todinha com isso. Agora não tem emprego nem para os vigilantes, que fizemos um curso por nossa conta e fazendo todo sacrifício e não tem é um (D. K. Entrevista de campo no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA. Novembro de 2015,).

- Quando tinha as empresas aí a Casa Nova mudou muita coisa o comércio melhorou, quem tinha aluguel tinha muita renda, porque tinha muita gente de fora, hoje acabou. Eles passaram uns três anos aqui. Mas bom mesmo era pra quem tinha muita casa pra alugar, hoje mesmo tá tudo abandonado (A. S. Entrevista de campo no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA. Julho de 2015,).

Contudo, essas atividades estão ligadas diretamente à existência de parques em construção, fase em que há maior geração de empregos. Com o fim das obras, há redução no número de empregados nos parques, reduzindo, assim também, a demanda por esses serviços.

A preocupação com a dimensão territorial, que se observa nos discursos e nas práticas do desenvolvimento do país, nesses últimos 10 anos, inscreve-se num processo de mudanças aparentes, as quais apenas disfarçam o que, na verdade, são: meras continuidades. Mudanças, por exemplo, na escala prioritária de atuação - do nacional para o local -, no enfoque das propostas - já não mais setorial e sim territorial - ou na incorporação de mecanismos de participação. Mudanças que, no fundo, apenas tentam maquiagem as continuidades de um desenvolvimento, que se mantém economicista e mercantil, apesar das novas nomenclaturas de local ou territorial (GÓMES, 2006).

Os moradores entrevistados nos relataram várias situações de falta de lisura na atuação das empresas nos municípios pesquisados. Para conseguirem a aprovação para a implantação dos aerogeradores, as empresas empregam diversos artifícios; entre eles está a firmação de contratos sem os devidos esclarecimentos aos proprietários da terra, que, por se tratar de pessoas com poucas instruções, acabam sendo lesadas na firmação dos contratos, conforme explicado nos trechos abaixo das entrevistas.

- Eu naquele tempo tava doido que eles passassem por dentro de minha área, era tanta promessa boa que eu pensei: ôxii...vai ser uma aposentadoria, 35 anos, todo mês recebendo. E disse que era corrigido. Naquele tempo que eles começaram aí, mentiram pra nós aí que o caba ia ganhar esse dinheiro, quatro mil reais era muita coisa, hoje é que não vale mais. Mas mesmo assim se a gente tivesse ganhando esses quatro mil reais por mês, o tanto que num estava ajudando num era? Quando foi pra fazer isso aí, quem apareceu foi umas galegonas de Santa Catarina, lá do Sul, nessa hora aparecia gente de todo lugar, que era pra convencer, e era fuá, que nós ia ter energia pura, que era limpa e num sei mais o que (A. S. Entrevista no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA. Julho de 2015).

- A história é grande, e as promessas também. Quando eles vêm oferece tanto coisa, até retrato eles tiram das pessoas. Eles viviam lá em casa, diziam que ia ser mil maravilhas, que era energia pura, era dinheiro (A. S. S. Entrevista no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA. Julho de 2015).

Atualmente o parque Eólico Casa Nova se encontra em completo abandono. Começou a ser construído no primeiro trimestre de 2011 e deveria entrar em operação em janeiro de 2013. Porém, há atrasos em obras no sistema de

transmissão para escoar a energia gerada, que, para chegar aos consumidores, é necessária a existência de uma subestação⁴⁵ para conectar a usina ao sistema nacional; a mesma deve ser construída em conjunto com as obras do parque eólico. A figura 16 mostra a subestação do Parque Eólico Casa, no povoado Malvão inacabada.

Figura 16: Vista de Obra inacabada da Sustação do Parque Eólico Casa Nova.



Fonte: A autora, 2015.

De acordo com Perreiras (2015), o Parque Eólico de Casa Nova é uma usina de irregularidades. Hoje, inoperante e com obras paradas e canteiros abandonados, como evidenciam as figuras 17 a 21 registradas em pesquisa de campo, o parque teve ainda questionamentos judiciais quanto à licitação vencida pela CHESF.

⁴⁵ Para a energia ser gerada e consumida, ela depende das redes de transmissão, que são de responsabilidades, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Figura 17: Torres eólicas inacabadas no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA.



Fonte: A autora, 2015.

Figura 18: Torres eólicas em meio ao mato no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA.



Fonte: A autora, 2015.

Figura 19: Canteiro de obras de construção de torres de concreto da empresa Dois A Engenharia em estado de abandono - Povoado Malvão em Casa Nova – BA.



Fonte: A autora, 2015.

Figura 20: Geradores de turbinas eólicas em abandono no canteiro de obras da empresa Dois A Engenharia - Povoado Malvão em Casa Nova – BA.



Fonte: A autora, 2015.

Figura 21: Torres de conexão eólicas em abandono no canteiro de obras da empresa Dois A Engenharia - Povoado Malvão em Casa Nova – BA.



Fonte: A autora, 2015.

O conjunto das figuras citadas revela a situação em que se encontram as obras do Parque Eólico em Casa Nova; são milhões de reais no abandono e arrendantes que não têm informações de como ficarão suas terras, que estão impossibilitadas de uso para a produção agropecuária. Como se pode ver,

a implantação do Parque Eólico de Casa Nova, no Norte da Bahia, às margens do Lago de Sobradinho, registrou irregularidades desde o início. Até mesmo a habilitação da Companhia de Hidro Eletricidade do São Francisco (Chesf) no processo licitatório e leilão do lote de geração de energia eólica foi contestada na Justiça. De acordo com despacho da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, de 2010, a Chesf teve sua homologação garantida, mas em suas considerações o juiz que apreciou o caso foi claro ao afirmar que isso só ocorreu em razão de risco de prejuízos aos cofres públicos, caso houvesse a anulação do processo de concessão. Uma ressalva ainda deixou explícito que as perdas com atrasos deveriam ser imediatamente ressarcidas pela companhia. “Não sendo entregue o empreendimento até 1º de janeiro de 2013, haverá a necessidade de a recorrente contratar, para suprimento de energia que deixaria de ser produzida, a energia proveniente de fontes poluentes e mais danosas, tais como usinas termelétricas e nucleares”, informava o documento (Parreiras, 2015).

Os moradores da comunidade Malvão não apresentaram resistência com a chegada do empreendimento, pois foram “seduzidos” pela possibilidade de ganharem com o arrendamento de suas terras. Para cada torre eólica que passa por sua propriedade, receberiam cerca de 1.200⁴⁶ reais, por meio de um “contrato firmado em trinta e cinco anos de duração” (minuta do contrato usado para arrendamento das propriedades do Parque Eólica Casa Nova). Hoje, reclamam pelo atraso dos pagamentos dos contratos assinados com a empresa.

Seu S. C. que sempre viveu na comunidade plantando cebola em suas terras e que possui duas torres eólicas em sua propriedade de 37 contou-nos que,

quem arrendou terra para CHESF deu de graça. As minhas mesmo pegaram de graça. Eu assinei o contrato em 2012 e até hoje não vi um centavo, para não dizer que não deram nada, me deram uma quantia de quatro mil e pouco. Hoje o parque tá aí abandonado e ninguém de nenhuma empresa vem aqui. E eu acho que não vem nunca mais. Aquilo ali foi um contrato mal feito, de 35 anos, mais cheio de coisa errada. Eu coloquei um advogado, mas parece que esses advogados daqui parece que num sabe de nada. Se eu pudesse desfazia esse contrato na hora e nem por cinquenta mil reais eu queria de novo. E pode perguntar a qualquer um que fez o contrato, que eles também querem desfazer, 99% quer desmanchar o contrato. E sem contar às empresas que decretou falência e foi embora sem pagar os funcionários. Hoje o parque tá abandonado, até roubado foi, levaram os fios de cobre das torres (S. C. Entrevista de campo no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA. Novembro de 2015,).

Também no povoado Malvão, Dona I. M. S. de 75 anos, que sempre viveu e criou seus filhos ali, também se sentiu lesada e fala da impossibilidade de trabalhar na sua terra devido à parte da área está comprometida com as obras das torres.

Eu acho que isso foi uma lavagem de dinheiro. Porque minha fia tanta gente com tanta precisão de energia, faz um começo tão bonito trabalharam tanto pra depois abandonar. E acabaram com tudo, já roubaram tudo já, só ficou aquelas pouquinho sem mexer. Só tem dezoito prontas, num tem mais um cobre por dentro e já levaram tudo e já roubaram tudo. Infelizmente, acabou minha roça. Olhe lá, por onde passou era onde o pessoal plantava milho, cebola que dava uma rendinha, passou essa estrada por o meio, botou essa cancela aqui comendo a metade da terra, foi botar duas cancela pertinho uma da outra para ali que eu não sei pra que duas cancela. Aí cortou a

⁴⁶ Nos contratos assinados, não consta a quantidade do valor fixo do arrendamento da terra. Ver contrato em anexo.

roça no meio aí não pode mais cercar, ali não cerca mais. Meu esposo que assinou o contrato, mas ele não queria⁴⁷. Aí eles só pegando os documentos e pelejando dizendo que ia dar muita renda que ia ser bom que a gente ia ganhar o que a energia gerasse que ia começar no dia 14 de agosto de 2012, e aquele papo todo. Não assina, assina, não assina. Aí quando um começou a assinar aqui no povoado, aí assinamos também. E que contrato foi esse que ate hoje não recebemos nada. Com uns quatro meses que começaram deram quatro mil a cada morador. Quatro mil, foi o dinheiro que eu recebi e ninguém até hoje apareceu mais aqui (I. M. S. Entrevista no povoado Malvão no município de Casa Nova-BA. Novembro de 2015,).

Os indícios de grilagens de terras, especificamente no município de Sobradinho-BA e no povoado de Brejo de Dentro⁴⁸ em Sento Sé-BA, têm também preocupado os moradores. A chegada dos empreendimentos despertou uma especulação imobiliária, tanto por parte das empresas, como dos políticos do município, que, sabendo dos lucros, que podem receber com a firmação de contratos, estão grilando terras de posseiros, que vivem na propriedade há muitos anos.

Outra preocupação de cunho ambiental e cultural também foi verificada; no caso dos municípios pesquisados, encontra-se na região de Sento Sé o Boqueirão da Onça, uma área isolada que compreende 800 mil hectares de mata. O local tem uma das maiores áreas de caatinga nativa preservada com uma população única de onça-pintada, tatu-bola e o imbuzeiro, localizada no sertão baiano, além de sítios arqueológicos. A instalação das torres eólicas devem levar em consideração ainda as fragilidades dos terrenos, bem como os impactos visuais e sonoros que podem prejudicar o equilíbrio ambiental.

Além de assinaturas de contratos em caráter de urgência, sem dar ao proprietário um tempo para analisá-los, eles apresentam cláusulas abusivas, que beneficiam apenas o contratante. Nos contratos analisados nesta pesquisa, que estão expostos nos anexos, não consta a quantidade do valor fixo do arrendamento

⁴⁷ No início da especulação da CHESF para conseguir assinar os contratos dona Isabel e seu esposo estavam em Juazeiro-BA, seu esposo estava hospitalizado, quando voltaram já estava a especulação para a assinatura dos contratos, logo depois da assinatura do seu contrato ocorreu o seu falecimento. Dona Isabel que pouco entendi e sua idade (75 anos) e sua idade já não lhe permite, ficou só para resolver as pendências do contrato (informações da pesquisa de campo).

⁴⁸ Em Brejo de Dentro, ainda não há parques eólicos implantados, no entanto é uma área de pesquisa para implantação dos mesmos, em volta do povoado se ver várias torres de medição de vento e também há a ocorrência de especulação das terras.

da terra, o que faz com que os moradores não tenham qualquer informação sobre viabilidade financeira do contrato.

Identificamos que, atualmente, muitos proprietários que assinaram os contratos se sentem lesados, pois acreditam que os mesmos não estão sendo cumpridos por parte das empresas. Alguns se sentiram pressionados a assinar sem mesmo terem tempo de analisá-los. Essa abordagem segue no próximo item.

3.1. Da legitimidade à perda de autonomia: as contradições contratuais na implantação de parques eólicos

“Por mais que aparentemente o discurso seja pouco importante, as interdições que o atingem logo e depressa revelam a sua ligação com o desejo e com o poder. E o que há de surpreendente nisso, já que o discurso - como a psicanálise nos demonstrou - não é simplesmente o que manifesta (ou oculta) o desejo; é também o que é o objeto do desejo; e já que - a história não cessa de nos indicar - o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, aquilo pelo que se luta, o poder do qual procuramos apoderar-nos”.

Michel Foucault, in “A Ordem do Discurso”

O discurso utilizado pelo Estado e empregado pelas empresas para a apropriação dos territórios e implantação de torres eólicas para geração de eletricidade tem se legitimado por meio da anunciação das práticas ambientalmente corretas e da crise ambiental, ocultando práticas socialmente injustas que sempre norteiam empresas de grande capital.

Em princípio, o discurso gerado pelas empresas mostram os benefícios que a chegada do empreendimento irá gerar; entre eles, estão a geração de emprego, a produção de energia para comunidade, a produção de uma energia limpa e a certeza de uma renda mensal para família. Munidos do determinismo enraizado das abordagens acerca do semiárido, esses atores acrescentam que tais ações não causarão grandes impactos ambientais e de vizinhanças, como causariam em outras

regiões do país. Nessa lógica, algumas áreas do estado da Bahia estão passando por profundas transformações. São muitas as empresas voltadas para produção de energia eólica, interessadas e disputando essas áreas, suscitando transformações profundas nessas localidades.

Para a população, a perspectiva da energia eólica é a geração de emprego e os movimentos que o empreendimento trará para comunidade. Nesse sentido, o discurso do Estado se fundamenta e ganha força por meio da esperança daqueles que veem a possibilidade de melhorar a vida, que disseram para eles que era sofrida.

Os contratos firmados põem em dúvida os princípios de lisura e transparência por parte das corporações. Em geral, são contratos abusivos, pois contêm várias cláusulas que trazem mais vantagens para a empresa do que para os camponeses que os assinam. Entre elas, estão: multa para o camponês com valores muito além da sua renda, inexistência de multa por parte da empresa. Contratos muito longos e com renovação automática se for do interesse da empresa, mesmo que o proprietário ou posseiro da terra não mais o queira.

A longevidade dos contratos com renovação automática é um problema grave. Caso as partes tenham uma relação conflituosa, ainda assim, o contrato pode perdurar para gerações futuras. A transcrição abaixo de trechos do contrato confirma essa realidade.

A vigência do contrato tem o prazo de 35 (trinta e cinco) anos contando da data de sua assinatura (Cláusula 2, item 2.1).

Caso ao fim do prazo de vigência deste instrumento, a ARRENDATÁRIA obtenha a renovação do prazo de autorização da outorga de nova autorização das autoridades competentes para continuar produzindo energia eólica na área do presente Contrato, **a ARRENDATÁRIA poderá a seu livre e exclusivo critério, requerer por escrito a renovação do prazo do Contrato por períodos sucessivos equivalentes aos novos prazos de renovações ou outorgas de autorização** (Cláusula 2, item 2.2 – DA DURAÇÃO DO CONTRATO, DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS. In. INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE ÁREA E OUTRAS AVENÇAS PARA CONSTRUÇÃO DE PARQUE EÓLICO EM CASA NOVA COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF, 2012, p. 6 grifo nosso).

Outro agravante encontrado nos contratos estudados na pesquisa (ver os contratos no anexo 01 e 02) são as cláusulas de confidencialidade, ou seja, a não publicização do contrato, tendo o mesmo que ser mantido em sigilo, conforme segue:

É terminantemente vedado aos LOCADORES, transmitir ou ceder, a qualquer título, no todo ou em parte, a quem quer que seja, que não aos expressamente autorizados pela LOCATÁRIA, qualquer informação ou documentação referente ou relacionado, direta ou indiretamente, ao presente CONTRATO, incluindo qualquer dado à instalação da CGE no IMÓVEL.

Parágrafo Primeiro. As obrigações assumidas pela presente Cláusula são de caráter vitalício, persistindo além da vigência do presente instrumento (cláusula décima primeira – confidencialidade. In. INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE IMÓVEL RURAL PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAL GERADORA DE ENERGIA EÓLICA. EMPRESA BRENNAND ENERGIA EÓLICA S.A. 2011).

Cada uma das **PARTES** e seus afiliados e prepostos deverão manter confidenciais todas as informações e dados disponibilizados à outra **PARTE**, que sejam considerados confidenciais pela outra **PARTE**, ou nos termos deste Contrato, e as negociações previstas aqui, e não revelará a nenhuma outra pessoa, nem usarão em seu próprio benefício ou em benefício de nenhuma outra pessoa, e nem facilitarão a divulgação ou revelação de tais informações para terceiros, sem que a outra **PARTE**, previamente, aprove por escrito (CLÁUSULA 13 DA CONFIDENCIALIDADE, item 13.1. In. INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE ÁREA E OUTRAS AVENÇAS PARA CONSTRUÇÃO DE PARQUE EÓLICO EM CASA NOVA COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF, 2012, p. 12).

As cláusulas de confidencialidade, e não só elas, presentes nos dois contratos analisados, no caso dos parques eólicos dos municípios de Sento Sé e Casa Nova, respectivamente, ferem o princípio da publicidade e da função social do contrato⁴⁹. Se o contrato é sigiloso, não tem como haver um monitoramento, uma

⁴⁹ O princípio da função social do contrato surgiu para renascer o equilíbrio social diante das injustiças sociais, do pensamento individualista dos interesses particulares que sobressaiam nas relações contratuais da sociedade desde a Revolução Francesa. A visão de proporcionar o bem da coletividade deveria respaldar a igualdade dos sujeitos de direito, a liberdade de cada um seria respeitada e o bem comum alcançado entre as partes contratantes. O declínio do direito individual fez surgir o direito social, e entre os seus princípios está o da função social da propriedade e do contrato, com foco na promoção do bem-estar comum e dos interesses sociais para uma sociedade livre e injusta. SILVA, Lígia Neves. O princípio da função social do contrato. Conteúdo e alcance. Análise econômica.

avaliação por parte de outras pessoas que venham a ser afetadas por esse tipo de empreendimento.

A função social do contrato tem uma relação direta com a sociedade. Não basta que ele seja bom para ambas as partes, ele precisa ser bom para a sociedade de um modo geral; é o que versa o Código Civil no Art. 421 e 422 (2008), respectivamente, os mesmos dispõem que “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato” e “Os contratos são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”.

Os interesses sociais das partes devem ser protegidos na medida em que os valores sociais relevantes, que ultrapassam a esfera individual, sejam também protegidos. Os interesses privados devem atender aos interesses sociais no âmbito da atividade econômica, com reflexos na ordem contratual. A liberdade contratual e o equilíbrio de interesses entre as partes são questões a serem observadas quando da formalização do contrato, tendo em vista o fenômeno da publicização do Direito Privado. Na interferência do Estado nas relações jurídicas entre os particulares, deve prevalecer o interesse do bem-comum e da redução das desigualdades sociais. Portanto, a liberdade de contratar está atrelada aos fins sociais do contrato, sobressaindo ainda os princípios da boa-fé e da probidade (SILVA, 2008, p.4).

Percebemos que os contratos firmados não cumprem os princípios de boa-fé e da probidade à medida que se valem da simplicidade e do pouco conhecimento sobre Direito dos trabalhadores rurais que arrendaram suas terras.

Em sua maioria, os trabalhadores e pequenos produtores, desconhecem os conteúdos propostos nos contratos, fato que coloca em risco a autonomia dos moradores em suas terras, o que pode ser observado pela entrevista realizada com um dos arrendantes, no município de Sento Sé:

Para nós nunca chegaram pra explicar não, direito assim. Tinha vez que eles chegavam aqui e do carro diziam: assina aqui, assina aqui, hoje é dia de pegar o avião tá na hora. E a gente assinava, não sabia nem o que assinava, hoje a gente se arrepende, mas já tá assinado não tem mais jeito (D. J. O. Entrevista de campo no povoado São Pedro do Lago em Sento Sé, 2015).

A fala de D. M. na entrevista de campo no povoado Malvão em Casa Nova, também, representa a falta de clareza na explicação dos contratos. Ela tem dúvida acerca da renovação do contrato.

Menina é sem fim. A gente alugou por cinco anos a terra, depois assinamos o contrato de quarenta anos e dizem que pode renovar automaticamente, eu num sei. Muitas coisas foi boa, mas muitas não (D. M. Entrevista de campo no povoado Malvão em Casa Nova, 2015).

O caráter de confidencialidade dos contratos mantido entre as partes, não podendo ser divulgado a terceiros fora do domínio do mesmo, intimida os trabalhadores rurais a procurarem orientações acerca do que está proposto no acordo. Esses fatos põem em dúvida os princípios de boa-fé e transparência por parte das empresas.

Os contratos também não obedecem ao Artigo 478 do Código Civil (2008) que trata da atenuação da disparidade do contrato devido à onerosidade excessiva para uma das partes, ao passo que gera um enriquecimento para outra parte. As cláusulas apresentadas abaixo mostram que as empresas são mais beneficiadas do que os trabalhadores rurais donos das terras, em todas as etapas do empreendimento, ao passo que os pagamentos referentes ao arrendamento, tanto no período de viabilidade da implantação do parque eólico, quanto no período de funcionamento do mesmo são mais vantajosos para as grandes corporações.

Segue reprodução destas cláusulas.

CLÁUSULA SEGUNDA, Parágrafo Segundo. A LOCATÁRIA terá o prazo de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por mais 06 (seis) meses, a critério destes, para estudar a viabilidade técnica, econômica e regulatória de implantação da CGE, ao fim do qual decidirão pelo seguimento ou não do empreendimento e do presente contrato.

Parágrafo Terceiro. Caso a LOCATÁRIA decida, ao fim do prazo estabelecido pelo Parágrafo Segundo acima, pela inviabilidade de implantação da CGE, o presente CONTRATO se encerrará, e a LOCATÁRIA pagará aos LOCADORES, a título de cláusula penal compensatória, a importância desde já fixada em R\$ 500.00 (quinhentos reais).

Parágrafo Quarto. O presente CONTRATO também se encerrará, sem que nada seja devido aos LOCADORES pela LOCATÁRIA, caso

esta não obtenha as autorizações e/ou concessões de qualquer entidade do Poder Público, necessárias à implantação e operação da CGE. (INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE IMÓVEL RURAL PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAL GERADORA DE ENERGIA EÓLICA. EMPRESA BRENNAND ENERGIA EÓLICA S.A. 2011).

Observamos ainda que, no parágrafo terceiro, citado acima, ao passar o tempo de cinco anos, prorrogados por mais seis meses, tempo referente ao período do estudo de viabilidade na área, com plenos poderes sobre a propriedade do trabalhador rural, a empresa pode considerar inviável a implantação do parque eólico por questões técnicas e, dessa forma, encerrar o contrato sem nada a dever ao proprietário da terra, disponibilizando-lhe a quantia irrisória de R\$ 500,00 reais, valor que não custeará a reestruturação do local alterado para as pesquisas com as torres.

Outra informação referente ao pagamento consiste no fato de que somente será pago ao arrendante a receita efetivamente produzida nas torres eólicas que estejam instaladas na propriedade e não uma porcentagem da produção do parque como um todo, apresentadas no parágrafo 2 da quarta cláusula.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

1. Durante o período do ESTUDO DE VIABILIDADE, e durante a construção, montagem, comissionamento e pré-operação da CGE, **se for o caso, a LOCATÁRIA obriga-se a pagar aos LOCADORES a quantia mensal líquida de R\$ 100,00 (cem reais), a ser paga, anualmente, em uma única parcela com o vencimento do primeiro pagamento em até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste CONTRATO;** e, (grifo nosso).

2. Após a entrada em operação comercial da CGE, a LOCATÁRIA pagará aos LOCADORES o valor mensal equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita operacional líquida, consistente na receita bruta da energia efetivamente produzida pela CGE nas unidades de geração instaladas no IMÓVEL dos LOCADORES e faturada, deduzida de todos os tributos e encargos incidentes na referida venda, inclusive do ICMS, ficando o referido pagamento condicionado, contudo, ao efetivo recebimento, por parte da LOCATÁRIA, dos valores constantes das respectivas Notas Fiscais de venda de energia elétrica, com vencimento até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da aferição do valor devido. (INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE IMÓVEL RURAL PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAL GERADORA DE

ENERGIA EÓLICA. EMPRESA BRENNAND ENERGIA EÓLICA S.A. 2011).

Para efeito de cálculo da remuneração prevista no item 2 (dois) desta Cláusula Quarta acima, será considerada somente a receita decorrente da energia efetivamente produzida pela CGE nas unidades de geração instaladas no IMÓVEL e faturada, na forma do item 2 (dois) acima... (INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE IMÓVEL RURAL PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAL GERADORA DE ENERGIA EÓLICA. EMPRESA BRENNAND ENERGIA EÓLICA S.A. 2011).

Durante as entrevistas de campo, perguntado sobre essa forma de medição para o pagamento, o arrendante afirma que:

A gente nem sabe quanto uma torre dessas produz, eu não sei quanto gera, ele diz o quer dizer, mas ali devia ser dois contador um da firma e outro do povo que arrendaram as terras, mas não é assim não. Eu não entendo disso, tem uns painéis ai de controle referente a cada torre, se eu for olhar é mesmo que um burro olhando pra um pé de capim, eu não entendo de energia e o povo daqui também nunca ligaram, confiam neles (S. N. Entrevista de campo. Entrevista de campo no povoado São Pedro do Lago em Sento Sé, 2015).

Essa forma de pagamento se torna irregular, ao passo que os trabalhadores rurais que arrendaram suas terras não conseguem ter um controle de quanto a torre, que está em sua propriedade produz, ficando a cargo, apenas, das empresas realizarem a medição.

CLÁUSULA 1: DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS

1.16 – O ARRENDANTE poderá exercer atividades agrícolas, pecuária, de piscicultura ou outras NA ÁREA NÃO DIRETAMENTE IMPACTADA, notificando a ARRENDATÁRIA sobre eventuais mudanças nas atividades de exploração que pretendam implementar ou manter na referida área.

1.11 – Fica o ARRENDANTE responsável por todos os e quaisquer impostos, recorrentes ou futuros, assim como taxas ou contribuições fiscais que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel objeto deste arrendamento, à exceção dos citados no item 1.10⁵⁰, e que não

⁵⁰ Item 1.10 – Fica a ARENDATÁRIA, em caso de necessidade de regularização exigíveis para possibilitar a implantação do PAEQUE EÓLICO CASA NOVA, responsável pela execução de atividades tais como levantamentos, cadastros e registros, e consequentes pagamentos de TAXAS E

estejam diretamente relacionados com a implantação e a operação do parque eólico. O ARRENDANTE obriga-se também a não realizar gravames hipotecários, dar em penhora, ou construir qualquer outro ônus sobre a ÁREA ARRENDADA, bem como sanar ou solucionar qualquer problema que possa impedir a plena execução do objeto do presente instrumento, assumindo, ainda, todo e qualquer compromisso com intuito de garantir, durante toda a vigência deste Contrato, a incolumidade do arrendamento ora contratado, com todas as avenças formadas. O ARRENDANTE ainda se responsabiliza que o IMÓVEL onde está localizada a ÁREA ARRENDADA está livre de gravames hipotecários, e quaisquer outros ônus ou imposto a serem divididos ou pagos (INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE ÁREA E OUTRAS AVENÇAS PARA CONSTRUÇÃO DE PARQUE EÓLICO EM CASA NOVA COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO – CHESF).

Ainda foi percebido que, mesmo sendo um contrato de arrendamento de parte da propriedade, o trabalhador rural perde os direitos sobre suas terras, pois fica refém das autorizações da empresa para realizar qualquer tipo de atividade na propriedade. Compreendemos, desse modo, que o espaço do qual fazem parte os municípios estudados nesta pesquisa se torna controlado pelo capital na medida em que se exploram suas potencialidades naturais para produção de energia, atendendo, ao mesmo tempo, à lógica capitalista.

Mesmo se tratando de um parque eólico, cujo discurso ambiental pressupõe o respeito à natureza, o homem aparece imbricado no processo de territorialização do capital que não atende às demandas do lugar. Nesses espaços, a territorialização e o controle do capital se tornam fundamentais para garantir o suprimento do modo de produção e de suas necessidades e demandas sempre em ascensão pela espoliação da natureza.

Tais informações nos fazem entender o paradoxo, que é a produção de energia eólica como sendo uma energia limpa, quando essa serve para alimentar o capital, explorando os recursos naturais por meio da alienação do povo do semiárido, transformando os recursos naturais em mercadoria para servir o capital monopolista.

DESPESAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DE RESERVA LEGAL relativas ao IMÓVEL referido item 1.1 cabendo ao arrendante fornecer documentos necessários a tanto, obrigando-se a comparecer e subscrever documentos e autorizações para finalidade específica de obtenção de licenças, autorizações e demais documentos necessários à regularização fundiária e de reserva legal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que fundamenta esta dissertação partiu do desejo de entender o sentido dado à natureza no quadro da implantação de parques eólicos no Brasil, considerando a indissociabilidade homem-natureza. Aqui, a ideia de natureza pressupõe pensá-la na sua unidade dialética com o homem, à medida que não se pode afastá-la da sua condição de mantenedora da vida.

O abandono da unidade homem/natureza com o avanço das relações capitalistas e o esgotamento do modelo de desenvolvimento pautado em energias não renováveis fez emergir com força o paradigma de alternativas sustentáveis de produção de energia. Um ambiente que levou o Estado brasileiro a promover políticas públicas de fomento a energias renováveis.

A instalação de parques eólicos no Brasil tem ocorrido em diversos territórios, mas, nos últimos anos, a região do semiárido baiano tem recebido uma grande quantidade desse empreendimento; por esse motivo, optamos por esse recorte espacial para análise.

A continuidade do modo de produção capitalista, orientado para a maximização dos lucros, conduz tendencialmente à degradação da base de produção econômica, da fonte de riqueza, ou seja, na natureza. No modo de produção capitalista, tudo tende a ser transformado em mercadoria e o produtivismo é a tendência dominante, não é o valor de uso ou a utilidade de um produto ou serviço que tem prioridade e sim seu valor de troca. Não são as necessidades, mas a capacidade de pagamento que decide sobre o acesso a produtos, serviços e meios de produção.

Percebemos que isso é o que tem acontecido na implantação de parques eólicos no Brasil; considerar a natureza e os recursos naturais como mercadorias em potencial é o sentido que tem sido dado à natureza na implantação de parques eólicos.

Compreendemos que o Estado se aproveita das vantagens locais do Nordeste para fomentar a produção de usinas eólicas, resultando em um processo de valorização do espaço. Nessa perspectiva, o olhar do Estado sobre o planejamento das ações para esta região está atrelado à necessidade de desenvolver suas bases produtivas, baseadas no discurso da modernização, do

progresso e, recentemente, no de sustentabilidade e energias limpas para sustentar a expansão do capital.

A crescente instalação de parques eólicos no Nordeste, especificamente no interior do estado da Bahia e a elaboração de políticas públicas reflete os investimentos que o Estado brasileiro tem fornecido para empreendimentos voltados para as fontes, ditas, “limpas” de energia. O discurso dos governos, em todas as suas esferas, juntamente com as empresas responsáveis pelas obras de usinas eólicas, destacam que a chegada dos empreendimentos, principalmente nos lugares localizados no interior do Nordeste, é crucial para o desenvolvimento local, gerando renda e promovendo a qualidade de vida.

Foi observado que o discurso do desenvolvimento está longe de promover o bem-estar do povo nas comunidades onde os empreendimentos eólicos estão se implantando. De acordo com as pesquisas de campo, esse discurso apresenta uma natureza dissimulada quando se valem de tais inverdades para legitimar as relações de produção capitalistas.

Percebemos que nesses espaços, onde as forças capitalistas se desenvolvem, estão presentes relações de dominação e poder que se apoiam na lógica do discurso do ‘progresso’ como forma de desenvolvimento e organização social. Assim, “o território se conforma como uma estratégia de política econômica para o crescimento e fortalecimento dos sistemas produtivos locais. O território aparece como o local apropriado para inovação tecnológica e organizativa e o fortalecimento do tecido produtivo local” (LISBOA, J.; CONCEIÇÃO, A. L. 2007, p. 123).

Entendemos que, nos municípios de Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho, o território passa a ser produzido pela lógica exclusiva do lucro. Seu uso passa a ser comandado pelo capital e por grandes grupos empresariais que atribuem novas feições aos lugares por meio de discursos que determinam as ordens de funcionamento dos territórios, tornando-os exteriores às demandas dos lugares que recebem os empreendimentos.

O uso do território passa a ser um uso mais corporativo, comandado pela lógica e pela racionalidade de grandes empresas, e a valorização do espaço passa a ser cada vez mais seletiva e circunscrita a manchas e pontos do território de alto potencial eólico, onde os parques vêm sendo instalados. Nesse sentido,

acreditamos que os parques eólicos são verticalidades, vetores externos que, quando depositados nos lugares, impõem a esses uma racionalidade externa que leva ao desarranjo das solidariedades preexistentes antes pautadas pelas relações de contiguidade, aqui entendidas como horizontalidades (TRALDI, 2014).

Neste estudo, constatamos que os trabalhadores rurais podem perder o direito de decidir sobre suas terras e se encontram subordinados aos mandos das empresas, ao tempo que elas monopolizam as propriedades por meio dos contratos firmados; aqui, o direito aparece legitimado na letra dos papéis, que são desconhecidos pela própria comunidade, além de não representarem seus interesses, estando sobre a licença delas todas e quaisquer atividades que forem desempenhadas dentro da propriedade.

Nesse contexto, o Estado aparece como agente fundamental na produção do espaço; seu papel como condutor do planejamento e implementador de políticas públicas possui, no plano do discurso, o intuito de responder aos anseios da sociedade; entretanto, ao mesmo tempo, contraditoriamente, atende às demandas do grande capital. Por se constituir na sua essência no antagonismo de classe, o Estado é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, que se converte também em classe politicamente dominante (ENGELS, 2009).

Observamos que é sustentado na ideologia da sustentabilidade que o Estado consolida sua atual política energética com a implantação de parques eólicos no Brasil, enfatizando ser ela uma fonte energética renovável, de baixo custo, voltada para a comunidade local, escamoteando seus reais interesses e prejuízos.

O Estado, nessa natureza, com a implantação dos parques eólicos, acaba por favorecer empresas nacionais e multinacionais, fortalecendo os grupos hegemônicos dentro da sociedade com o discurso de inclusão social e da preservação ambiental. Esse discurso evidencia o caráter estratégico por parte daqueles que detêm o poder de controle sobre a economia desse território, favorecendo a consolidação de redes empresariais e gerando um grande debate a favor desse modelo de política.

É importante salientar que entendemos que a energia eólica é viável e importante para o país; no entanto, só será benefício para o povo se esse participar das condições de implantação, gerir para suas necessidades e participar da “fatia do bolo”. A forma como vem sendo implantada a política favorece as grandes empresas

na geração e obtenção de lucro e cria infraestrutura para outros grandes projetos e não para o povo.

Contudo, nos municípios sertanejos em questão, são inúmeros os movimentos sociais, que reclamam por terras, água, incentivos governamentais, condições dignas de trabalho e mais garantia de políticas públicas sociais, fatos que desafiam o movimento paradoxal de desenvolvimento e fartura anunciada frequentemente nesse que se configura, atualmente, como espaço-objeto dos comandos hegemônicos dos grupos empresariais nacionais e transnacionais (Barros e Sá 2007).

Em vista disso, as manifestações de luta de classe se efetivaram nesses espaços. São inúmeros os movimentos que lutam para mudar uma realidade perversa, que, ao longo do tempo histórico, marcou profundamente os camponeses, que manifestam na luta de classe um movimento de destruição e recriação das relações sociais. A prova disso é o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), uma das mais fortes expressões de luta na região.

A melhoria na condição de vida das comunidades locais só poderá ser alcançada se as suas necessidades e expectativas, externalizadas pelas representações desses sujeitos sociais, como produtores do espaço, forem consideradas no âmbito do projeto de desenvolvimento construído a partir desses sujeitos e não sobre esses.

5. REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. *As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-ambiental*. Rio de Janeiro, RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo, Editora Unesp, 1995.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*. Brasília, 2008. Disponível em < <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf>>. Acessado em fevereiro de 2014.

ANEEL. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*. Brasília, Brasília, 2002.

ATLAS EÓLICO DO ESTADO DA BAHIA. Elaborado por Camargo-Schubert Engenheiros [et al. Curitiba, 2013. Disponível em <<http://www.seinfra.ba.gov.br/downloads/atlaselolicobahia2013.pdf>> Acessado em fevereiro de 2015.

BARROS, Maêuda Lacerda; SÁ, Alcino José de. *O pólo seco de fruticultura irrigada Petrolina-Juazeiro: um espaço-objeto do poder hegemônico de mercadificação e normatização sócio-ambiental*. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, no 3, set/dez. 2007.

BERMANN, Célio. *Crise ambiental e as energias renováveis*. Cienc. Cult. [online]. 2008. Disponível em < <http://www.iee.usp.br/biblioteca/producao/2008/pdf>> Acessado em março de 2015.

_____. *Energia no Brasil: para que? Para quem? Crises e alternativas para um país sustentável*. São Paulo: Editora Livraria da Física: FASE, 2001.

BRAGA, Ana Catarina Sento-Sé Maritinelli. *A cidade de Sento-Sé e a construção da Barragem do Sobradinho: memórias e territorialidade na luta dos atingidos (1970-1980)*. Disponível em < <http://www.revistacontemporartes.com.br/2014/10/a-cidade-de-sento-se-e-construcao-da.html>> Acessado em dezembro de 2014.

Brasil. *Código Civil brasileiro e legislação correlata*. Brasília: 2. ed. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Lei Estadual nº 3.347 de 23 de dezembro de 1974. Disponível em:<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/85668/lei-3347-74-bahia-ba>>. Acesso em: julho de 2013.

BRENANND ENERGIA. *Eólica*. Disponível em < <http://www.brennandenergia.com.br/site/eolica.php>> Acessado em março de 2015.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. Disponível em< <http://www.ccee.org.br>> Acessado 2014.

CEPEL. Centro de Pesquisa de Energia Elétrica. *Atlas do Potencial Eólico Brasileiro*. Brasília, 2001. Disponível em<http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro> Acessado em novembro de 2014.

COELBA. Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. *Atlas do Potencial Eólico do Estado da Bahia*. 2013. Disponível em < <http://www.seinfra.ba.gov.br>>. Acessado em de março de 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *A Insustentabilidade do desenvolvimento sustentável*. In: Revista Eisforia Florianópolis, v.2, n.2, p.79-154, Jul./dez.2004.

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo. 9. ed. Contexto, 2000.

CRESESB: Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito. *Energia eólica: princípios e tecnologias*. 2008. Disponível em< <http://www.cresesb.cepel.br/>>. Acessado em 2015.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. *Chegada de equipamentos dá início à implantação do Parque Eólico da Bahia*. 2010. Disponível em<http://www.seinfra.ba.gov.br/imprime_noticia_atual.asp?id_noticia=8247> Acessado em março de 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo. NUPAUB, 1994.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo. Ed. UNESP, 2006.

ELIAS, Denise. *Agronegócio e desigualdades socioespaciais*. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (org.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2006.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2009.

_____. *Sobre o papel do trabalho na transformação do homem em macaco*. 1876. Disponível em<<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>>. Acessado em fevereiro de 2014.

EPE. Empresa de Pesquisa Energética. *570 projetos são cadastrados para o Leilão de Fontes Alternativas* 2015. Disponível em< <http://www.epe.gov.br>> . Acessado em janeiro de 2014.

FERNANDES, Marcionila. *Desenvolvimento Sustentável – antinomia as de uma conceito*. XI Congresso Brasileiro de Sociologia. Unicamp, 2003. Disponível em < [file:///C:/Users/%C3%89RIKA/Downloads/sbs2003_gt18_marcionila_fernandes%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/%C3%89RIKA/Downloads/sbs2003_gt18_marcionila_fernandes%20(1).pdf)>. Acessado em 2015.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2014.

FOULCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FRANÇA, Celso Sales. *A imagem do Vale: reestruturação agrícola e mudança social*. Petrolina – PE. Ed. Gráfica Franciscana, 2008.

GERMANI, Guiomar I. *Cuestión Agraria y Asentamiento de Población ent el Área Rural*: La nueva cara de la lucha por la tierra. Bahia, Brasil (1964-1990). Tese de Doutorado em Geografia. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1993.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. *Desenvolvimento em (des)construção*: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2006.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. *Opara*: Formação histórica e Social do Submédio São Francisco. Juazeiro. [s.e], 1997.

HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. 4. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2006.

IMPSA. *Cronologia e carreira*. Disponível em <http://www.impsa.com/pt/quemsomos/historia/2010> Acessado em junho de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IBGE Cidades*: Histórico da Cidade de Casa Nova/BA. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 2013.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo. Expressão Popular. 2. ed. 2011.

LIMA, Lucas Gama. *Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano*: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

LISBOA, Josefa Bispo de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *Desenvolvimento local como simulacro do envolvimento*: o novo-velho sentido do desenvolvimento e sua funcionalidade para o sistema do capital. Presidente Prudente. Terra Livre. Ano 23, v. 2, n. 29 – p. 115-132, 2007.

LISBOA, Josefa Santos. *A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste*: políticas publicas na (dis)simulação da esperança. Tese doutorado. Aracaju, 2007.

MARTINS, J. de S. *Caminhada no chão da noite*: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. 1875. Disponível em< <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/gotha.pdf>> Acessado em janeiro de 2015.

_____. *O Capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro. ed. 31. Civilização Brasília, 2013.

MELO, Elba. *Investimentos em energia eólica no Brasil*: aspectos de inserção, tecnologia e competitividade. 2014. Disponível em< <http://www.portalabeeolica.org.br/> > Acessado em 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano*. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2004.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e história do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da Costa. *A valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social*. São Paulo: Editora casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. *Um apanhado teórico – conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características*. 1982 <disponível em http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/educacao> acesso em abriu de 2010.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste*. Planejamento e conflito de classes. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Renata Sibéria. *Entre o Estado, o mercado e a reprodução social: organização dos pequenos produtores do polo irrigado Petrolina/Juazeiro*. São Cristóvão. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2011.

PEREIRAS, Mateus. *Parque eólico de Casa Nova é usina de irregularidades*. Disponível em <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/06/01/interna_gerais,653463/uma-usina-de-irregularidades.shtml> Acessado em 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo, Contexto, 2006.

_____. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.

RODRIGUES, oliveira Jamile; SANTOS, de Lisboa Josefa. *Reflexões sobre o programa nacional de produção e uso do biodiesel no alto sertão sergipano*. Disponível em <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAIIXII/GT1/COMPLETOSGT1/15%20Jamile2Oliveira%20Rodrigues%20e%20Josefa%20de%20Lisboa%20Santos.pdf>>. Acessado em outubro de 2013.

RODRIGUES, Jamile Oliveira. *Da energia que se planta à sujeição camponesa: o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e seus rebatimentos no Alto Sertão Sergipano*. São Cristóvão. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SANTANA, Paola Verri de. *A mercadoria verde: a natureza*. In. AMÉLIA, Damiani; Carlos, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette, Carvalho de Lima (Org.). *O espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo, Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico – científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2008.

SILVA, Débora Raquel Freitas; SAMPAIO, José Levi Furtado. *Panorama da expansão da energia eólica no Ceará*. Disponível em <http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_D%C3%A9bora-Jos%C3%A9.pdf>. Acessado em outubro de 2013.

SILVA, Ligia Neves. *O princípio da função social do contrato*. Conteúdo e alcance. Análise econômica, 2008. Disponível em < <http://www.ambito-juridico.com.br>> Acessado em 2016.

SILVA, Margarete Pereira. *O bispo de Juazeiro e a ditadura militar*. 2002. Disponível em < <http://books.scielo.org/id/3ff/13>> Acessado em fevereiro de 2015.

SIMAS, Moana Silva. *Energia eólica e desenvolvimento sustentável no Brasil: estimativa da geração de empregos por meio de uma matriz insumo-produto ampliada*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Energia da Universidade de São Paulo, 2012.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

TRALDI, Mariana. *Instalação de parques eólicos no semiárido nordestino e a falácia do desenvolvimento local e regional*. São Paulo. VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Relatório de fiscalização – sintético*. Disponível em:< <http://www.camara.gov.br/orcamento/OR2014>>Acessado em 2014.

WILLRICH, Marson. *Energia e política mundial*. Rio de Janeiro, Agir, 1978.

ANEXOS

ANEXO 01

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SÉ/BA - MATRÍCULA RGI 4.340

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
RURAL PARA INSTALAÇÃO DE
CENTRAL GERADORA DE ENERGIA
EÓLICA**

Pelo presente Instrumento Particular, as Partes, a seguir qualificadas, de um lado,

[REDACTED] brasileira, agricultora, portadora da Carteira de Identidade RG n.º 05865568 93, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), inscrita no CPF/MF sob o n.º 003.156.975-71, declarando-se convivente em união estável com [REDACTED], brasileiro, agricultor, portador da Carteira de Identidade RG n.º 04670387 08, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP-BA), inscrito no CPF/MF sob o n.º 472.065.195-04, ambos residentes e domiciliados no Povoado de São Pedro, CEP: 47.350-000, Zona Rural do Município de Sento Sé, Estado da Bahia, doravante simplesmente **LOCADORES**;

E, de outro,

BRENNAND ENERGIA EÓLICA S.A., pessoa jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.547.578/0001-37, com sede na Av. Engenheiro Domingos Ferreira, n.º 2589, 8º andar, parte, bairro de Boa Viagem, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, neste ato representada na forma prevista em seu Estatuto Social, doravante denominada **LOCATÁRIA** (quando em conjunto, **LOCADORES** e **LOCATÁRIA**, doravante denominados "**PARTES**");

resolvem firmar o presente Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Rural para Instalação de Central Geradora de Energia Eólica ("CONTRATO"), que se regerá pelos artigos 565 a 578 do Código Civil Brasileiro e pelas cláusulas e disposições adiante pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a locação, com exclusividade, para fins de instalação de uma Central Geradora de Energia Eólica, de um imóvel rural.



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SE/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

com área de 2,2179 ha (dois hectares, vinte e um ares e setenta e nove centiares), denominado "Fazenda Boa Vista", situado no Município de Sento Sé, Estado da Bahia (doravante designado "IMÓVEL"), com os seus limites e confrontações constantes da respectiva Certidão de Matrícula do IMÓVEL, o qual se encontra cadastrado na Secretaria da Receita Federal - SRF - sob o NIRF n.º 6.981.479-1, bem como devidamente matriculado perante o Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Sento Sé, Estado da Bahia, sob o n.º 4.340, adquirido pelos LOCADORES por força do Título Definitivo de Terras de n.º 476675, expedido pelo Governo do Estado da Bahia, devidamente registrado sob o R-01 da referida matrícula, no Livro n.º 02, ficha 91, pasta 14.

Parágrafo Primeiro. Os LOCADORES declaram, para todos os fins e efeitos legais, serem os únicos e legítimos proprietários e possuidores, em mansa e pacífica posse, do IMÓVEL acima descrito, o qual se encontra inteiramente livre e desembaraçado de todos e quaisquer ônus, reais ou pessoais, judiciais ou extrajudiciais, ou que possam impedir ou condicionar a sua livre disposição, declarando, ainda, que estão em dia com todas as obrigações relativas ao IMÓVEL, especialmente as tributárias e ambientais.

Parágrafo Segundo. Para os fins deste CONTRATO, entende-se por Central Geradora de Energia Eólica (doravante designada "CGE") o conjunto de aerogeradores de energia eólica, torres, turbinas, instalações elétricas, subestação, dentre outros equipamentos eventualmente necessários à geração de energia elétrica.

Parágrafo Terceiro. Os LOCADORES declaram expressamente que a LOCATÁRIA poderá dispor plenamente do IMÓVEL, utilizando-o da forma que for necessário à perfeita instalação da CGE, inclusive para a realização dos estudos prévios sobre a viabilidade técnica e econômica do empreendimento (doravante designado "ESTUDO DE VIABILIDADE"), que compreenderá as medições para caracterização dos ventos, análise estatística de dados, levantamento de potencial eólico, instalação de torres anemométricas, elaboração de projeto técnico e econômico da CGE e tudo mais pertinente a esse tipo de estudo.

Parágrafo Quarto. A LOCATÁRIA poderá construir no IMÓVEL as edificações e instalações necessárias à CGE, bem como realizar a montagem dos equipamentos que se revelem necessários ao ESTUDO DE VIABILIDADE, à



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SÉ/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

implantação e à operação da Usina Eólica, incluindo, mas não se limitando, a abertura e construção de estradas, canaletas, escritórios, oficinas, pequenas edificações, garagens, depósitos, sistemas, cercas de proteção, sistemas de energia e comunicações, além das demais instalações complementares e/ou correlatas, a critério da LOCATÁRIA.

Parágrafo Quinto. Todos os equipamentos, construções e benfeitorias de todas as espécies instalados no IMÓVEL pela LOCATÁRIA serão de exclusiva propriedade desta, e poderão, a critério dela, ser retiradas ao término do CONTRATO, sem que com isso caiba qualquer tipo de indenização aos LOCADORES.

Parágrafo Sexto. Com a assinatura do presente CONTRATO, os LOCADORES autorizam o livre acesso da LOCATÁRIA ao IMÓVEL, para a realização do ESTUDO DE VIABILIDADE e para a construção da CGE, se for o caso, garantindo ainda à LOCATÁRIA o livre trânsito pelas demais estradas que existam ou venham a ser construídas dentro do IMÓVEL, para dar acesso às áreas e instalações da CGE.

Parágrafo Sétimo. O IMÓVEL será utilizado pela LOCATÁRIA exclusivamente para o desenvolvimento do ESTUDO DE VIABILIDADE e implantação e exploração da CGE, às suas próprias expensas, e todos os dados a eles relativos, inclusive os de medição, serão de titularidade exclusiva da LOCATÁRIA.

Parágrafo Oitavo. A LOCATÁRIA poderá se utilizar dos dados de medição obtidos em outras torres de medição, instaladas nas proximidades do IMÓVEL, para a conclusão do ESTUDO DE VIABILIDADE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DA CGE

A continuidade do presente contrato está vinculada à viabilidade técnica, econômica e regulatória da implantação da CGE, a ser aferida oportunamente pela LOCATÁRIA.

Parágrafo Primeiro. A LOCATÁRIA, às suas custas, instalará no IMÓVEL todos os equipamentos necessários à realização e conclusão do ESTUDO DE VIABILIDADE de implantação da CGE.



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SÉ/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

Parágrafo Segundo. A LOCATÁRIA terá o prazo de 05 (cinco) anos, contados da assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por mais 06 (seis) meses, a critério destas, para estudar a viabilidade técnica, econômica e regulatória de implantação da CGE, ao fim do qual decidirão pelo seguimento ou não do empreendimento e do presente CONTRATO.

Parágrafo Terceiro. Caso a LOCATÁRIA decida, ao fim do prazo estabelecido pelo Parágrafo Segundo acima, pela inviabilidade de implantação da CGE, o presente CONTRATO se encerrará, e a LOCATÁRIA pagará aos LOCADORES, a título de cláusula penal compensatória, a importância desde já fixada em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo Quarto. O presente CONTRATO também se encerrará, sem que nada seja devido aos LOCADORES pela LOCATÁRIA, caso esta não obtenha as autorizações e/ou concessões de qualquer entidade do Poder Público, necessárias à implantação e operação da CGE.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO

A presente locação vigorará pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelas PARTES mediante a assinatura do competente termo aditivo.

Parágrafo Único. Antes do término do prazo do CONTRATO, não poderão os LOCADORES reaver o IMÓVEL, senão ressarcindo à LOCATÁRIA as perdas e danos resultantes, neles incluindo os lucros cessantes, nem poderá a LOCATÁRIA devolvê-lo aos LOCADORES, senão pagando a eles, proporcionalmente ao prazo de vigência do CONTRATO então restante, a título de cláusula penal compensatória, a importância desde já fixada em R\$ 3.000,00 (três mil reais), ressalvada apenas a hipótese prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda acima.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal do aluguel do IMÓVEL objeto do presente CONTRATO será de:

1. Durante o período do ESTUDO DE VIABILIDADE, e durante a construção, montagem, comissionamento e pré-operação da



CARTÓRIO ROMA RECIFE

6º Ofício de Notas
AUTENTICAÇÃO e Informe com
o Original apresentado dou fei

25 MAR 2011

Carlos Alberto N. Roma Jr. - Substituto
Robson Jerônimo B. de Lima - Esc. Aut.
Adalberto Matias da S. Magno - Esc. Aut.
Ernesto Antônio Nunes Neto - Esc. Aut.

SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SE/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

CGE, se for o caso, a LOCATÁRIA obriga-se a pagar aos LOCADORES a quantia mensal líquida de R\$ 100,00 (cem reais), a ser paga, anualmente, em uma única parcela, com o vencimento do primeiro pagamento em até 30 (trinta) dias contados da data de assinatura deste CONTRATO; e,

2. Após a entrada em operação comercial da CGE, a LOCATÁRIA pagará aos LOCADORES o valor mensal equivalente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita operacional líquida, consistente na receita bruta da energia efetivamente produzida pela CGE nas unidades de geração instaladas no IMÓVEL dos LOCADORES e faturada, deduzida de todos os tributos e encargos incidentes na referida venda, inclusive do ICMS, ficando o referido pagamento condicionado, contudo, ao efetivo recebimento, por parte da LOCATÁRIA, dos valores constantes das respectivas Notas Fiscais de venda de energia elétrica, com vencimento até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao da aferição do valor devido.

Parágrafo Primeiro. O pagamento do aluguel será feito diretamente aos LOCADORES, mediante ordem de pagamento, cheque administrativo, depósito em conta bancária ou pagamento em espécie, da forma que melhor aprouver à LOCATÁRIA, em favor de quaisquer dos LOCADORES, valendo o respectivo comprovante de depósito como recibo do pagamento.

Parágrafo Segundo. Para efeito de cálculo da remuneração prevista no item 2 (dois) desta Cláusula Quarta acima, será considerada somente a receita decorrente da energia efetivamente produzida pela CGE nas unidades de geração instaladas no IMÓVEL e faturada, na forma do item 2 (dois) acima, e não aquela que, por razões regulatórias, puderem ser imputadas à LOCATÁRIA, nem mesmo eventual receita decorrente de alienação de quaisquer outros direitos, qualquer que seja a sua natureza, tais como, por exemplo, os usualmente denominados créditos de carbono e Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - MDL.

Parágrafo Terceiro. Cada uma das PARTES arcará com as obrigações e responsabilidades de cunho tributário decorrentes da locação em tela, de acordo com o que dispuser a Legislação vigente, não assumindo uma pela outra qualquer dever do tipo.

MIS 028



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SERTO SE/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

Parágrafo Quarto. O valor devido pelo período considerado no item 1 (um) acima será reajustado anualmente, contado do primeiro pagamento, com base na variação do IPCA/BGE acumulado do período.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL PELOS LOCADORES

Os LOCADORES poderão exercer atividades agrícolas, pecuárias ou de lazer no IMÓVEL, desde que previamente autorizadas pela LOCATÁRIA, e desde que o exercício dessas atividades não comprometa a perfeita instalação e operação da CGE ou a realização do ESTUDO DE VIABILIDADE.

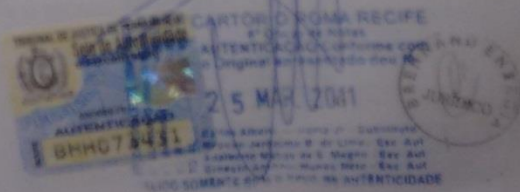
Parágrafo Primeiro. A autorização referida no caput ficará a exclusivo critério da LOCATÁRIA e não terá caráter vitalício, podendo ser revogada a qualquer tempo.

Parágrafo Segundo. É facultado à LOCATÁRIA, a qualquer tempo, determinar aos LOCADORES que cessem ou façam cessar de imediato, qualquer atividade que possa justificadamente causar interferência ou embaraço à instalação, operação ou exploração econômica da CGE.

Parágrafo Terceiro. As disposições desta Cláusula também se aplicam em relação aos imóveis confrontantes e próximos ao IMÓVEL, que também sejam de propriedade de quaisquer dos LOCADORES.

Parágrafo Quarto. Durante o prazo do CONTRATO, é vedado aos LOCADORES ceder ou transferir qualquer parte do IMÓVEL a terceiros, a qualquer título, para fins relacionados à geração de energia eólica, ou que eventualmente possam interferir no ESTUDO DE VIABILIDADE, na implantação ou na operação da CGE.

Parágrafo Quinto. Os LOCADORES somente poderão desenvolver, nos imóveis de sua propriedade existentes nas proximidades do IMÓVEL, quaisquer estudos de viabilidade técnica, econômica e regulatória de implantação de Centrais Geradoras Eólicas, bem como sua construção, implantação e operação por terceiros, mediante o prévio oferecimento do projeto à LOCATÁRIA, em iguais condições de remuneração eventualmente ofertada por terceiros, e desde que não comprometa o exercício das atividades e a perfeita operação da CGE.



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SÉ/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DAS LOCATÁRIA

A LOCATÁRIA obriga-se a não dar ao IMÓVEL destinação diversa da prevista no presente CONTRATO, e a obedecer a todas as normas e regulamentos pertinentes à perfeita instalação e funcionamento da CGE, além de:

- a) manter e restituir o IMÓVEL no estado em que o recebeu, ressalvado apenas o desgaste natural decorrente do seu uso;
- b) manter atualizadas todas as licenças e autorizações necessárias ao desempenho da sua atividade;
- c) comunicar aos LOCADORES a ocorrência de todo e qualquer evento que possa afetar o normal desenvolvimento da sua atividade e que possa prejudicar ou impedir o cumprimento pontual de qualquer das obrigações assumidas no CONTRATO; e,
- d) assegurar o exercício de atividades secundárias pelos LOCADORES no IMÓVEL, desde que respeitado o estabelecido na Cláusula Quinta acima.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

Os LOCADORES obrigam-se a desenvolver os seus melhores esforços no sentido de colaborar com a LOCATÁRIA para a integral concretização do objeto do CONTRATO, praticando todos os atos e promovendo ou desenvolvendo todas as diligências para as quais se encontrem legitimados na qualidade de proprietários do IMÓVEL, e que se revelem necessários, úteis ou convenientes à perfeita e integral instalação e operação da CGE.

Parágrafo Primeiro. Também constituem obrigações dos LOCADORES:

- a) Garantir durante o tempo de locação o uso pacífico do IMÓVEL, adotando as medidas cabíveis para sanar e solucionar qualquer óbice ao uso, à posse e à disponibilidade do IMÓVEL para a LOCATÁRIA, durante todo o período de vigência do CONTRATO;
- b) exibir e entregar à LOCATÁRIA, quando solicitado, comprovantes de quitação de tributos que incidam sobre o IMÓVEL.



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SÉ/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

- c) não constituir incidência sobre o IMÓVEL ônus ou gravame, de qualquer natureza, que possa, ainda que potencialmente, comprometer a concretização do objeto do CONTRATO;
- d) responder, durante a vigência do CONTRATO, pelos tributos e valores, de qualquer natureza ou espécie, que recaiam ou venham a recair sobre o IMÓVEL e que não estejam relacionados diretamente à instalação e operação da CGE;
- e) não construir no IMÓVEL edificações nem usá-lo de qualquer forma que ponha em risco a atividade da LOCATÁRIA;
- f) acatar qualquer determinação, por parte da LOCATÁRIA, para o desfazimento de atividades tidas, a critério da LOCATÁRIA, como passíveis de comprometer a instalação, operação ou exploração da CGE, conforme estabelecido no Parágrafo Segundo da Cláusula Quinta.
- g) manter indene a LOCATÁRIA de qualquer reclamação ou ação judicial de terceiros com relação às suas – dos LOCADORES – atividades, ações ou omissões dentro do IMÓVEL, ou que possam de qualquer forma atingir a LOCATÁRIA ou a atividade por ela desenvolvida;
- h) responsabilizar-se pelas suas obrigações ambientais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, acidentárias, civis e de quaisquer outras naturezas, e por todas as obrigações relacionadas às suas – dos LOCADORES - atividades desenvolvidas no IMÓVEL e aos seus contratados e/ou subcontratados, que possam de qualquer forma atingir a LOCATÁRIA, ou que possam restringir, impedir ou condicionar a execução do objeto deste CONTRATO;
- i) prestar todas as informações e disponibilizar os documentos de que a LOCATÁRIA necessite para estar completamente regularizadas e aptas a desenvolverem integralmente e com segurança as atividades de produção e comercialização da energia elétrica gerada pela CGE, seja qual for o âmbito, notadamente perante a ANEEL, ONS, EPE e CCEE;
- j) zelar pela regularidade cadastral do IMÓVEL em todos os entes ou órgãos da administração pública a que ele – o IMÓVEL – estiver vinculado, cuidando e mantendo-o sempre livre e desembaraçado de



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SE/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

quaisquer ônus reais, judiciais, extrajudiciais, legais ou convencionais de qualquer natureza, e mesmo de dúvidas, dívidas, litígios, hipotecas, arrestos, seqüestros, penhor e penhora, ações pessoais ou reipersecutórias, ou qualquer outro ônus que possa, direta ou indiretamente, impedir, restringir ou condicionar a consecução do objeto do CONTRATO;

- k) responsabilizar-se por todos os tributos, emolumentos, taxas, custas e despesas, inclusive as decorrentes de autuação, que pesem ou venham a pesar sobre o IMÓVEL, excetuando-se apenas as autuações decorrentes das atividades desenvolvidas exclusivamente pela LOCATÁRIA; e,
- l) dar preferência à LOCATÁRIA na hipótese de futura alienação do IMÓVEL, na forma da Cláusula Oitava seguinte.

Parágrafo Segundo. Apenas para que não restem dúvidas, fica claro entre as PARTES que as torres anemométricas, os equipamentos e todos os demais itens ligados, direta ou indiretamente, à geração de energia eólica, são de única e exclusiva propriedade da LOCATÁRIA, e serão desmontados/retirados por ela - LOCATÁRIA - ao final do prazo do presente CONTRATO ou nas demais hipóteses de encerramento do vínculo contratual mantido entre as PARTES.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITO DE PREFERÊNCIA E VIGÊNCIA DO CONTRATO EM CASO DE ALIENAÇÃO

Caso os LOCADORES pretendam vender, alienar, dar em pagamento, ceder, transferir ou transmitir, ou proceder a qualquer outra forma de transferência de propriedade do IMÓVEL, ficarão obrigados a oferecê-lo, previamente, por escrito, pelo valor de mercado, à LOCATÁRIA, para que esta exerça seu direito de preferência.

Parágrafo Primeiro. O direito de preferência estabelecido no caput decairá caso, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da ciência por parte da LOCATÁRIA sobre as condições estipuladas pelos LOCADORES, a mesma não manifeste, por escrito, seu interesse em negociar os termos e condições propostos.



CARTÓRIO PÚBLICO REGISTRO

6º Oficial do Notas

AUTENTICAÇÃO CONFORME COM O Original apresentado

25 MAR 2011

Carlos Alberto N. Nogueira Jr. Substituto

Robson Jerônimo B. de Lima - Esc. Aut.

Adalberto Marques Jr. E. Nogueira - Esc. Aut.

Ernesto Antônio Nunes Neto - Esc. Aut.

VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICIDADE

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SE/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

Parágrafo Segundo. Ainda que a LOCATÁRIA não exerça, o seu direito de preferência, ou o exerça de forma parcial, o presente CONTRATO permanecerá plenamente válido e eficaz em relação ao novo proprietário, que deverá obrigatoriamente respeitar todas as cláusulas, prazos e condições estabelecidas na presente locação, inclusive as relacionadas ao direito de preferência da LOCATÁRIA e vigência em caso de alienação.

Parágrafo Terceiro. Caso a LOCATÁRIA, não exerça o seu direito de preferência, ou o exerça de forma parcial, os LOCADORES deverão fazer constar do instrumento de transferência ao terceiro adquirente do IMÓVEL, do qual a LOCATÁRIA participará obrigatoriamente como Anuente, a obrigação deste – terceiro adquirente – de respeitar todas as cláusulas, prazos e condições estabelecidas na locação, sub-rogando-se em todos os direitos e obrigações dos ora LOCADORES, sob pena de se ter como nula de pleno direito a transferência do IMÓVEL.

Parágrafo Quarto. Caso os LOCADORES pretendam, de qualquer forma, transferir a propriedade do IMÓVEL a terceiros, ficarão obrigados a fornecer à LOCATÁRIA o documento que vier a formalizar tal transferência, para que esta confirme, em um prazo de até 15 (quinze) dias, se ele atende a todas as disposições da presente Cláusula.

Parágrafo Quinto. As disposições desta Cláusula também se aplicam quanto aos imóveis confrontantes ou próximos ao IMÓVEL, que sejam de propriedade de quaisquer dos LOCADORES.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

O presente CONTRATO será encerrado automaticamente, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que com isso caiba qualquer indenização aos LOCADORES, nos seguintes casos:

- a) desapropriação total ou parcial do IMÓVEL locado, facultado à LOCATÁRIA a opção de continuar o CONTRATO em caso de desapropriação parcial e o direito à renegociação do valor do aluguel em decorrência dessa desapropriação parcial;



CARTÃO ROMA RECIFE
es. Onco de Notas
AUTENTICAÇÃO Conforme com
o Original apresentado dou fe

25 MAR 2011

Carlos Alberto R. Costa Jr. - Substituto
Roberto Jerônimo de Lima - Esc. Aut.
Adalberto Martins da S. Rêgo - Esc. Aut.
Ernesto Antônio Nunes Neto - Esc. Aut.

VALIDO SOMENTE COMO SELO DE AUTENTICAÇÃO
DO JUDICIAL

ENTE COM O SELO DE

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SE/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

- b) impedimento de ocupação do IMÓVEL ou da instalação ou operação da CGE em decorrência de caso fortuito, força maior ou ordem legal transitada em juízo; e,
- c) caso o CONTRATO atinja seu termo final e não tenha sua vigência prorrogada por meio de aditivo contratual.

Parágrafo Único. Na hipótese de desapropriação, fica assegurado o direito da LOCATÁRIA, receber junto ao órgão expropriante a indenização que lhe for destinada em razão da dita desapropriação.

CLÁUSULA DÉCIMA – MULTA E PERDAS E DANOS

Em caso de inadimplemento de qualquer obrigação oriunda deste CONTRATO, a parte faltosa deverá, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da notificação que nesse sentido lhe seja enviada, sanar o inadimplemento, sob pena de, a critério exclusivo da parte inocente, ser declarada a rescisão imediata do presente CONTRATO, hipótese em que será devida indenização pelas perdas e danos provocados, incluindo os lucros cessantes, sem prejuízo da cobrança da multa estabelecida no Parágrafo Primeiro seguinte.

Parágrafo Primeiro. Fica estipulada, para fins do disposto no item precedente, multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na qual incorrerá a Parte que infringir qualquer cláusula do CONTRATO, dando causa à sua rescisão, sem prejuízo da apuração e cobrança da indenização pelas perdas e danos incorridos.

Parágrafo Segundo. Em caso de inadimplemento de qualquer obrigação oriunda deste CONTRATO que, a critério da Parte inocente, não implique na sua rescisão, a parte infratora sujeitar-se-á ao cumprimento da respectiva obrigação de fazer, na forma da Lei, incluídas as cominações legais pertinentes.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de encerramento, a qualquer tempo, do vínculo contratual mantido entre as PARTES, por qualquer das hipóteses previstas no presente instrumento, nada será devido pela LOCATÁRIA aos



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SE/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

LOCADORES a título de remuneração vindoura com base no disposto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONFIDENCIALIDADE

É terminantemente vedado aos LOCADORES, transmitir ou ceder, a qualquer título, no todo ou em parte, a quem quer que seja, que não aos expressamente autorizados pela LOCATÁRIA, qualquer informação ou documentação referente ou relacionado, direta ou indiretamente, ao presente CONTRATO, incluindo qualquer dado referente à instalação da CGE no IMÓVEL.

Parágrafo Primeiro. As obrigações assumidas pela presente Cláusula são de caráter vitalício, persistindo além da vigência do presente instrumento.

Parágrafo Segundo. A despeito do previsto no *caput* desta Cláusula Décima primeira, fica desde já autorizada a averbação e/ou registro deste CONTRATO na circunscrição imobiliária competente, sendo de responsabilidade exclusiva da LOCATÁRIA todas as despesas deste ato decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – TOLERÂNCIA

A iniciativa ou concordância de uma Parte em não exigir ou não ter exigido da outra Parte o cumprimento das obrigações aqui ajustadas nos prazos convencionados, assim como o fato de não exercer a faculdade que lhe seja outorgada por Lei ou disposta neste CONTRATO, constitui simples tolerância e não implica em novação ou modificação das Cláusulas contratuais aqui ajustadas, as quais podem ser exercidas a qualquer momento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COMUNICAÇÃO

Todas as comunicações relativas ao presente CONTRATO devem ser realizadas por escrito, com comprovação de recebimento, e encaminhadas para as PARTES em seus respectivos endereços, constantes do preâmbulo acima, ou em outro que tenha sido prévia, regular e comprovadamente informado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA



CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL "FAZENDA BOA VISTA" - SENTO SÉ/BA
MATRÍCULA RGI 4.340

O presente CONTRATO obrigará e reverterá em favor das PARTES e seus sucessores a qualquer título, podendo ser cedido ou transferido pela LOCATÁRIA, para terceiros, no todo ou parcialmente, independente da anuência dos LOCADORES, mediante simples comunicação endereçada aos LOCADORES.

Parágrafo Primeiro. Em caso de cessão ou transferência dos direitos e obrigações oriundos do CONTRATO pela LOCATÁRIA, o cessionário/transferido obedecerá obrigatoriamente ao disposto no presente CONTRATO, principalmente em relação às obrigações com os LOCADORES.

Parágrafo Segundo. A LOCATÁRIA poderá associar-se da forma que melhor lhe aprouver para a exploração da CGE, independentemente da anuência prévia dos LOCADORES.

Parágrafo Terceiro. A alienação de participações societárias e/ou de direitos e a assunção de obrigações para/por outras sociedades do grupo econômico da LOCATÁRIA independe da anuência dos LOCADORES e poderá ser operada livremente em qualquer momento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

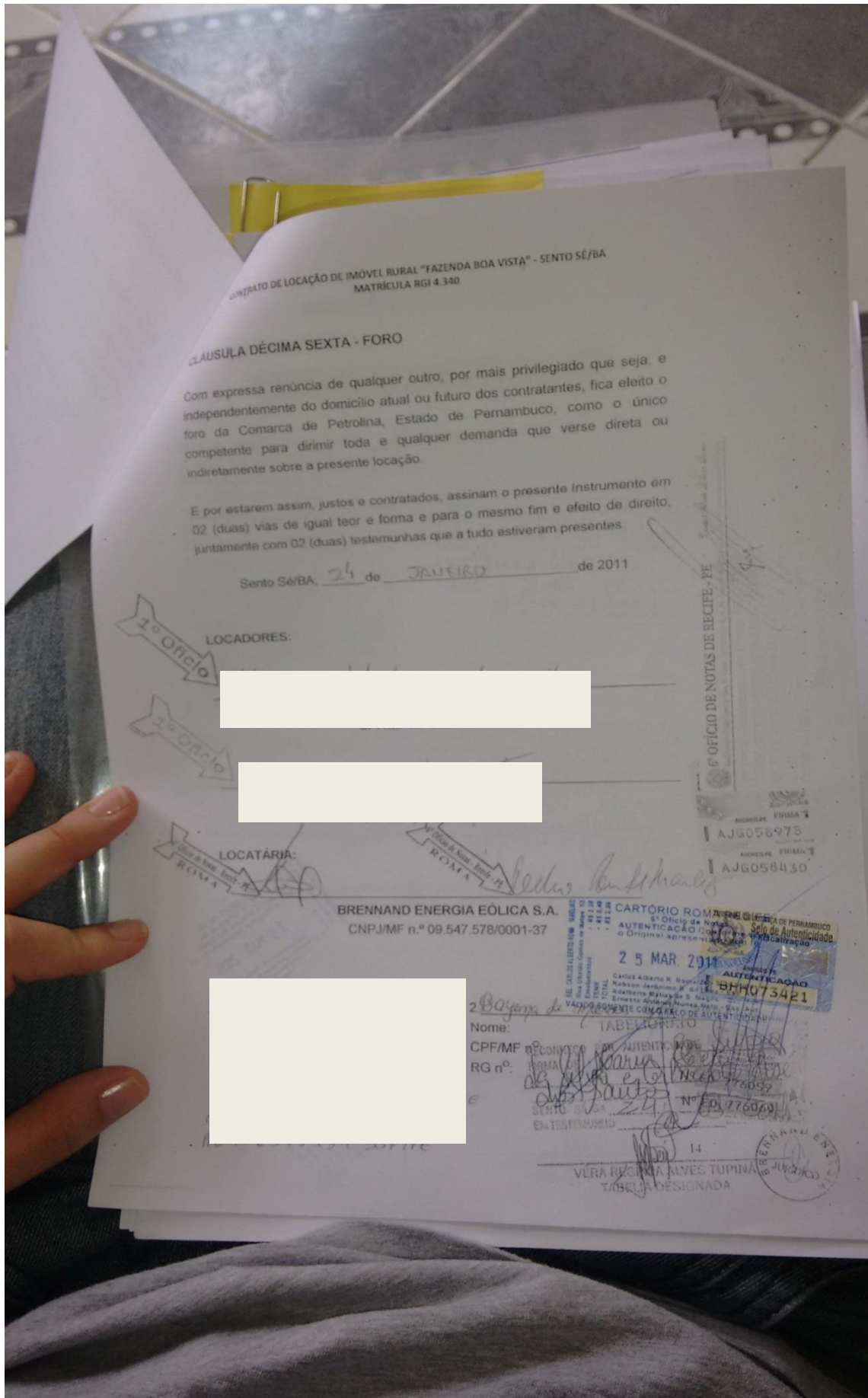
Caso qualquer disposição do presente instrumento venha a ser considerada inválida, ilegal ou inexecutável, tal disposição será considerada como removida deste instrumento, não afetando as demais disposições, desde que os direitos ou obrigações de cada uma das PARTES contidos nos termos, disposições ou condições válidas deste CONTRATO não sofram prejuízos.

Parágrafo Primeiro. Por força deste CONTRATO, não se estabelece qualquer vínculo de natureza trabalhista entre as PARTES, correndo por conta de cada uma delas os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária, bem como quaisquer outros encargos de natureza pecuniária ou não, relacionados a seus respectivos funcionários, prepostos, agentes ou, ainda, terceiros contratados.

Parágrafo Segundo. Este instrumento é considerado título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro.

MS 075





ANEXO 02

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE
ARRENDAMENTO DE ÁREA E OUTRAS AVENÇAS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, JOSÉ DE
CASTRO SOUZA E DE OUTRO LADO A COMPANHIA
HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF.**

Pelo presente instrumento particular de arrendamento de área e outras avenças, as **PARTES**:

_____, casado, portador do RG nº _____
e CPF _____, residente e domiciliado na rua da Umburana, s/n, Vila
Maçú, no município de Casa Nova, Estado da Bahia, neste contrato particular
denominado **ARRENDANTE**, e do outro lado,

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, com sede na Rua Delmiro Gouveia, nº 333, no bairro do Bongi, na cidade do Recife, Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.541.368/0001-16 e no Cadastro Fiscal do Estado de Pernambuco sob nº 18.1.001.05584-6, neste ato representada por seu bastante procurador e empregado EDSON GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade 1.965.501-SSP/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 192.008.203-44, residente e domiciliado no Município de Sobradinho, Estado da Bahia, em trânsito por esta Cidade, constituído nos termos do instrumento procuratório lavrado no 8º Ofício de Notas do Recife, do Tabelião Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho, com sede na Avenida Herculano Bandeira, nº 563, no bairro do Pina, Cidade do Recife-PE, no Livro nº 0885-P às fls. 081 a 083, em data de 23/12/2009, cujo traslado fica anexo e faz parte integrante deste instrumento, infra-assinado, de ora em diante designada simplesmente, **ARRENDATÁRIA**;

CONSIDERANDO que a **ARRENDATÁRIA**, observados os termos e as condições acordadas no presente instrumento, declara ter interesse em usar a área, e o espaço aéreo, e o subsolo do IMÓVEL, adiante descrito, com a finalidade exclusiva de instalação e operação de um parque eólico denominado PARQUE EÓLICO CASA NOVA constituído por AEROGERADORES e demais equipamentos, instalações e/ou edificações associadas direta ou indiretamente ao projeto, tendo inicialmente implantado na região um sistema de medição e coleta de dados, necessário para os estudos de viabilidade técnica e econômica do parque eólico.

CONSIDERANDO que o **ARRENDANTE** é posseiro e detém a posse mansa e pacífica do IMÓVEL denominado Sítio Deus me Leve, situado no Município de Casa Nova, Estado da Bahia, IMÓVEL esse onde está contida a área que em conjunto com outras compõe a área total necessária para a implantação do PARQUE EÓLICO CASA NOVA.

CONSIDERANDO que, as **PARTES** desejam que o PARQUE EÓLICO CASA NOVA seja um projeto modelo, implementado em curto prazo, com vistas a ser considerado como referencial na preservação do meio ambiente, flora e fauna, uma vez que o desenvolvimento do parque eólico é um conceito inovador para o mercado brasileiro de Energia Elétrica.

CONSIDERANDO que as **PARTES** decidem adotar os seguintes termos e definições básicas para este Contrato:

Yocel

AEROGERADORES – conjunto de componentes eletromecânicos, tais como torre de sustentação e o AEROGERADOR propriamente dito, com suas pás, e respectiva base em concreto armado

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

APP (Área de Proteção Permanente) – a área do IMÓVEL marginal ao redor do reservatório de Sobradinho, observando-se o que estabelece os termos dos artigos 2º e 3º do Código Florestal (Lei 4.771/65), e que para efeito deste Contrato é calculada pela ARRENDATÁRIA considerando-se a faixa do IMÓVEL situada a partir da cota 392,50m (trezentos e noventa e dois metros e cinquenta centímetros), que é a cota máxima normal de operação desse reservatório, acrescida de mais 100 (cem) metros, a partir dessa cota, medidos na direção horizontal.

ÁREA DIRETAMENTE IMPACTADA – a área do IMÓVEL diretamente impactada pela implantação do parque eólico, considerando AEROGERADORES, obras civis, cabos da rede de média tensão, VIAS DE ACESSO E PLATAFORMA DE MONTAGEM.

ÁREA NÃO DIRETAMENTE IMPACTADA – a área do IMÓVEL não diretamente impactada pela implantação do parque eólico e integrada na ÁREA DO PARQUE EÓLICO, objeto de remuneração pela restrição parcial de uso.

ÁREA ARRENDADA – equivalente a ÁREA DIRETAMENTE IMPACTADA, objeto do presente arrendamento, contida em IMÓVEL do **ARRENDANTE**, conforme descrição na Cláusula 1.1 deste Contrato.

ÁREA PARA CÁLCULO DO VALOR DE REMUNERAÇÃO/ARRENDAMENTO – área equivalente a área total do IMÓVEL, conforme cadastrado no RGI, subtraída da APP e de qualquer área situada em cota inferior ao nível máximo do reservatório de SOBRADINHO, ou seja, cota 392,50m, caso existente no mesmo.

ÁREA DO PARQUE EÓLICO – a área total constituída por vários IMÓVEIS e/ou partes de IMÓVEIS, conforme descrição na Cláusula 1.4 deste Contrato, a qual deverá ser utilizada para implantação dos AEROGERADORES, VIAS DE ACESSO E PLATAFORMA DE MONTAGEM, assim como centro de controle e demais equipamentos integrantes do PARQUE EÓLICO CASA NOVA.

AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS – qualquer concessão, registro, reconhecimento em cartório, acordo, aprovação, certificado, licença, permissão, autorização, isenção de qualquer autoridade governamental e outras aprovações de terceiros ou licenças requeridas para o desenvolvimento e construção do PARQUE EÓLICO CASA NOVA.

CENTRO DE CONTROLE E DEMAIS EQUIPAMENTOS – edificações e sistemas eletro-eletrônicos associadas aos AEROGERADORES.

FUNDO DE CONTRIBUIÇÃO – constituído pelos ARRENDANTES, a partir da incidência de um valor sobre a Parcela 1(um) referida na Cláusula 3, para proporcionar uma quantia mínima de remuneração/arrendamento no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), corrigida anualmente pelo IPCA, de modo a contemplar a equidade sócioeconômica do empreendimento para os posseiros dos IMÓVEIS, respeitando-se o limite de 1.8% do faturamento bruto, que assegura a viabilidade econômica do PARQUE EÓLICO CASA NOVA.

IMÓVEL – área objeto deste Contrato, da qual o ARRENDANTE é possessor e detém a posse mansa e pacífica, onde está localizada a ÁREA ARRENDADA e a ÁREA NÃO DIRETAMENTE IMPACTADA, que em conjunto com outras compõe a área total necessária para a implantação do PARQUE EÓLICO CASA NOVA.

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor-Ampliado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

PARQUE EÓLICO CASA NOVA – usina de geração de energia elétrica de 180MW, a partir da força dos ventos, composta por 120 (cento e vinte) AEROGERADORES, distribuídos na ÁREA DO PARQUE EÓLICO, VIAS DE ACESSO E PLATAFORMA DE MONTAGEM, rede de média tensão em 34,5 kV em cabos subterrâneos interligando os AEROGERADORES entre si e com a SE CASA NOVA.

SE CASA NOVA – subestação na tensão de 230 kV, construída em terreno de propriedade da ARRENDATÁRIA, dentro da ÁREA DO PARQUE EÓLICO, destinada a escoar a energia elétrica produzida pelo PARQUE EÓLICO CASA NOVA.

TAXAS E DESPESAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DE RESERVA LEGAL – quaisquer taxas, impostos, encargos e despesas necessárias para a regularização fundiária e constituição de reserva legal, visando à implantação do PARQUE EÓLICO CASA NOVA.

VIAS DE ACESSO E PLATAFORMA DE MONTAGEM – todas as vias de trânsito existentes ou a serem construídas nas propriedades, para acesso aos AEROGERADORES, e as áreas de manobra adjacentes necessárias para patolagem de guindastes e estocagem de equipamentos durante a montagem dos AEROGERADORES.

As **PARTES** contratantes, pretendendo estar legalmente vinculadas, resolvem firmar as suas avenças no presente Contrato, e outras valiosas e relevantes considerações, passando a acordar o seguinte:

Cláusula 1

DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS

1.1 – O objeto do presente Contrato é o arrendamento pela **ARRENDATÁRIA** da ÁREA DIRETAMENTE IMPACTADA, parte integrante do IMÓVEL definido na Cláusula 1.3.

1.2 – Também constitui objeto do presente Contrato a remuneração pela ÁREA NÃO DIRETAMENTE IMPACTADA, sendo tal remuneração definida mediante os termos estabelecidos na Cláusula 3.

1.3 – O IMÓVEL denominado Sítio Deus me Leve possui uma área total de 7 (sete) hectares, 90 (noventa) ares e 35 (trinta e cinco) centiares, sendo toda a área de posse do **ARRENDANTE**, devidamente demarcada, determinada e especificada como sendo uma área agrícola e de criação encravada no município de Casa Nova, Estado da Bahia.

1.3.1 – Para efeito de cálculo da remuneração será considerada a área demarcada acima referida, subtraindo-se a parcela correspondente da APP, quando existente, bem

Yozb S

como qualquer área situada em cota inferior ao nível máximo do reservatório de Sobradinho, ou seja, cota 392,50m.

1.3.2 - Neste Contrato, para efeito de cálculo, considera-se a soma da área de APP e a área abaixo da cota 392,50m com o valor de 0 (zero) hectares, 0 (zero) ares e 0 (zero) centiares, tendo em vista o levantamento de campo realizado pela **ARRENDATÁRIA**.

1.4 - A área do PARQUE EÓLICO CASA NOVA está situada na região de Língua de Vaca, próxima à cidade de Casa Nova, Estado da Bahia, distribuídos numa área total de 3806 (três mil oitocentos e seis) hectares, 01 (um) ares e 80 (oitenta) centiares, em IMÓVEIS com ÁREAS ARRENDADAS à **ARRENDATÁRIA** para implantação deste empreendimento.

1.4.1 - A área do PARQUE EÓLICO CASA NOVA está descrita pela poligonal que envolve todos os imóveis direta ou indiretamente impactados pelo referido parque, excluídas as respectivas APP, bem como todas as áreas situadas em cota inferior ao nível máximo do reservatório de Sobradinho, ou seja, cota 392,50m.

1.5 - Para este IMÓVEL, conforme projeto do parque eólico, está prevista a seguinte utilização:

ÁREA DIRETAMENTE IMPACTADA: nesta área serão instalados 0 (zero) AEROGERADORES e suas respectivas PLATAFORMAS DE MONTAGEM E VIAS DE ACESSO;

ÁREA PARA CÁLCULO DO VALOR DE REMUNERAÇÃO/ARRENDAMENTO: área de 7 (sete) hectares, 90 (noventa) ares e 35 (trinta e cinco) centiares, equivalente à área total, subtraída da área de APP e as áreas situadas em cota inferior ao nível máximo do reservatório de Sobradinho, calculada como 0 (zero) hectares, 0 (zero) ares e 0 (zero) centiares, resultando numa área líquida de 7 (sete) hectares, 90 (noventa) ares e 35 (trinta e cinco) centiares, e que será utilizada para cálculo do pagamento de remuneração/arrendamento, conforme item 3.2.

1.6 - A **ARRENDATÁRIA**, no ato da assinatura do presente Contrato, será imitada precariamente na posse da ÁREA ARRENDADA, garantindo o **ARRENDANTE**, a mansa e pacífica posse precária da ÁREA ARRENDADA pela **ARRENDATÁRIA**, enquanto subsistir ou estiver em vigor o arrendamento ora pactuado, devendo a **ARRENDATÁRIA** adotar todas as medidas cabíveis, sem prejuízo das eventuais providências que possam ser tomadas pelo **ARRENDANTE**, para cumprimento do compromisso ajustado neste item.

1.7 - Fica desde já acordado entre as PARTES que a **ARRENDATÁRIA** implantará e explorará na ÁREA ARRENDADA um projeto de geração eólica, para fins de produção de energia elétrica, podendo instalar AEROGERADORES, juntamente com os demais equipamentos associados ao projeto, e com cuja instalação e operação o **ARRENDANTE**, neste ato concorda e autoriza.

1.8 - O sistema elétrico, bem como todas e quaisquer instalações, equipamentos ou construções a serem implantadas na ÁREA ARRENDADA referente à implantação do parque eólico, serão de propriedade da **ARRENDATÁRIA**, que providenciará os serviços de manutenção das mesmas de acordo com padrões adotados pelos fabricantes, fornecedores, distribuidores ou outros envolvidos na instalação e operação das mesmas.

1.9 - O presente negócio jurídico de arrendamento é feito em caráter irrevogável e irrevogável, não comportando arrependimento de quaisquer das partes contratantes, que fazem por si, seus herdeiros e sucessores conforme o caso.

1.10 - Fica a **ARRENDATÁRIA**, em caso de necessidade de regularizações exigíveis para possibilitar a implantação do PARQUE EÓLICO CASA NOVA, responsável pela execução de atividades tais como levantamentos, cadastros e registros, e conseqüentes pagamentos de TAXAS E DESPESAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DE RESERVA LEGAL relativas ao IMÓVEL referido no item 1.1 cabendo ao ARRENDANTE fornecer documentos necessários a tanto, obrigando-se a comparecer e subscrever documentos e autorizações para a finalidade específica de obtenção de licenças, autorizações e demais documentos necessários à regularização fundiária e de reserva legal.

1.11 - Fica o **ARRENDANTE** responsável por todos e quaisquer impostos, correntes ou futuros, assim como taxas ou contribuições fiscais que recaiam ou venham a recair sobre o IMÓVEL objeto deste arrendamento, à exceção dos citados no item 1.10, e que não estejam diretamente relacionados com a implantação e a operação do parque eólico. O **ARRENDANTE** obriga-se também a não realizar gravames hipotecários, dar em penhora, ou construir qualquer outro ônus sobre a ÁREA ARRENDADA, bem como sanar ou solucionar qualquer problema que possa impedir a plena execução do objeto do presente instrumento, assumindo, ainda, todo e qualquer compromisso com intuito de garantir, durante toda a vigência deste Contrato, a incolumidade do arrendamento ora contratado, com todas as avenças firmadas. O **ARRENDANTE** ainda confirma e se responsabiliza que o IMÓVEL onde está localizada a ÁREA ARRENDADA está livre de gravames hipotecários, e quaisquer outros ônus ou impostos a serem devidos ou pagos.

1.12 - A **ARRENDATÁRIA**, após aviso prévio por escrito e mediante a concordância do **ARRENDANTE**, terá direito de deduzir de quaisquer pagamentos devidos, a título de remuneração pelo arrendamento ora celebrado, quaisquer custos ou despesas que sejam necessárias para solucionar eventuais impedimentos descritos no item 1.10, que possam comprometer o arrendamento, durante o prazo de vigência do presente instrumento ou de sua prorrogação, utilizando os valores deduzidos para pagar a obrigação respectiva.

1.13 - Em se tratando especificamente do ITR (Imposto Territorial Rural) e de outros impostos que recaiam sobre a terra que venham a ser criados, o seu pagamento cabe ao **ARRENDANTE**, à exceção dos citados no item 1.11, podendo a **ARRENDATÁRIA** requerer ao **ARRENDANTE** as certidões de quitação dos impostos, taxas e contribuições que recaiam diretamente ou venham a recair sobre o IMÓVEL e que não estejam diretamente relacionados à implantação e à operação do parque eólico, ficando este último obrigado a apresentá-los em um prazo de 30 (trinta) dias.

1.14 - Fica ajustado, desde logo, que caso venham a ser criados ou instituídos tributos de qualquer natureza, mesmo que incidentes sobre a propriedade, em face da implantação do parque eólico nas propriedades ora arrendadas, o pagamento dos mesmos será da exclusiva e inteira responsabilidade da **ARRENDATÁRIA**, sendo insuscetíveis de serem tais tributos repassados ao **ARRENDANTE**.

1.15 - O direito de deduzir os pagamentos devidos pelo **ARRENDANTE** de que trata o item 1.12 acima poderá não ser deduzido pela **ARRENDATÁRIA**, a seu exclusivo

Yb L S

critério, desde que haja solicitação formal do **ARRENDANTE**, que será submetida à apreciação da **ARRENDATÁRIA**.

1.16 - O **ARRENDANTE** poderá exercer atividades agrícolas, pecuárias, de piscicultura ou outras na ÁREA NÃO DIRETAMENTE IMPACTADA, notificando a **ARRENDATÁRIA** sobre eventuais mudanças nas atividades de exploração que pretendam implementar ou manter na referida área.

1.17 - A **ARRENDATÁRIA** contratará e manterá em vigor os seguros que, em face da Legislação Brasileira, sejam necessários às atividades que serão por ela desenvolvidas no IMÓVEL, não se responsabilizando, contudo, pela contratação dos demais seguros exigíveis para o desempenho das atividades agrícolas, pecuárias, de piscicultura ou outras a que porventura se dedique o **ARRENDANTE** no IMÓVEL, desde que compatíveis e não conflitantes com o objeto do presente Contrato.

1.18 - Caberá exclusivamente à **ARRENDATÁRIA** exercer vigilância sobre a ÁREA **ARRENDADA**, onde estejam dispostos seus equipamentos, maquinários e instalações.

1.19 - A **ARRENDATÁRIA** contratará mão-de-obra ou serviços qualificados que, a seu exclusivo critério, sejam necessários ou adequados para a construção, operação e manutenção do parque eólico, assumindo integral responsabilidade pelo pessoal e pelos serviços por si contratados, designadamente custos trabalhistas, previdenciários, fiscais e de segurança que essa contratação envolva, ficando responsável, exclusivamente, pelos danos resultantes de atos por estes praticados.

Cláusula 2

DAS DURAÇÃO DO CONTRATO, DAS ETAPAS DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

2.1 - A vigência deste Contrato tem o prazo de **35 (trinta e cinco) anos** contados da data de sua assinatura e abrange **2 (duas) etapas** distintas e contíguas:

2.1.1 - A **primeira etapa** caracterizada pela viabilização da implantação do PARQUE EÓLICO CASA NOVA por meio da venda, em mercado regulado e/ou ambiente de contratação livre, da energia a ser produzida no parque eólico, a preços definidos a exclusivo critério da **ARRENDATÁRIA**, de acordo com sua política e estratégia de comercialização, e pela construção e instalação dos AEROGERAADORES, juntamente com os demais equipamentos, conexões elétricas necessárias, cabos, linhas de transmissão, controles e transformadores, conexões de rede, construção de estradas, realizando também as obras civis para construção e manutenção do parque eólico, assim como as instalações, centrais de controle com armazenamento de peças e equipamentos e subestações, associados ao projeto.

2.1.2 - A **segunda etapa**, caracterizada pela efetiva entrada em operação comercial, ou seja, pelo início da operação comercial dos 120 (cento e vinte) AEROGERAADORES, do PARQUE EÓLICO CASA NOVA autorizada pela ANEEL.

2.2 - Caso ao fim do prazo de vigência deste instrumento, a **ARRENDATÁRIA** obtenha a renovação do prazo de autorização ou outorga de nova autorização das autoridades competentes para continuar produzindo energia eólica na área objeto do presente Contrato, a **ARRENDATÁRIA** poderá a seu livre e exclusivo critério, requerer por escrito a renovação do prazo do Contrato por períodos sucessivos equivalentes aos novos prazos de renovações ou outorgas de autorização.

2.3 - Durante a vigência do Contrato todos os custos envolvidos na contratação de empresas terceirizadas, assim como de pessoal interno, materiais, deslocamentos, taxas e despesas diversas associadas à implantação, construção, operação e manutenção dos equipamentos e instalações do PARQUE EÓLICO CASA NOVA serão arcados pela **ARRENDATÁRIA**, não gerando nenhum custo ou ônus para o **ARRENDANTE**.

2.4 - Não obstante a irrevogabilidade e irretroatividade que reveste este negócio jurídico, este poderá ser resolvido na ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses:

2.4.1 - Caso a **ARRENDATÁRIA** não cumpra a **primeira etapa** descrita no item 2.1.1, ao fim de um prazo de 60 (sessenta) meses da assinatura do presente instrumento, esse poderá ser rescindido unilateralmente pelo **ARRENDANTE**, sem que, para tal, a **ARRENDATÁRIA** necessite pagar qualquer tipo de indenização para o **ARRENDANTE** e vice versa, sendo, todavia assegurada a devolução do bem como recebido pela **ARRENDATÁRIA**.

2.4.2 - O presente Contrato também poderá ser rescindido de pleno direito pela **ARRENDATÁRIA**, sem que com isso implique em algum direito de indenização para as **PARTES** contratantes, caso seja negada ou não seja outorgada quaisquer das licenças ou autorizações governamentais, legais, regulatórias e/ou ambientais necessárias à implantação do projeto, sendo, todavia assegurada a devolução do bem como recebido pela **ARRENDATÁRIA**.

2.4.3 - O atraso no pagamento da parcela, especificada no item 3.1 (referente a **primeira etapa**) ou da parcela mensal especificada no item 3.2 (durante a **segunda etapa**), por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias dá direito ao **ARRENDANTE** a rescindir o presente instrumento unilateralmente.

Cláusula 3 **DA REMUNERAÇÃO DO ARRENDANTE**

3.1 - **DO VALOR A SER PAGO COMO REMUNERAÇÃO PELA PRIMEIRA ETAPA** - a **ARRENDATÁRIA** se compromete a pagar a quantia total de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) em uma só parcela no prazo de até 30 dias da assinatura do Contrato. Esta parcela é referente ao período decorrido entre o mês subsequente ao da realização do Leilão de Energia A-3/2010, realizado em 26/08/2010, e a entrada em operação do parque.

3.2 - **DO VALOR A SER PAGO COMO REMUNERAÇÃO DURANTE A SEGUNDA ETAPA** - a **ARRENDATÁRIA** se compromete a pagar a partir da efetiva entrada em operação comercial do parque eólico o valor total mensal a ser pago pelo arrendamento/remuneração do conjunto da **ÁREA DO PARQUE EÓLICO**, baseado em 1,8% (um vírgula oito por cento) do total do faturamento bruto médio mensal auferido pelo PARQUE EÓLICO CASA NOVA, equivalente em moeda nacional corrente nas condições comerciais estabelecidas no Leilão de Energia A-3, N° 007/2010 a **R\$ 106.072,57** (cento e seis mil, setenta e dois reais e cinquenta e sete centavos), sem quaisquer descontos sobre o mesmo e dividido proporcionalmente pelos **ARRENDANTES**.

y b s

3.2.1 - Este valor do total do faturamento bruto médio mensal especificado no item 3.2 tem como referência a data do Leilão de Energia A-3/2010, realizado em 26/08/2010, corrigido anualmente pelo IPCA.

3.2.2 - Os valores mensais que serão pagos individualmente a cada ARRENDANTE na **segunda etapa** são calculados e constituídos pela soma das 2 (duas) parcelas descritas a seguir: Parcela 1(um), calculada pela razão entre o valor da ÁREA PARA CÁLCULO DO VALOR DE REMUNERAÇÃO/ARRENDAMENTO e o valor da ÁREA DO PARQUE EÓLICO, e multiplicada pelo valor de 0,9% (nove décimos de percentual) do faturamento bruto mensal total auferido pelo PARQUE EÓLICO CASA NOVA, em moeda nacional corrente, sem quaisquer descontos sobre o mesmo; e a Parcela 2 (dois), calculada pela razão entre a quantidade de AEROGERADORES instalados na ÁREA ARRENDADA e a quantidade total de AEROGERADORES do PARQUE EÓLICO CASA NOVA, e multiplicada pelo valor de 0,9% (nove décimos de percentual) do faturamento bruto mensal total auferido pelo PARQUE EÓLICO CASA NOVA, em moeda nacional corrente, sem quaisquer descontos sobre o mesmo.

3.2.3 - Para os posseiros cuja remuneração mensal da Parcela 1 (um), for inferior a **R\$ 300,00** (trezentos reais), será garantido o valor mínimo de arrendamento de **R\$ 300,00** (trezentos reais), corrigido anualmente pelo IPCA.

Parágrafo único: cada **ARRENDANTE** cuja remuneração mensal da Parcela 1 (um) for superior a **R\$ 300,00** (trezentos reais), terá 12,84 % (doze vírgula oitenta e quatro por centos) da referida parcela repassado para composição do FUNDO DE CONTRIBUIÇÃO.

3.3. - Decorrente da utilização das ÁREAS ARRENDADAS e das ÁREAS NÃO DIRETAMENTE IMPACTADAS e dos critérios explicitados nos itens 3.2, 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 acima, a **ARRENDATÁRIA** se compromete a pagar mensalmente ao **ARRENDANTE**, a partir da data da efetiva entrada em operação do PARQUE EÓLICO CASA NOVA (segunda etapa), um valor mensal de **R\$ 300,00** (trezentos reais).

3.3.1 - Este valor mensal especificado no item 3.3 tem como referência a data do Leilão de Energia A-3/2010, realizado em 26/08/2010, corrigido anualmente pelo IPCA. Caso a comercialização da energia do PARQUE EÓLICO CASA NOVA se efetive por meio de outro leilão promovido pela ANEEL, que não o Leilão A-3/2010, ou por meio da venda da energia no mercado livre, este valor mensal será recalculado de acordo com as condições comerciais e a data dessa outra contratação.

Parágrafo Único: a revisão explicitada neste item não resultará em diminuição dos valores ora pactuados para os **ARRENDANTES**.

3.4 - As remunerações estabelecidas nos itens 3.1 e 3.3 supra serão pagas diretamente ao **ARRENDANTE**, mediante cheque nominal, contra recibo, ou depósito em conta bancária corrente/poupança n° _____, variação/operação n° _____, agência n° _____ do Banco n° 01, de titularidade do mesmo, no mês subsequente, servindo o comprovante de depósito ou recibo como prova inequívoca do adimplemento da obrigação.

3.5 - Nos valores determinados nos itens 3.1 e 3.3 deste instrumento, a serem pagos pela **ARRENDATÁRIA** ao **ARRENDANTE**, já estão incluídas despesas e encargos relacionados à ÁREA ARRENDADA, objeto do presente arrendamento, não havendo, sob nenhuma hipótese, previsão de encargos ou impostos a serem pagos pelo

ARRENDANTE à **ARRENDATÁRIA**, ou pela **ARRENDATÁRIA** ao **ARRENDANTE** durante a vigência do presente Contrato.

Cláusula 4

VIA DE ACESSO E ISOLAMENTO DA ÁREA

4.1 - Para a efetivação e operacionalização de todas as obras civis e de montagem do PARQUE EÓLICO CASA NOVA, a **ARRENDATÁRIA** terá acesso amplo e irrestrito à ÁREA ARRENDADA. A **ARRENDATÁRIA** providenciará a implantação das vias de acesso à mesma, assim como providenciará o isolamento da área, com a finalidade de isolar a movimentação de funcionários, máquinas e equipamentos relevantes às obras civis, movimentação de terra e de caminhões, bem como para implantação do canteiro de obras.

4.2 - As vias de acesso, assim como as áreas de passagem das linhas de transmissão e subestação, necessários para a realização das medições, estudos iniciais, implantação e operação do PARQUE EÓLICO CASA NOVA serão de responsabilidade da **ARRENDATÁRIA**.

4.3 - Os AEROGERADORES serão isolados do restante da propriedade através de cercas de arame farpado.

Cláusula 5

DOS IMPACTOS DURANTE A FASE DE IMPLANTAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DA ÁREA AFETADA

5.1 - A **ARRENDATÁRIA** compromete-se a coordenar todas as atividades desenvolvidas para a construção e implantação do PARQUE EÓLICO CASA NOVA, assim como recompor os impactos diretos que sobrevierem na fase de implantação do parque, principalmente no que diz respeito aos danos diretos ocasionados pelas obras civis, movimentação de terra e de caminhões, bem como pela implantação de canteiros de obras.

5.1.1 - A **ARRENDATÁRIA** ressarcirá todos os custos e ônus de eventuais danos que sejam provocados pelo seu pessoal, próprio ou contratado, em qualquer parte do IMÓVEL onde esteja instalada a ÁREA ARRENDADA.

5.1.2 - A **ARRENDATÁRIA** indenizará todas as benfeitorias que sejam danificadas para a implantação do empreendimento, em qualquer parte do IMÓVEL onde esteja instalada a ÁREA ARRENDADA, inclusive esta própria.

Cláusula 6

DAS OBRIGAÇÕES DO ARRENDANTE

6.1 - O **ARRENDANTE** autoriza à **ARRENDATÁRIA**, desde já, o livre e irrestrito acesso à totalidade da ÁREA ARRENDADA, para realização dos trabalhos preliminares relativos ao planejamento e projetos do parque eólico, de forma a possibilitar o preparo da documentação necessária à apresentação do requerimento junto às autoridades competentes, visando à sua construção e operação.

6.2 - O **ARRENDANTE** autorizará a **ARRENDATÁRIA**, seus prepostos e contratados, a adentrarem na ÁREA NÃO DIRETAMENTE IMPACTADA do IMÓVEL, devendo tal

YLS

autorização ser sempre solicitada pela **ARRENDATÁRIA**, justificando o tempo que lá permanecerá e as atividades que deverá desenvolver na ocasião.

6.3 - Os trabalhos preliminares relativos ao planejamento e aos projetos do parque eólico, mencionados no caput desta Cláusula, compreenderão levantamentos topográficos, análises de solos e estudos de engenharia e de viabilidade técnica e econômica, e todos os outros necessários ao desenvolvimento do projeto.

6.4 - O **ARRENDANTE** obriga-se a respeitar o prazo contratual do arrendamento, bem como todas as condições e termos constantes do projeto a ser aprovado.

6.5 - O **ARRENDANTE** se compromete a colaborar com a **ARRENDATÁRIA** na obtenção de toda documentação necessária para a realização do presente negócio, tais como alvarás de construção, licenças ambientais e de projeto, e demais Autorizações Governamentais necessárias com esse propósito, fornecendo todos os documentos necessários, obrigando-se a comparecer e subscrever documentos e autorizações.

6.6 - O **ARRENDANTE** obriga-se a não desenvolver quaisquer atividades ou implantar ou construir quaisquer instalações no IMÓVEL que possam impactar a viabilidade econômica do PARQUE EÓLICO CASA NOVA ou diminuir ou dificultar, de qualquer forma, a sua implantação e/ou operação, independentemente da implantação de AEROGERADORES ou instalações associadas na ÁREA ARRENDADA.

Cláusula 7 **DAS OBRIGAÇÕES DA ARRENDATÁRIA**

7.1 - A **ARRENDATÁRIA** obriga-se, por si, seus sucessores ou cessionários, a observar a todo tempo, no que for pertinente à ÁREA ARRENDADA em questão, a legislação correlata em vigor, ou que venha a vigorar, respeitando sempre, as regras acordadas neste instrumento, bem como a legislação relativa ao controle da poluição ambiental e proteção ao meio ambiente.

7.2 - Obriga-se ainda a **ARRENDATÁRIA**, arcando com o ônus decorrente, a instalar, construir, operar e providenciar manutenção para o parque eólico e torre anemométrica, bem como para as instalações elétricas e obras civis, dentro dos parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas internacionais e legislação em vigor no Brasil.

7.3 - Caberá à **ARRENDATÁRIA** arcar com todos os custos relativos aos estudos, projetos, planejamento, construção, operação, manutenção e reparo dos equipamentos e demais instalações integrantes do PARQUE EÓLICO CASA NOVA, inclusive as instalações, componentes e acessórios de apoio, de seu interesse, a serem colocadas na área em questão, de forma a assegurar o fluxo da produção de energia elétrica, sendo de sua inteira e única responsabilidade, o pessoal e a mão-de-obra, especializada ou não, utilizados nos serviços, competindo-lhe cumprir tempestivamente todas as obrigações e exigências decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária e ambiental.

7.4 - Quando do término deste arrendamento, a **ARRENDATÁRIA** restituirá a ÁREA ARRENDADA em questão no estado em que a mesma se encontrar, ficando estipulado, desde já, que todos os equipamentos, máquinas, instalações, acessórios e benfeitorias relacionados ao PARQUE EÓLICO CASA NOVA, permanecerão sob a propriedade e o domínio da **ARRENDATÁRIA**, não implicando o término do Contrato na permanência

de quaisquer dos bens vinculados à central geradora eólica no IMÓVEL objeto do arrendamento.

7.5 - A **ARRENDATÁRIA** obriga-se a manter o **ARRENDANTE** a salvo de qualquer responsabilidade contra quaisquer processos, ações ou procedimentos administrativos ou judiciais decorrentes das suas atividades instaladas na área, sejam eles decorrentes da ação, omissão, negligência ou imperícia da **ARRENDATÁRIA**, de seus empregados ou prepostos, prestadores de serviços, fornecedores e terceiros envolvidos nos seus serviços, inclusive, declarando-se, desde já, a principal e única responsável perante ao **ARRENDANTE**.

7.6 - A responsabilidade assumida pela **ARRENDATÁRIA**, na forma e limites descritos nos itens anteriores, persistirá ainda que as ações ou procedimentos respectivos sejam intentados contra o **ARRENDANTE**, em razão da condição de proprietário ou detentor da posse do IMÓVEL onde o objeto do arrendamento se acha encravado.

7.7 - A **ARRENDATÁRIA** declara e garante que, implantado o empreendimento, será ela responsável e tomará todas as medidas necessárias à conexão do parque eólico à rede de energia elétrica, de forma a viabilizar a venda da energia gerada, pressuposto essencial não só do Contrato, mas também pressuposto para a fixação da remuneração percentual devida ao **ARRENDANTE**.

7.8 - As benfeitorias ou instalações construídas de forma imprópria pela **ARRENDATÁRIA** que, de alguma forma, possam causar dano à população ou ao meio ambiente, serão desativadas, retiradas e/ou demolidas, conforme o caso, correndo o custo das operações, bem como o de toda e qualquer responsabilidade delas decorrentes, à conta da **ARRENDATÁRIA**.

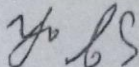
7.9 - Serão de única e exclusiva responsabilidade da **ARRENDATÁRIA** as despesas necessárias à regularização deste Contrato, nelas incluídas todos os emolumentos devidos por registros e inscrições, especialmente aquelas referentes ao registro do Contrato perante o cartório imobiliário do local do IMÓVEL.

Cláusula 8 **DA CESSÃO E DOS SUCESSORES LEGAIS**

8.1 - Assiste a **ARRENDATÁRIA**, apenas com anuência prévia do **ARRENDANTE**, o direito de ceder ou transferir suas pretensões, os deveres e direitos oriundos das relações contratuais ora assumidas, ou transferir o próprio Contrato, em sua totalidade, a terceiro ou terceiros, seja ele pessoa física ou jurídica, nacional ou internacional.

8.2 - Assiste ao possessor do IMÓVEL, ora **ARRENDANTE**, o direito de transferir o domínio do IMÓVEL ora arrendado, no todo ou em parte, inclusive a ÁREA ARRENDADA para terceiros, que deverão tomar conhecimento prévio do presente instrumento e estarão obrigados a respeitar o presente Contrato até seu término, nos termos dos arts. 8º e 33 da Lei 8.245/91.

8.3 - O terceiro que vier a adquirir a ÁREA ARRENDADA deverá assinar, em antecipação, instrumento em que manifeste aceitação do presente Contrato firmado com a **ARRENDATÁRIA**.



Cláusula 9
CLÁUSULA PENAL

9.1 - Na hipótese de descumprimento culposo ou doloso de quaisquer das cláusulas e condições do presente Contrato, poderá a **PARTE** prejudicada notificar a infratora por escrito para que sane a falta no prazo de 30 (trinta) dias, salvo em hipótese em que fique evidenciada a necessidade da **ARRENDATÁRIA** adentrar no IMÓVEL a fim de garantir a manutenção das instalações e produção de energia elétrica ou garantir a segurança física das instalações.

9.2 - Vencendo este prazo sem que a intimação tenha sido atendida, independentemente de novo aviso, estará o Contrato rescindido de pleno direito, devendo a **PARTE** infratora, a título de multa contratual convencional, pagar à **PARTE** prejudicada o valor de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais) sem prejuízo de apuração e prestação de indenização pelas perdas e danos que forem verificados.

Cláusula 10
EXECUÇÃO ESPECÍFICA

10.1 - As **PARTES** terão o direito de requerer, judicialmente, a execução específica de obrigações assumidas nos termos deste instrumento, ou qualquer parte dele constante, segundo as disposições aplicáveis do Código de Processo Civil.

Cláusula 11
DIREITO DE PASSAGEM

11.1 - O **ARRENDANTE** franqueará à **ARRENDATÁRIA** a passagem de seus prepostos, colaboradores, contratados e qualquer equipamento, material, veículo, torres e condutores elétricos, aéreos ou subterrâneos por uma via a ser aberta na área não arrendada, às expensas e sob responsabilidade da **ARRENDATÁRIA** e em local a ser determinado, de comum acordo entre as **PARTES**, ressalvadas as limitações técnicas impostas pelo projeto, via esta que poderá, positivamente, ser utilizada indiscriminadamente pelas **PARTES** ou pessoas por elas autorizadas.

Cláusula 12
CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1 - É permitido a **ARRENDATÁRIA**, apenas com anuência prévia da **ARRENDANTE**, ceder, transferir, transmitir, subarrendar, a qualquer título, os direitos e obrigações oriundos deste Contrato, para empresa do mesmo grupo empresarial, coligadas ou subsidiárias, bem como a terceiros cujos objetivos seja a implantação e/ou operacionalização do PARQUE EÓLICO CASA NOVA.

Cláusula 13
DA CONFIDENCIALIDADE

13.1 - Cada uma das **PARTES** e seus afiliados e prepostos deverão manter confidenciais todas as informações e dados disponibilizados à outra **PARTE**, que sejam considerados confidenciais pela outra **PARTE**, ou nos termos deste Contrato, e as negociações previstas aqui, e não revelará a nenhuma outra pessoa, nem usará em seu próprio benefício ou em benefício de nenhuma outra pessoa, e nem facilitarão a divulgação ou revelação de tais informações para terceiros, sem que a outra **PARTE**, previamente, aprove por escrito.

13.2 - Fica entendido e acordado entre as **PARTES** que todas as informações relacionadas à negociação prevista aqui, recebidas ao longo deste Contrato, são válidas e deverão ser presumidas confidenciais em razão de sua própria natureza e, em nenhuma circunstância, salvo se previsto neste Contrato, poderá qualquer uma dessas informações ser revelada por quaisquer das **PARTES** por um período não inferior a 5 (cinco) anos após o término deste Contrato.

13.3 - Esta cláusula não eximirá as **PARTES** do fornecimento de qualquer informação mediante exigência legal, aos agentes competentes, requeridas em conformidade com os procedimentos legais.

Cláusula 14 **DA RENÚNCIA OU DA NOVAÇÃO**

14.1 - Nenhum atraso ou tolerância por qualquer das **PARTES** relativo ao exercício de qualquer direito, poder, privilégio ou recurso, será interpretado como renúncia dos mesmos ou novação das obrigações.

Cláusula 15 **DAS NOTIFICAÇÕES**

15.1 - As modificações ou comunicações em relação a este Contrato deverão ser feitas por escrito e deverão ser consideradas suficientes e entregues, se recebidas mediante protocolo, entregues pessoalmente, ou enviadas por um serviço de courier ou meio eletrônico para as **PARTES** nos endereços indicados no item 1 deste Contrato, ou outro previamente indicado pelos contratantes.

Cláusula 16 **INDEPENDÊNCIA E DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 - Se alguma disposição deste Contrato mostrar-se inválida ou tornar-se inválida, as demais não serão afetadas, conservando a validade.

16.1.1 - Nesse caso, a disposição inválida deverá ser substituída por outra, cujo objetivo econômico seja o mais próximo possível do original. Aplica-se o mesmo princípio no caso de erro manifesto ou impraticabilidade do preceito.

16.2 - A tolerância com determinada infração contratual, a qualquer tempo, não pode ser invocada como precedente para justificar nova infração da mesma ou de outra cláusula deste Contrato.

16.3 - O não exercício pelas **PARTES** de quaisquer direitos avençados neste instrumento, e/ou não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições não implicará na renúncia tácita ao exercício de tais direitos; nem a declaração de invalidade parcial de qualquer das obrigações assumidas será motivo de impedimento para a execução das outras obrigações representativas da vontade ora expressada.

Cláusula 17 **DA JURISDIÇÃO E LEGISLAÇÃO**

17.1 - O presente Contrato será interpretado à luz do Código Civil Brasileiro e demais legislações pertinentes, ficando eleito o foro da comarca de Sobradinho, Estado da

Y. L. S.

Bahia, como o único competente para solução de todos os conflitos porventura derivados, direta ou indiretamente, do presente Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as **PARTES** celebram o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e seus sucessores, na presença das 2 (duas) testemunhas, que abaixo assinam e são identificadas, que a tudo estiveram presentes!

Casa Nova, 13 de FEVEREIRO de 2012

CHESF - COMPANHIA HIDRO-ELETRICA DO SÃO FRANCISCO
PROCURADOR: EDSON GONÇALVES DA SILVA

TESTEMUNHAS:



pela esta como sinal público que uso como
própria. Dou fé
Em testemunho
Casa Nova-Ba, 13 de 02 de 2012

Carla Andréa dos Passos
Subtabelião Substituta

PROTOCOLO A-

Nº 14.826

Registro nº 2229

Casa Nova-Ba



09-04-2012

Registro de Imóveis
Tabela de Valores
Tabela de Valores

- CT_Poss -

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DA BAHIA
COMARCA DE CASA NOVA
REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS
Oficial: Alberto Souza Benevides

CERTIDÃO - DE - REGISTRO

CERTIFICO que, no livro C-01, folhas 213, Registro Resumido, foi registrado sob nº2.229 o seguinte: UM IMÓVEL, denominado '_____', possui uma área de 07ha,90a,35ca, sendo uma área agrícola, devidamente demarcada. ARRENDANTE: _____, brasileiro, casado, _____, 86/SSP-BA, _____, residente no _____, Casa Nova - Bahia. ARRENDATÁRIA: CIA. HIDRO HIDRO ELETRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF, com CNPJ-33.541.368/0001-16, com sede na Rua Delmiro Gouveia nº333, Bongi - Recife PE. TITULO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE ÁREA E OUTRAS AVENCAS em 13 de fevereiro de 2012. Casa Nova, 09 de abril de 2012-
-Oficial. DAJ-311.637.

Cartório Registro de Imóveis
Hipotecas e Anexos
CASA NOVA - BA
Alberto Souza Benevides
OFICIAL